

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO PONTAL**  
**CURSO DE HISTÓRIA**

**MARIANA COSTA BORGES**

**MEMÓRIAS DA DITADURA MILITAR NA TELEVISÃO: UMA ANÁLISE DOS  
TELEJORNAIS DAS EMISSORAS MINEIRAS AFILIADAS A REDE GLOBO (2013-  
2018)**

**ITUIUTABA-MG**

**2024**

MARIANA COSTA BORGES

**MEMÓRIAS DA DITADURA MILITAR NA TELEVISÃO: UMA ANÁLISE DOS  
TELEJORNAIS DAS EMISSORAS MINEIRAS AFILIADAS A REDE GLOBO (2013-  
2018)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em História, Licenciatura e Bacharelado, do Instituto de Ciências Humanas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para obtenção do título de licenciado e bacharel em História.

Orientador(a): Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carla Drielly dos Santos Teixeira.

ITUIUTABA

2024

MARIANA COSTA BORGES

**MEMÓRIAS DA DITADURA MILITAR NA TELEVISÃO: UMA ANÁLISE DOS  
TELEJORNAIS DAS EMISSORAS MINEIRAS AFILIADAS A REDE GLOBO (2013-  
2018)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Graduação em História, Licenciatura e  
Bacharelado, do Instituto de Ciências Humanas do  
Pontal da Universidade Federal de Uberlândia,  
como requisito para obtenção do título de  
licenciado e bacharel em História.

**Aprovado em: 18/11/2024.**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Orientador**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carla Drielly dos Santos Teixeira (UFU)

---

**Membro da banca**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Angela Aparecida Telles (UFU)

---

**Membro da banca**

Prof. Dr. Roberto Abdala Júnior (UFG)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à minha família, que sempre foi minha base, meu refúgio e minha força. Aos meus pais, Ana Paula e Rogério, à minha irmã, Marina, e à minha avó Lusía de Fátima: sou o que sou por tudo o que vocês são e representam para mim. Vocês são minha fonte inesgotável de amor, inspiração e sabedoria. Sou eternamente grata pelo apoio incondicional, pela confiança, pelos conselhos valiosos, pelo respeito e pela força que sempre me deram. Cada esforço de vocês foi fundamental para que eu chegasse até aqui; sem vocês, nada disso teria sido possível.

Minha gratidão também vai para minhas queridas primas, Júlia, Isabela e Yasmin, crianças que, com sua ternura e carinho, me inspiram a seguir firme no caminho da educação e do conhecimento. Dedico este trabalho, especialmente, à memória da minha avó Zilma Maria Borges, que, embora não tenha tido a oportunidade de concluir seus estudos, sempre me viu como alguém com grande potencial e acreditou em mim. Mesmo em sua ausência física, sua presença permanece viva e forte em meu coração, como uma luz que continua a me guiar. A todos vocês, meu eterno agradecimento por toda sabedoria, amor e força que me deram e continuam a me oferecer. Palavras não são suficientes para expressar toda minha gratidão e afeto por vocês.

Aos meus queridos amigos, que se tornaram minha segunda família ao longo desses quatro anos de graduação, minha gratidão é infinita. Obrigada, André, por dividir comigo todos os momentos, pela compreensão, paciência e incentivo durante todos esses anos de dedicação. Gratidão a todos os meus colegas de sala: Adriel, André, Letícia, Lorryne, Maria Brenda, Maria Eduarda Cavichioli, Maria Eduarda Tozeli e Marina. Cada um de vocês foi uma fonte de apoio, consolo e inspiração, tornando essa jornada mais leve e significativa. Sou imensamente grata pelas conversas profundas, pelo compartilhamento de saberes e pelo apoio constante. Com todo meu carinho, deixo meu reconhecimento a vocês, que são pessoas únicas e essenciais em minha vida.

Agradeço à Universidade Federal de Uberlândia e ao curso de História do Instituto de Ciências Humanas do Pontal pela qualidade do ensino e pela formação enriquecedora que recebi. A universidade pública é um patrimônio do povo brasileiro, um espaço de democratização do conhecimento, de inclusão e de transformação social. É nela que sonhos se concretizam, vidas se transformam e o futuro se constrói com mais justiça e igualdade. Sou profundamente grata por ter tido a oportunidade de estudar em uma instituição que valoriza a

educação pública, gratuita e de qualidade, e que me permitiu crescer não apenas como profissional, mas como cidadã.

Gostaria de destacar, ainda, minha gratidão às instituições FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais) e ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), que, por meio do financiamento à iniciação científica, foram fundamentais para a realização deste trabalho. O apoio dessas instituições não apenas viabilizou a pesquisa, mas também reforçou meu compromisso com a ciência e a produção de conhecimento. Sou imensamente grata por ter sido beneficiada por essas iniciativas que tanto contribuem para o desenvolvimento científico do nosso país.

Por fim, agradeço profundamente a todos os professores que, com dedicação e sabedoria, contribuíram para minha formação acadêmica. Em especial, quero registrar meu sincero agradecimento ao professor orientador Wellington Amarante, cuja confiança, paciência e compartilhamento de conhecimentos foram essenciais para o meu crescimento. Muito obrigada.

## RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo central analisar materiais telejornalísticos de cunho histórico sobre a ditadura militar brasileira (1964-1985) produzidos e veiculados pelos telejornais mineiros afiliados à Rede Globo entre os anos de 2013 e 2018, disponíveis na plataforma de *streaming Globoplay*. A pesquisa buscou explorar quais memórias os telejornais mobilizaram e construíram, bem como identificar as estratégias e técnicas utilizadas na produção de notícias e reportagens sobre a ditadura militar brasileira. O recorte temporal escolhido justificou-se por abranger o período em que o Grupo Globo reconheceu seu apoio ao regime, em 2013, além de incorporar reportagens veiculadas em anos marcantes, como a efeméride de 50 anos do golpe em 2014. Dessa forma, a análise foi conduzida com base na periodização proposta por Marcos Napolitano (2015), que ofereceu uma perspectiva inédita para compreender o processo de construção e transformação da memória sobre a ditadura militar brasileira, destacando como elas foram elaboradas e ressignificadas em diferentes contextos históricos. Utilizando essa abordagem, o trabalho buscou analisar as disputas pela memória entre os setores liberais, da esquerda e da extrema-direita, investigando como essas narrativas foram incorporadas no telejornalismo.

**Palavras-chave:** Memórias; Ditadura Militar; Telejornalismo.

## SUMÁRIO

|                                                                                              |           |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>                                                                       | <b>7</b>  |
| <b>1. CAPÍTULO I: DEBATES E EMBATES DO TEMPO PRESENTE.....</b>                               | <b>16</b> |
| 1.1 Olhares sobre o golpe de 1964.....                                                       | 16        |
| 1.2 Das Jornadas de Junho às eleições de 2014.....                                           | 28        |
| 1.3 O Golpe de 2016 e a ascensão da extrema-direita nas eleições de 2018.....                | 37        |
| <b>2. CAPÍTULO II: ESTRATÉGIAS TELEJORNALÍSTICAS NA CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA.....</b>           | <b>44</b> |
| 2.1 A voz das testemunhas.....                                                               | 44        |
| 2.2 Os usos de documentos variados.....                                                      | 52        |
| 2.3 A participação de especialistas .....                                                    | 64        |
| <b>3. CAPÍTULO III: MOBILIZAÇÃO DAS MEMÓRIAS DA DITADURA: DISPUTAS E TENSIONAMENTOS.....</b> | <b>75</b> |
| 3.1 As memórias dos setores liberais .....                                                   | 75        |
| 3.2 As memórias da esquerda .....                                                            | 82        |
| 3.3 As memórias da extrema-direita .....                                                     | 87        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                             | <b>92</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                                      | <b>95</b> |

## INTRODUÇÃO

Este trabalho é o resultado de uma trajetória acadêmica marcada por dedicação, desafios e aprendizados significativos. Como mulher, de esquerda e comprometida com a transformação social, compreendo que a pesquisa e a produção de conhecimento são ferramentas essenciais para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática. Minha formação na Universidade Federal de Uberlândia, instituição pública e gratuita, foi um espaço não apenas de aprendizado, mas também de reflexão crítica sobre meu lugar no mundo e meu papel como agente de mudança, especialmente como historiadora.

A escolha do tema deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi fruto de um processo amadurecido ao longo da graduação, enriquecido pela minha participação em projetos de Iniciação Científica. Minha primeira experiência como bolsista ocorreu por meio do Edital Nº 03/2021 PIBIC-CNPq, no projeto de pesquisa intitulado "Quando o passado vira notícia: a ditadura militar brasileira nos telejornais da Rede Globo (2013-2018)". Nesse projeto, investigamos as estratégias e técnicas utilizadas pelo telejornalismo da Rede Globo na produção de notícias e reportagens sobre a ditadura militar brasileira, em um contexto de veiculação nacional. Essa pesquisa foi fundamental para me aproximar das discussões sobre história pública, mídia e história da ditadura militar, além de me permitir compreender como o passado é ressignificado no presente.

A segunda experiência como bolsista deu-se por meio do Edital Nº 7/2022 PIBIC-FAPEMIG, no projeto "Telejornalismo e História Pública: a ditadura militar nos telejornais das emissoras mineiras afiliadas à Rede Globo (2014-2018)". Nesse trabalho, pude explorar as especificidades do telejornalismo regional, analisando como as emissoras mineiras afiliadas à Rede Globo produziram e veicularam reportagens sobre a ditadura militar brasileira entre 2013 e 2018. A proximidade com o telespectador, característica marcante dos telejornais regionais, trouxe nuances interessantes às narrativas construídas, o que ampliou minha compreensão sobre o tema.

No entanto, ao longo desses projetos, muitos pontos ficaram em aberto devido ao tempo limitado de pesquisa. Por isso, no Trabalho de Conclusão de Curso, resolvi me aprofundar nas reportagens veiculadas pelos telejornais mineiros, buscando explorar questões que não puderam ser tratadas anteriormente.

Este TCC está inserido em um projeto maior, elaborado e coordenado pelo Prof. Dr. Wellington Amarante, que foi meu orientador durante as Iniciações Científicas, que tem como objetivo criar uma base de dados contendo reportagens e análises sobre diversos temas da

História Política. A pesquisa que aqui apresento é, portanto, parte de um esforço coletivo, que envolve não apenas minha dedicação individual, mas também o apoio de instituições públicas, como a FAPEMIG e o CNPq, e a colaboração de colegas e professores que compartilharam saberes e experiências ao longo dessa jornada.

Portanto, neste trabalho, pretendo não apenas apresentar os resultados da pesquisa, mas também refletir sobre a importância da democratização do conhecimento, principalmente no que diz respeito à história política do nosso país. Acredito que compreender e debater temas como a ditadura militar e suas representações midiáticas é fundamental para fortalecer a memória coletiva e a consciência crítica da sociedade.

Dessa forma, este trabalho tem como objetivo central analisar materiais telejornalísticos de cunho histórico sobre a ditadura militar brasileira produzidos e veiculados pelas emissoras mineiras afiliadas à Rede Globo entre os anos de 2013 e 2018, disponíveis na plataforma de *streaming Globoplay*. A pesquisa buscou identificar as estratégias e técnicas utilizadas na produção de notícias e reportagens, bem como analisar quais as memórias sobre a ditadura militar brasileira os telejornais mineiros estão mobilizando.

O recorte temporal escolhido se justifica por abranger o período em que o Grupo Globo reconheceu seu apoio ao regime, em 2013, além de incorporar reportagens veiculadas em anos marcantes, como as Jornadas de Junho em 2013, a efeméride de 50 anos do golpe em 2014, as eleições de 2014, o Golpe de 2016 e a ascensão da extrema-direita nas eleições de 2018. No total, foram selecionados 36 documentos audiovisuais, que incluem notícias, entrevistas, chamadas e reportagens, totalizando 110 minutos de duração. O material analisado foi produzido e veiculado pelos seguintes telejornais: *MG1* (4 reportagens); *MG2* (4 reportagens); *MG Inter TV 1ª edição-Grande Minas* (3 reportagens); *MG Inter TV 2ª edição - Grande Minas* (1 reportagem); *MG Inter TV 1ª edição – Vales-MG* (3 reportagens); *Jornal da EPTV 1ª edição - Sul de Minas* (2 reportagens); *Jornal da EPTV 2ª edição - Sul de Minas* (2 reportagens); *MGTV 1ª edição - Zona da Mata* (5 reportagens); *MGTV 2ª edição - Zona da Mata*; (3 reportagens); *MGTV 1ª edição – Uberlândia* (6 reportagens); *MGTV 2ª Edição – Uberlândia* (1 reportagem); *Bom Dia Minas* (1 reportagem) e *Integração Notícia- Triângulo Mineiro* (1 reportagem).

A ditadura militar brasileira<sup>1</sup>, ocorrida entre os anos de 1964 e 1985, foi marcada por diversas características autoritárias, tais como a censura, a repressão política, a perseguição aos

---

<sup>1</sup> Utilizamos nesse trabalho o termo "ditadura militar", já que, como indicado por Carlos Fico (2017, p. 53), a utilização do termo "ditadura civil-militar", principalmente na História do Tempo Presente tem sérias implicações políticas, ou seja, minimiza as responsabilidades dos militares, a constatação de que houve apoio social ao golpe

opositores, prisões arbitrárias, tortura e violações aos direitos humanos cometidos pelos agentes do Estado. Até os dias atuais, persistem discussões, principalmente na historiografia, sobre as profundas cicatrizes deixadas na sociedade brasileira durante esse período, como impactos políticos, sociais e econômicos. Nos últimos anos, a legitimidade do golpe de 1964 voltou a ser defendida por parte de diferentes grupos organizados (militares, empresários, comerciantes e partidos políticos) e, de forma mais difusa, por outros segmentos da sociedade brasileira. Dessa forma, os temas ligados à ditadura militar têm sido discutidos e apresentados em diversos telejornais, tanto da Rede Globo, quanto de suas emissoras afiliadas.

No dia 2 de setembro de 2013<sup>2</sup>, o jornalista William Bonner anunciou no *Jornal Nacional* que as Organizações Globo reconheciam que o apoio ao golpe militar de 1964 havia sido um erro do grupo empresarial. Tal reconhecimento, às vésperas da efeméride de 50 anos do golpe, revela um ambiente político e social bem distinto daquele que, décadas atrás, levou a empresa de Roberto Marinho a apoiar os militares em sua investida golpista.

Uma das distinções estava na forma como o tema passou a figurar na agenda nacional. Em 2011, foi sancionada a Lei de Acesso às Informações Públicas, a nova legislação era fruto de um longo processo de lutas contra o sigilo na esfera governamental que se iniciou antes do fim da ditadura militar. A abertura dos “documentos sigilosos” permitiu avanços na construção de um passado sobre a ditadura militar menos estereotipado (Fico, 2012, p. 44-48). Pouco tempo depois, A Lei n. 12.528/2011 criou a Comissão Nacional da Verdade (CNV), instituída pela presidenta Dilma Rousseff em 16 de maio de 2012. A CNV tinha por objetivo investigar “as graves violações de direitos humanos ocorridas no Brasil nos anos de 1946 e 1988” (Maciel, 2014, pp. 116-117).

Marcos Napolitano afirma que “por ocasião dos 50 anos do golpe de 1964, a sociedade brasileira pareceu estar vivendo uma ‘febre memorialística’ em torno do regime militar” (Napolitano, 2015, p. 35). Nesse contexto, em 2014, foi possível perceber uma guerra de memórias entre a extrema-direita, a esquerda e os setores liberais, sendo a extrema-direita o lugar em que políticos firmaram suas carreiras na defesa do regime ditatorial; a esquerda, com diversos movimentos que denunciavam a violência contra os direitos humanos e ainda a memória dos setores liberais, que buscou apagar o papel dos liberais na construção da ditadura

---

e à ditadura pode ser utilizada de forma manipulativa para justificar sua legitimidade. Além disso, Rodrigo Patto Sá Motta (2021, p. 148-149) destaca que o regime que se seguiu ao golpe foi predominantemente militar. Logo após, os próprios civis envolvidos foram gradualmente afastados, todas as decisões foram tomadas pelos militares, a partir da prorrogação do mandato de Castelo Branco, os militares assumiram o poder institucional para legislar e agir conforme desejavam.

<sup>2</sup> Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro, reconhecem as Organizações Globo”. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2798447/>. Acesso realizado em 10/09/2023.

militar, além de incorporar elementos da esquerda não-armada, memória que até então era hegemônica.

O aumento do negacionismo sobre a ditadura militar e o apoio ao autoritarismo no Brasil ganhou força a partir das Jornadas de Junho de 2013, das eleições de 2014 e do Golpe de 2016, culminando na ascensão da extrema-direita em 2018. A eleição de Jair Bolsonaro consolidou essa tendência, glorificando o regime militar, normalizando a violência política e colocando em risco os valores democráticos. Esses eventos fortaleceram o negacionismo e o autoritarismo, promovendo uma reconstrução da memória histórica sobre a ditadura, baseada na celebração do golpe.

De acordo com Veronica Freitas (2023), em 2013, o Brasil experimentou grandes manifestações que desencadearam uma profunda crise política. A partir desse momento, diferentes setores começaram a se reorganizar politicamente, formando novas alianças e confrontando os governos. Essa reconfiguração trouxe à tona uma multiplicidade de vozes, incluindo a dos intervencionistas, que defendiam uma intervenção militar. Embora inicialmente marginal, a presença desses grupos exemplifica como diversos setores aproveitaram a oportunidade para promover agendas específicas, revelando a complexidade e a diversidade das demandas que emergiram nas ruas brasileiras.

Além disso, o telejornalismo na Rede Globo possui uma longa história. Desde 26 de abril de 1965, data da inauguração da emissora, já havia um telejornal na grade de programação, o *Tele Globo*. Mas foi com a estreia do *Jornal Nacional*, em setembro de 1969, que a emissora conseguiu “que temas dominantes na discussão cotidiana fossem transmitidos em rede para todo o país” (Barbosa; Ribeiro, 2005, p. 208). De lá para cá, o telejornalismo na emissora e em suas afiliadas cresceu exponencialmente, entre 1965 e 1982, sob a liderança de Roberto Marinho, a Globo passou de uma emissora com uma única concessão de televisão no Rio de Janeiro para se tornar a quarta maior rede de TV do mundo. Esse crescimento reflete a aliança entre a emissora e o regime militar, em que a Globo contribuiu para a legitimação e fortalecimento do governo, enquanto se beneficiava do apoio estatal para expandir sua infraestrutura e aumentar sua influência no país (Ramos, 2000, p. 14-15 *apud* Carvalho, 2013, p. 260). Segundo Almeida *et al* (2018), a Rede Globo não é apenas a líder de audiência, mas exerce uma hegemonia cultural, impondo o “Padrão Globo de Qualidade” como meta a ser atingida por suas concorrentes, notadamente no fazer telejornalístico.

Logo, o telejornalismo consagra-se com um gênero televisivo da categoria informação (Souza, 2004, p. 92). De acordo com Cássia Palha (2017, p. 247) “os telejornais se afirmaram com a agenda informacional diária, o espaço onde o acontecimento ganha, não só visibilidade,

mas existência". E a despeito da expansão comercial da internet nas duas primeiras décadas do século XXI, concordamos com a afirmação de Beatriz Becker (2016, p.27-28) de que:

[...] a televisão e os telejornais ainda exercem uma centralidade nos discursos midiáticos contemporâneos na construção da realidade social cotidiana e constituem-se cada vez mais em um ambiente estratégico de mediação de discursos de instituições e de outros campos de produção simbólica na contemporaneidade.

Assim, a problemática da ditadura militar brasileira nos telejornais revela a complexidade das disputas de memória e o impacto que essas narrativas têm na sociedade. A crescente influência do negacionismo e do autoritarismo, particularmente a partir de 2013, reforça a necessidade de analisar como a mídia, especialmente telejornais de grande alcance como os da Rede Globo, produz e difunde essas memórias. Dessa forma, compreender como os telejornais mobilizam as memórias da ditadura militar é essencial para entender as dinâmicas de poder, os conflitos políticos e a maneira como a sociedade brasileira tem discutido e revisitado esse tema crucial.

Esta pesquisa explora a história da televisão, com ênfase em como essa mídia incorpora e utiliza elementos históricos em seus conteúdos. Segundo Mônica Kornis (2008, p. 41-57), a televisão opera através de mediações moldadas por uma linguagem desenvolvida a partir de um ponto de vista condicionado historicamente. Com uma função pedagógica, especialmente em suas produções ficcionais, a televisão utiliza conteúdos históricos para construir uma memória nacional e promover um senso de pertencimento. A Rede Globo é um exemplo notável, ao traduzir em suas programações um sentimento de "ser brasileiro". Contudo, a televisão vai além de apenas reproduzir fatos históricos; ela os interpreta e os apresenta de modo a influenciar a memória coletiva e a identidade nacional. Essa abordagem pedagógica da televisão varia conforme o contexto histórico e o formato das suas programações. Kornis aponta que a representação do passado na televisão não se restringe a refletir sobre a história, mas também intervém no presente, construindo e apresentando um discurso que se pretende uma verdade histórica.

Dominique Wolton (1996), também ressalta a Rede Globo como a emissora que teve sucesso em se tornar uma grande televisão, assistida pelos mais diversos meios sociais e que pela diversidade de programação possui um fator de integração social, contribuindo para valorizar a identidade nacional.

Pierre Bourdieu (1997, p. 24-25) oferece importantes reflexões sobre o impacto da televisão no campo jornalístico e cultural. Ele destaca a tática de "ocultar mostrando", sugerindo que os jornalistas veem algumas coisas e ignoram outras, e ainda apresentam o que veem de forma seletiva. Esse processo faz parte de um mecanismo de censura invisível, no qual a

televisão filtra e omite informações, exibindo apenas o que interessa à emissora. Bourdieu também aponta que o telejornalismo sofre pressões de outras esferas, especialmente a política e a econômica, sendo fortemente influenciado pelos índices de audiência. A busca por maior audiência leva à priorização de conteúdos sensacionalistas, destacando a influência comercial na produção e seleção das notícias.

Chiarioni e Sacramento (2022, p. 19-20) destacam um paradoxo central no jornalismo: a necessidade de convencer o público de que os eventos relatados correspondem à "vida real", enquanto constrói narrativas e atribui sentido a esses fatos. Para resolver essa tensão, o jornalismo adota uma estratégia de ocultação de suas limitações e subjetividades, apresentando as histórias como naturais e objetivas, sugerindo que os fatos falam por si mesmos. Assim, o jornalismo busca assegurar sua credibilidade e transmitir uma impressão de objetividade, ainda que envolva escolhas, interpretações e construções de sentido.

Cássia Palha (2017), discute como a televisão, especialmente através dos telejornais, desempenha um papel crucial na formação e gestão da cultura histórica na esfera pública. Os telejornais, ao socializar notícias, não apenas informam, mas também ajudam a moldar a memória coletiva, ao decidir quais eventos e narrativas devem ser lembrados ou esquecidos. Logo, os telejornais criam um espaço onde registros do passado e do presente são trazidos à tona, tornando-se parte da vida cotidiana das pessoas. A televisão, por sua capacidade de selecionar e enquadrar esses eventos, exerce uma influência significativa sobre o que quer ser lembrado e o que quer ser esquecido.

Tanto na historiografia, quanto na mídia, o tema da ditadura militar possui intensos debates. Além disso, a disputa em torno de suas memórias foi revivida com grande intensidade a partir da efeméride de 50 anos do golpe (Joffily, 2018, p. 234). Logo, há uma vasta produção acadêmica sobre a ditadura militar brasileira e as disputas de memória relacionadas ao tema. Entre essas pesquisas, destaca-se o trabalho de Christina Musse (2018), que analisa as estratégias narrativas do telejornalismo da Rede Globo para ressignificar sua história, especialmente no que diz respeito ao apoio à ditadura, com foco no programa “Especial Globo 50 Anos”. Além disso, há estudos que exploram a história da ditadura em cena, como em filmes, telenovelas, séries e minisséries, como o trabalho de Roberto Abdala Júnior (2012) sobre teleficção e ditadura, no qual ele analisa a minissérie *Anos Rebeldes* (1992), destacando a teledramaturgia como fonte histórica capaz de revelar aspectos da “cultura histórica” brasileira.

No entanto, há uma lacuna importante em relação à análise de reportagens telejornalísticas sobre a ditadura, especialmente no período de 2013 a 2018, marcado por um

cenário político conturbado. Tendo isso em tela, o presente trabalho se propõe a preencher essa lacuna, investigando como o telejornalismo mobiliza e apresenta as memórias da ditadura militar na televisão. A pesquisa articula a História do Tempo Presente, o telejornalismo e a relação entre História e Memória para aprofundar a compreensão desse processo.

Diante desse cenário, este trabalho teve como objetivos específicos: compreender como as memórias do passado ditatorial são utilizadas pelos jornalistas na construção da notícia e quais destas são evidenciadas; entender se o telejornalismo constrói uma memória ou se dialoga com memórias que já circulam na sociedade; analisar como as notícias se relacionam com as disputas e tensionamentos entre os militares e os oprimidos pela ditadura e investigar as estratégias utilizadas pelos telejornais para construir a narrativa sobre a ditadura, identificando entrevistados, documentos históricos, especialistas consultados, o uso de linguagem, tom e seleção de imagens.

O acesso ao material telejornalístico sobre a ditadura militar, produzido e veiculado pela Rede Globo e suas emissoras afiliadas em Minas Gerais, ocorreu por meio da plataforma de *streaming Globoplay*, lançada em 2015, que transmite ao vivo a programação da Rede Globo e emissoras afiliadas pela internet. O serviço pode ser acessado gratuitamente, ou mediante assinatura, tanto no celular, quanto no computador. O acervo possui em um único ambiente jornalismo, esporte, variedades, séries, filmes, novelas e documentários. No serviço de *streaming* as reportagens telejornalísticas podem ser acessadas gratuitamente.

Entretanto, é importante destacar que o *Globoplay* foi projetado para atender às necessidades do público em geral. Como resultado, tanto o *site* quanto o aplicativo oferecem apenas uma ferramenta de busca simples, na qual a inserção de palavras ou frases gera uma quantidade excessiva de resultados. Isso representa um desafio para pesquisadores, tornando difícil localizar conteúdos relevantes para a pesquisa.

No caso desta pesquisa, foi realizado um levantamento do material telejornalístico entre os anos de 2013 a 2018, a partir das palavras-chave: “Anistia”; “AI-5”; “Censura”; “Comissão Nacional da Verdade”; “Ditadura Militar”; “Golpe militar”; “Golpe de 64” e “Revolução de 64”. Neste levantamento verificamos a ocorrência de 349 resultados para as palavras-chave listadas acima, o que indicou o grande potencial do material a ser catalogado e analisado. Contudo, durante a coleta do material telejornalístico, foi perceptível que algumas não se encaixavam no tema ou no recorte proposto, após um processo de triagem foram selecionados 36 vídeos.

Todo esse material foi catalogado em um “quadro analítico” (Amarante, 2022), elaborado por meio do *software Excel*, da *Microsoft*, que permite a organização e o

arquivamento desses dados. O quadro analítico conta com 27 campos informativos: data; título; duração; programa; emissora; palavra-chave; coleção; tema geral; categoria; assunto; formato; apresentador(a); repórter; repórter cinematográfico; equipe técnica; historiador(a); outros especialistas; testemunhas; outros participantes; imagens de arquivo; outros documentos; descrição; disponível em; acesso realizado em; observações.

Nesse sentido, destacamos o trabalho de Wellington Amarante (2022), que contribui para auxiliar na construção de um quadro analítico que seja capaz de organizar as fontes audiovisuais. O quadro analítico, segundo o autor, “constitui-se como uma ferramenta metodológica fundamental, pois permite a organização dos dados coletados, sua análise de forma individual e/ou comparativa, hierarquização e/ou classificação de acordo com cada um dos campos” (Amarante, 2022, p. 13). Isso é crucial para refletir sobre as características do material telejornalístico sobre a ditadura militar.

É importante ressaltar que a construção do quadro analítico é um processo complexo e não linear, resultado das demandas da pesquisa e da profundidade de análise exigida pelas fontes telejornalísticas. Assim, o pesquisador deve ponderar quais informações são mais relevantes para o estudo em questão. Como bem observa o historiador Tiago Gil, ao comentar sobre a construção de banco de dados em História: “Ao escolher campos que acolherão nossos dados, estaremos escolhendo quais informações vamos privilegiar e quais as que serão consideradas menos importantes ou que serão menos ‘desdobradas’” (Gil, 2021, p.19).

Vale frisar que a fonte audiovisual se apresenta para o público de forma acessível, mas seu processo de montagem é complexo. Mesmo com sua narrativa do “real” e “verídico”, o pesquisador pode encontrar rastros e inserções do mundo ficcional. Em outras palavras, há manipulações de contexto, o apelo emotivo e fragmentação seletiva, que pode influenciar na opinião do telespectador. Palha (2017) indica alguns dos elementos que devemos observar para procedermos uma análise histórica de programas telejornalísticos, como a estrutura do programa; lugar e o papel que os sujeitos ocupam na reportagem; importância dos apresentadores, repórteres e especialistas na construção da credibilidade; narrativa e relação estabelecida com o telespectador; fragmentação seletiva, construção de contextos e sensacionalismo; edição, montagem e ritmo. Além dos recursos imagéticos, como enquadramento de câmera, gestos dos apresentadores, iluminação e o uso de imagens variadas, é igualmente importante analisar com atenção os elementos sonoros, incluindo a inserção de músicas e efeitos sonoros.

Para compreender como as memórias são selecionadas, é essencial nos atermos sobre a discussão teórica a respeito da memória, na qual recorreremos a Maurice Halbwachs (1990),

que propõe que a memória individual é parte da memória coletiva, sendo moldada pelas relações sociais e pelos grupos aos quais pertencemos. As lembranças não são simples repetições dos fatos, mas reconstruções influenciadas pelos interesses e pelo contexto atual. O conceito de "memória coletiva", segundo Halbwachs, sugere que a constituição da memória de um indivíduo resulta da interação entre diferentes grupos e o contexto social em que ele está inserido, sendo constantemente influenciada e reativada por estímulos presentes e pela rememoração em grupo.

Já Michael Pollak (1989) complementa essa perspectiva ao afirmar que a memória é estruturada por classificações que definem o que é comum a uma comunidade e reforçam o sentimento de pertencimento, além de estabelecer fronteiras socioculturais. A memória coletiva, nesse sentido, adquire uma força quase institucional, garantindo sua continuidade e estabilidade ao longo do tempo. Dado essa argumentação, os autores afirmam que o evento de rememoração e localização das lembranças não pode ser bem analisado se não for levado em consideração os contextos sociais e políticos que operam como base para esse trabalho de reconstrução da memória.

Portanto, é evidente que as efemérides do golpe, juntamente com o contexto político vivenciado pelos brasileiros entre 2013 e 2018, marcado pelo aumento do autoritarismo e do negacionismo, fomentam o debate sobre a ditadura militar. Contudo, é preciso situar nesse tema as discussões de eventos traumáticos e documentos sensíveis, pois “a ditadura militar brasileira pode ser pensada em conjunto com outros “eventos traumáticos” característicos do século XX, o que situa esse tema no contexto dos debates teóricos sobre a História do Tempo Presente” (Fico, 2012, p. 44). Além disso, Fico ressalta que os debates sobre a CNV no Brasil levantaram a questão de que "os dois lados" deveriam ser investigados, comparando a violência da repressão à da esquerda. No entanto, esse argumento é incorreto, pois as comissões da verdade são criadas para investigar crimes cometidos pelo Estado, não por indivíduos. Entretanto, esse debate é essencial para compreender como as notícias se relacionam com os espaços de disputa e tensionamentos da memória.

Marcos Napolitano traz o debate de analisar o processo de construção da memória do regime militar, pois “história e memória se confundem e entram em choque ao falar sobre um mesmo passado, sobretudo quando há processos políticos que ainda estão em jogo e quando muitos dos protagonistas de ontem ainda estão vivos e atuantes” (Napolitano, 2015, p. 10). Além disso, ele comenta sobre a transição para a democracia e como se deu esse processo na construção da memória, disputas e seu uso político.

João Roberto Martins Filho também traz a contribuição nesse sentido de espaços de

tensionamento na construção da memória, onde ele coloca em questão o contraste de militantes *versus* militares e mostra “uma diferença básica: os ex-militantes se esforçam para manter viva a memória dos anos 60 e 70; a maior parte dos oficiais ouvidos sobre o assunto gostaria que se baixasse sobre certos aspectos desse período o manto do esquecimento” (Filho, 2002, p. 1).

A análise dos elementos presentes nas reportagens telejornalísticas, como documentos, testemunhos e a narrativa dos apresentadores e repórteres, possibilita uma compreensão profunda da construção das memórias sobre a ditadura militar brasileira. A metodologia adotada, fundamentada na organização sistemática das fontes em um quadro analítico, permite não apenas uma reflexão crítica sobre o papel do telejornalismo na formação da memória coletiva, mas também sobre as estratégias narrativas que mobilizam diferentes interpretações desse período histórico.

Ancorada nas teorias de Halbwachs e Pollak sobre memória, e nas discussões dos autores que estudam a ditadura militar e suas diversas memórias, como Carlos Fico, Marcos Napolitano e João Roberto Martins Filho, será possível entender a narrativa empregada pelos telejornais e como estes estão construindo e mobilizando memórias sobre a ditadura militar brasileira.

A estrutura deste trabalho está dividida em três capítulos, cada um abordando diferentes aspectos da pesquisa. No primeiro capítulo, intitulado *Debates e Embates do Tempo Presente*, são exploradas questões centrais da história recente do Brasil. Analisamos as interpretações históricas e midiáticas sobre o golpe de 1964, com especial atenção aos diversos olhares sobre o evento. Além disso, examinamos as Jornadas de Junho, as eleições de 2014, o golpe de 2016 e a ascensão da extrema-direita nas eleições de 2018, destacando as manifestações e seus impactos no cenário político o avanço do conservadorismo político e discutindo como esses processos influenciaram o debate sobre a ditadura militar.

No segundo capítulo, *Estratégias Telejornalísticas na Construção da Notícia*, são analisadas as técnicas empregadas pelos telejornais na cobertura de eventos históricos relacionados à ditadura militar. A partir das reportagens, investigamos o uso de entrevistas com testemunhas do período, analisamos a utilização de documentos históricos, avaliando o papel destes na construção da narrativa jornalística, e exploramos a participação de especialistas, destacando como historiadores e acadêmicos são convocados a legitimar e contextualizar os fatos reportados.

O terceiro capítulo, intitulado *Mobilização das Memórias da Ditadura: Disputas e Tensionamentos*, examina como as reportagens mobilizam memórias sobre o período da

ditadura militar. Utilizando a abordagem de Marcos Napolitano (2015), que ofereceu uma perspectiva inédita para compreender o processo de construção e transformação da memória sobre a ditadura militar brasileira, destacando como essas memórias foram elaboradas e ressignificadas em diferentes contextos históricos, exploramos três principais vertentes de memória em torno do regime: a memória dos setores liberais, a memória da esquerda e a memória da extrema-direita. É importante ressaltar que Napolitano (2015) não propõe classificações rígidas ou categorias fixas de memória, mas sugere uma periodização que acompanha as mudanças e os deslocamentos dessas memórias ao longo do tempo, evidenciando seu caráter dinâmico e contestado.

A escolha de destacar essas três principais memórias deveu-se à necessidade de organizar e facilitar a análise do material, que é extremamente rico e diverso. Ao mesmo tempo, essa divisão permitiu identificar com maior clareza as tensões e os embates em torno da forma como o passado ditatorial é lembrado e interpretado no Brasil. Essas disputas de memória não apenas refletem visões distintas sobre o regime militar, mas também revelam os conflitos políticos e ideológicos que permeiam a sociedade brasileira até os dias atuais. Dessa forma, a análise dessas narrativas contribui para uma compreensão mais profunda das dinâmicas que envolvem a construção da memória histórica e sua relação com o presente.

## 1. DEBATES E EMBATES DO TEMPO PRESENTE

### 1.1 Olhares sobre o Golpe de 1964

Este tópico tem como objetivo explorar as múltiplas perspectivas construídas sobre a ditadura militar, com ênfase na historiografia, no cinema e em outras manifestações culturais. A análise será estruturada cronologicamente, destacando, década a década, especialmente as efemérides do golpe civil-militar, demonstrando como cada período contribuiu para a formação das memórias e narrativas em torno da ditadura. Essa abordagem proporcionará uma compreensão mais aprofundada sobre como os estudos realizados ao longo do tempo enriqueceram o entendimento desse período histórico.

O estudo da ditadura militar brasileira (1964-1985) tem sido objeto de análises desde os primeiros anos do período. Ao longo das décadas, essas interpretações evoluíram, especialmente nos anos 1980, no processo de redemocratização. Nesse período, o debate público foi marcado pela publicação de relatos de ex-presos políticos e de militares envolvidos na ditadura, gerando narrativas conflitantes. Mais recentemente, a legitimidade do golpe de 1964 voltou a ser defendida por grupos organizados, como militares, empresários e partidos políticos, além de outros segmentos da sociedade. Até hoje, persistem discussões na historiografia e nas manifestações culturais sobre as profundas cicatrizes deixadas por esse período, com impactos políticos, sociais e econômicos duradouros.

Segundo Mariana Joffily (2018), desde os primeiros anos da ditadura, jornalistas e cientistas políticos começaram a elaborar interpretações sobre o golpe e o período ditatorial, à medida que os eventos iam se desenvolvendo. Entretanto, foi nos anos de 1980 que um debate mais efervescente surgiu em meio à guerra de memórias desencadeada pela “publicação de relatos pessoais de ex-presos políticos e narrativas de militares envolvidos na ditadura” (Martins Filho, 2003 apud Joffily, 2018, p. 207). Nesse período, algumas obras se destacaram: *1964, A conquista do Estado*, de René Armand Dreifuss (1981); *Estado e oposição no Brasil*, de Maria Helena Moreira Alves (1984) e *Brasil: nunca mais* (1985), publicado com apoio da Arquidiocese de São Paulo. De acordo com Joffily:

Essas obras adotaram o ponto de vista construído nos anos 1970 pelos setores de esquerda e teorizados por autores como Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso, segundo o qual o golpe e a ditadura teriam sido resultado, na esfera econômica, do esgotamento do modelo de industrialização por substituição de importações e anseio da elite empresarial e financeira em associar-se ao capital externo e, nas esferas política e social, pela crise do pacto populista – produzida pela aspiração de setores populares a reformas que permitissem maior inclusão social. A nova fase de desenvolvimento do capitalismo exigiria uma associação mais aprofundada das elites nacionais com o capital transnacional, que por sua vez requeria transformações nos mecanismos de acumulação incompatíveis com as crescentes aspirações de setores

populares pelas reformas de base (Joffily, 2018, p. 207-208)

O livro *1964, A conquista do Estado*, de René Armand Dreifuss (1981), aborda o jogo político que permeou o golpe de 1964. O autor nos apresenta como diferentes setores da sociedade se uniram para derrubar o governo de João Goulart, explorando as ações das forças conservadoras, como os Estados Unidos da América, preocupados com o avanço do trabalhismo, políticos conservadores, multinacionais, empresários, militares e setores da mídia, que se mobilizaram para criar um clima de instabilidade política e justificar a intervenção militar, destacando o papel fundamental desses atores na articulação do golpe e na implementação do regime militar. Contudo, Dreifuss foi um dos primeiros pesquisadores a indicar o golpe como “civil-militar”, porém, esses “civis” são mais representados pela classe empresarial, fazendo com que o termo “ditadura empresarial-militar” seja mais próximo da caracterização proposta por Dreifuss (Melo; Hoeveler, 2014).

Um ponto interessante a destacar no texto de Dreifuss é a minimização da atuação dos militares:

O golpe propriamente dito consistiu na organização disposição estratégica de forças militares comandadas por oficiais envolvidos ativamente na conspiração, de acordo com um plano que, em termos militares, não passou de um jogo de guerra simulado em escala nacional. [...] Em muitos aspectos, as milícias estaduais estavam muito melhor equipadas para intervenção direta do que os próprios militares (Dreifuss, 1981, p. 362).

Logo, sua principal tese é de que se tratava de um golpe de classe, que estava principalmente a serviço da classe capitalista, ou seja, os empresários. Essa elite envolvida na ação paramilitar se preocupava principalmente em não tornar pública seu envolvimento e ligação com esses grupos.

Na obra *Estado e oposição no Brasil*, de Maria Helena Moreira Alves (1984), a autora apresenta uma perspectiva que analisa a ditadura militar à luz da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), destacando sua relação com a oposição e a influência de diferentes atores, incluindo setores militares e grupos econômicos, na construção e sustentação desse regime autoritário. Alves argumenta que a ditadura foi moldada pela implementação da DSN, a qual englobava a teoria da segurança interna, o modelo de desenvolvimento econômico e os objetivos nacionais permanentes. Todavia, a aplicação da DSN não ocorreu de forma linear, enfrentando obstáculos significativos devido às reações da oposição organizada. Essas reações levaram a períodos de institucionalização e repressão, alternando com momentos de liberalização, caracterizando a dinâmica do regime militar. A autora destaca ainda a importância da elite militar, especialmente um grupo de oficiais da Escola Superior de Guerra (ESG), na elaboração e execução da doutrina que sustentou a ditadura. Ela ressalta que houve

uma política de desestabilização anterior à tomada do poder, envolvendo corporações multinacionais, o capital brasileiro associado-dependente, o governo dos Estados Unidos e diversos setores militares, incluindo membros da ESG (Joffily, 2018, p. 210).

A obra *Brasil: nunca mais* (1985), criada com apoio da Arquidiocese de São Paulo e produzida através da documentação do Superior Tribunal Militar, teve um caráter político, entretanto, o texto também foi difundido na academia, destacando o golpe de 1964 como resultado de transformações socioeconômicas, onde o que levou ao golpe foi a efervescência dos movimentos sociais nos anos 1960, a alta inflação, a influência da direita anticomunista nas classes médias, a oposição do Congresso às reformas propostas pelo governo Jango e a colaboração entre diversos atores, como os Estados Unidos da América e os militares. Assim como as obras supracitadas, o golpe é visto como resultado de uma coalizão civil-militar, com a classe média e setores latifundiários estavam influenciados pela propaganda anticomunista. Contudo, em contraste à tese de Dreifuss, a obra destaca o protagonismo dos militares, denunciando a engrenagem repressiva da ditadura, especialmente o uso sistemático da tortura e da violência. Assim, “(...) a publicação do livro *Brasil: nunca mais* em 1985 foi um marco central na produção de uma memória do terror de Estado, e na sistematização do sentido histórico contido no embate entre os grupos de oposição ilegais ou clandestinos e as forças de segurança” (Napolitano, 2015, p. 24).

No âmbito da produção cinematográfica, César Alessandro Sagrillo Figueiredo (2018) destaca que na década de 1980, a geração envolvida em atividades armadas, escritores que denunciavam a ditadura militar e cineastas que buscavam criar obras críticas enfrentaram desafios devido à censura e à transição democrática controlada pelos militares. Isso resultou em poucos filmes produzidos durante esse período, sendo o primeiro *Paula, História de Uma Subversiva* (1979), dirigido por Francisco Ramalho Jr., apesar de seu título sugerir uma abordagem subversiva e destacar o sistema repressivo brasileiro, o filme em questão não mostra explicitamente a tortura. Ele foca nas memórias de personagens que conviveram com uma protagonista já falecida, ativando assim a memória coletiva de um grupo que enfrentou situações extremas de repressão durante a ditadura militar. Por não atender às expectativas de um filme de denúncia mais direta e por se concentrar em questões psicológicas dos personagens e em dilemas do final dos anos 1970, o filme teve uma recepção fraca e não é amplamente lembrado como representação da ditadura militar. Destaca-se que elementos como militarismo, ativismo político e tortura são esperados em filmes que abordam esse período histórico de maneira mais contundente, formando o esquema tripartite, sendo a tortura um elemento especialmente significativo devido ao testemunho da dor das vítimas e à

denúncia da crueldade dos torturadores (Stigger, 2011, apud Figueiredo, 2018).

Já o filme *Pra Frente, Brasil* (1983), dirigido por Roberto Farias, utiliza o esquema tripartite e dá ênfase na tortura, o filme ambientado nos anos 1970, período crítico da ditadura militar no Brasil, segue a história de Jofre, um cidadão comum confundido com um militante de esquerda pela repressão policial. Ele sofre tortura enquanto sua família enfrenta desafios para encontrá-lo, culminando na morte de Jofre sob tortura e no exílio de sua família devido à perseguição. Apesar das coerções e censuras do regime militar, o filme conseguiu projeção ao participar de festivais e ganhar prêmios, destacando-se por sua crítica contundente à ditadura e pelas cenas explícitas de violência e tortura. Representando um marco no cinema brasileiro ao denunciar historicamente a ditadura militar, a obra causou impacto significativo ao expor as atrocidades do regime, mesmo sendo uma ficção (Figueiredo, 2018, p. 17-18).

Outras produções cinematográficas surgiram nos anos 1980, embora também enfrentassem desafios de produção, financiamento e aprovação pela censura ainda vigente. Uma exceção notável foi *O Beijo da Mulher Aranha* (1985), uma coprodução internacional dirigida por Hector Babenco, que obteve grande reconhecimento mundial e um Oscar de Melhor Ator para William Hurt. O filme conta a história de um prisioneiro político e um homossexual em uma prisão brasileira durante a ditadura militar, mas seu principal objetivo era fazer uma análise crítica das experiências vividas pelos personagens dentro desse contexto de encarceramento extremo, em vez de ser uma narrativa direta sobre a ditadura (Figueiredo, 2018, p. 19).

Outra obra de destaque foi o documentário *Que bom te ver viva* (1989), de Lúcia Murat, que explora as memórias e testemunhos de mulheres que foram militantes durante a ditadura militar no Brasil. Embora inclua elementos teatrais, o filme se enquadra no gênero documentário de representação social, buscando trazer à tona as experiências dessas mulheres e o contexto de dor e ajuste de contas com o passado. Lúcia Murat denuncia as violências sofridas pelas mulheres durante a tortura, sem pretender ser imparcial, e utiliza o filme como uma forma de catarse psicanalítica para remediar suas próprias dores e as do coletivo feminino que representa. O documentário enfrentou censura e retaliação, mas é reconhecido por ser o primeiro registro cinematográfico da voz das mulheres nesse período entre o fim da ditadura e o início da redemocratização no Brasil, destacando-se como uma obra marcante no final dos anos 1980 (Figueiredo, 2018, p. 19-20).

De acordo com Mônica Kornis (2011), seguindo os passos do cinema, a televisão exerceu grande influência na construção da memória nacional sobre o regime militar no Brasil. Desde os anos 1960, ambos os meios abordaram questões contemporâneas ao período, mesmo

enfrentando censura. A autora destaca a Rede Globo como agente na construção dessa memória nacional, especialmente após a redemocratização, que desempenhou um papel importante na integração nacional, adotando uma abordagem pedagógica em sua programação.

A minissérie que inaugura essa proposta da Rede Globo é *Anos Dourados* (1986), que abordava questões comportamentais e políticas, mostrando a transição de uma sociedade conservadora para uma mais progressista. Pedrinho, um dos personagens centrais, que se tornou engajado politicamente nos anos 1960, refletia as imposições da sociedade conservadora anterior e se tornou o primeiro personagem a expressar militância contra a ditadura na televisão, embora não tenha sido tratado heroicamente, marcando um início tímido na abordagem desse tema na televisão durante a "Nova República" (Kornis, 2011, p. 181-183).

Posteriormente, é exibida pela Rede Globo a minissérie *Anos Rebeldes* (1992), escrita por Gilberto Braga e Ricardo Linhares retrata a jornada de um grupo de colegas do ensino médio entre 1964 e 1979, destacando o relacionamento conflituoso entre João Alfredo e Maria Lúcia devido às suas diferentes personalidades e ideologias. João Alfredo, idealista, se envolve na militância política dos anos 1960 até os anos 1980, guiado por sua preocupação com a justiça social. No entanto, os detalhes impressionantes da época presentes na minissérie incluem elementos como objetos dos anos 1960 nas mãos dos personagens, a cenografia que acompanha suas ações tanto em cenas de estúdio quanto externas, as conversas dos personagens e até mesmo o clima de opressão enfrentado pela população brasileira durante a ditadura. Seu ano de exibição coincide com o impeachment do presidente Fernando Collor de Mello, o primeiro eleito por voto direto após a ditadura militar. Abdala Junior (2012) destaca a presença significativa de estudantes nas manifestações pró-impeachment e o contexto histórico da trama da minissérie, ambientada durante a vigência da ditadura. Segundo o autor, a minissérie pode ser vista como uma narrativa que revisita o passado traumático da sociedade brasileira durante a ditadura militar, que permitiu que um segmento do público, como os estudantes, atribuisse novos significados à história, utilizando-a como inspiração para suas ações no presente.

De acordo com Joffily (2018), já na efeméride de 30 anos do golpe, em 1994, dominaram debates propostos por cientistas políticos e pela imprensa, travando o embate a partir da caracterização do lado “bom” e “ruim” da ditadura militar. Contudo, a autora destaca duas obras que fornecem uma visão dos debates historiográficos ocorridos na época, centrados em debater as razões e a natureza do golpe.

O livro *21 anos de regime militar. Balanços e perspectivas*, organizado pela Maria

Celina D'Araújo e Gláucio Ary Dillon Soares, enfatizam a necessidade de uma análise imparcial do período, baseada em critérios analíticos em vez de políticos. Os autores destacam que o governo militar era claramente controlado pelos militares, mas também mencionam a forte base civil que apoiava esse governo, composta por setores empresariais e políticos que viam na aliança com os militares uma forma de combater o comunismo. A coletânea de textos se concentrou mais na análise das instituições durante a ditadura. O artigo de Gláucio Ary Dillon Soares sobre o golpe de 1964 foi especialmente impactante nos debates historiográficos posteriores, ao enfatizar o protagonismo militar e criticar abordagens que negligenciavam a influência política e a especificidade dos militares. No entanto, essa ênfase excessiva nos militares pode ter limitado a compreensão da complexidade do golpe já que ele não fez as devidas críticas das fontes do discurso militar.

A outra obra destacada pela autora, reúne textos apresentados em um evento na UNICAMP no aniversário do golpe em 1994, porém publicado apenas em 1997, organizado por Caio Toledo, intitulado *1964: visões críticas do golpe. Democracias e reformas no populismo*. Nos textos, os autores apresentam diferentes visões sobre o golpe e o "golpismo". Toledo aborda a "Democracia populista golpeada", discutindo o isolamento de João Goulart devido à sua política ambígua e como isso intensificou as tensões políticas. Ele argumenta que o golpe, executado pelas elites, visava evitar o aprofundamento da democracia e estabelecer um regime militar com uma ordem cada vez mais militarizada. Por outro lado, Jacob Gorender observa o golpismo tanto na direita quanto na esquerda, citando declarações de Luís Carlos Prestes como convites ao golpe. Ele destaca as divergências entre os conspiradores, que não buscavam necessariamente uma ditadura militar (Joffily, 2018, p. 220-221). Já Argelina Cheibub Figueiredo argumenta que, na década de 1960, democracia e reformas eram objetivos políticos conflitantes. Ela sugere que as reformas de base poderiam comprometer a democracia, levando ao golpe devido à radicalização política. Figueiredo também discute a tensão entre democracia política e desigualdade econômica, apontando para a necessidade de mudanças graduais para evitar regimes autoritários (Joffily, 2018, p. 220-222). Desse modo, Figueiredo adota uma postura em que a esquerda e militares são colocados no mesmo nível.

Na imprensa, em 1994, a *Folha de S. Paulo* abordou a polarização entre censura e liberdade de imprensa durante a ditadura militar no Brasil, destacando que a censura era mais rigorosa ao defender o regime militar ou ocultar problemas do governo militar. Um dos exemplos são as reportagens intituladas "Censores proibiam até noticiário sobre a epidemia de meningite", publicada pela *Folha de S. Paulo*, em 27/03/1994 e "Folha apoiou primeiro", publicada na *Folha de S. Paulo* em 24/04/1994 (Biroli, 2009, p. 282-283).

Ainda na efeméride de 30 anos do golpe civil-militar, foi lançado o filme *Lamarca* (1994), dirigido por Sergio Rezende, um dos primeiros filmes políticos a abordar a ditadura militar. Baseado na biografia do Capitão Lamarca, militar que desertou do exército para se juntar à luta armada contra o regime, o filme trabalha com maestria os elementos típicos desse gênero: militância, tortura e militares. Interpretado por Paulo Betti, Lamarca é retratado como um herói que desafiou o *status quo* e foi perseguido até sua execução em 1971. O filme reflete a visão da esquerda combativa da época, que esperava ser retratada na tela e buscava justiça pelos crimes cometidos durante a ditadura militar, especialmente devido à impunidade dos torturadores e agentes do Estado. Assim, obras como *Lamarca* se tornaram uma forma eficaz de denúncia e testemunho das atrocidades desse período histórico (Figueiredo, 2018, p. 22-23).

Em 1997, temos o lançamento do filme *O Que É Isso, Companheiro?* (1997), dirigido por Bruno Barreto, baseado no livro homônimo de Fernando Gabeira, figura emblemática da resistência política durante a ditadura militar no Brasil. O filme retrata o sequestro do embaixador americano Charles Elbrick em 1969, com Gabeira passando de um papel coadjuvante no evento para o protagonista da narrativa. A obra incorpora os elementos típicos dos filmes sobre a ditadura, mas com uma inversão notável: o torturador é apresentado em crise de consciência, enquanto os militantes são retratados de maneira ambígua, ora como idealistas ingênuos, ora como indivíduos desprovidos de compaixão. A obra recebeu grande atenção internacional e concorreu ao Oscar de Melhor Filme Estrangeiro, sendo criticado por alguns por sua abordagem hollywoodiana da narrativa histórica. O filme provocou controvérsias entre os envolvidos no sequestro, que se sentiram traídos pela representação cinematográfica dos eventos. No contexto dos anos 1990, o filme simbolizou a luta por identidade na indústria cinematográfica brasileira e a difícil tarefa de dar voz e visibilidade às narrativas dissidentes da história oficial (Figueiredo, 2018, p. 23-24).

Na televisão, a Rede Globo ainda produziu *Decadência* (1995), *Hilda Furacão* (1998), e *Luna Caliente* (1999), que traziam referências pontuais sobre a ditadura militar (Kornis, 2011, p. 179).

Caio Toledo, em seu artigo *1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo*, publicado posteriormente à efeméride, em 2006, destaca em nota que “raros foram os debates em torno dos “30 anos do golpe” (Toledo, 2006, p. 27). No entanto, essa afirmação parece se aplicar principalmente aos debates acadêmicos em História, pois, como analisado, a esfera cultural registrou numerosas produções sobre o tema. Isso se deve “[...] a rejeição do subjetivismo em favor da busca pelo historiador de uma pretensa neutralidade ou

imparcialidade – a “parfait indépendance de son esprit”, longe das injunções políticas ou morais – que afastou a História do Tempo Presente da “esfera do conhecimento acadêmico rigoroso” (Fico, 2012, p. 46). Assim, segundo Carlos Fico (2012), quando consideramos um período histórico marcado por uma significativa violência - especialmente prisões arbitrárias seguidas quase sempre de tortura e, em muitos casos, de morte - a ditadura militar brasileira pode ser relacionada a outros eventos traumáticos do século XX. Isso coloca esse tema dentro do contexto dos debates teóricos sobre a História do Tempo Presente.

Já no aniversário de 40 anos do golpe, em 2004, houve um aumento significativo nas discussões sobre o tema, a distância temporal, o reconhecimento da área da História do Tempo Presente e a abertura de alguns arquivos, como por exemplo, a partir do projeto “Brasil: Nunca mais” contribuíram para o debate sobre a ditadura militar. Além disso, a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que participou da resistência contra a ditadura teve um papel importante para abrir espaço para as discussões (Joffily, 2018, p. 223). A imprensa também teve papel considerável no debate, como pontua Caio Toledo (2004), “[...] a grande imprensa brasileira – outrora apoiadora do golpe e complacente com a ditadura –, trocara a expressão empregada pelos militares e os setores golpistas de “Revolução”, para a de “golpe de Estado” (apud Joffily, 2018, p. 223)

Além disso, de acordo com Cristina Ferreira (2021), durante esse período, houve muitos seminários, publicações acadêmicas e jornalísticas que ampliaram o debate social e acadêmico sobre eventos históricos. Esse contexto estimulou pesquisas históricas e atraiu historiadores devido ao distanciamento temporal e político dos eventos. Além da análise do golpe civil-militar e da ditadura, esses eventos foram importantes para construir e reconstruir memórias, estimulando debates historiográficos.

Uma das obras destacada por Mariana Joffily é intitulada *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois*, publicado em 2004, por Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta. Nesse texto, Daniel Aarão Reis criticava a tendência da memória em apagar a radicalização das esquerdas durante a ditadura, retratando-as agora como vítimas inocentes perseguidas pelo movimento golpista. Ele não apenas destacava o caráter revolucionário desses grupos, como também denunciava sua falta de compromisso com a democracia. Embora também criticasse as distorções da memória produzidas pela direita, ele parecia mais preocupado com a estigmatização dos militares golpistas, chamados de “gorilas” na época. Seu artigo ecoava ideias polêmicas de sua obra publicada no ano 2000, na qual discutia o apoio civil à ditadura. Ele também abordava a memória da luta da esquerda armada, argumentando que durante a transição, essa esquerda transformou seu combate revolucionário em uma

"resistência democrática" ao autoritarismo, mudando o sentido de seu projeto ofensivo para uma prática defensiva. Assim, Reis adota uma postura de considerar a esquerda armada como antidemocrática, entretanto, a visão desse grupo nos anos de 2004 era de que foram "defensores" da democracia.

Jorge Ferreira (2003), em sua obra *Brasil Republicano*, retomou a discussão sobre o "golpismo" que marcou os 30 anos do golpe civil-militar, adotando a teoria dos dois demônios à brasileira. Ele argumentou que entre a radicalização da esquerda e da direita, uma parcela ampla da população apenas assistia aos conflitos em silêncio. Ferreira pontua que a esquerda colaborou com processo político que levou ao golpe de Estado, radicalizando o movimento, com uma atuação não-democrática. Caio Toledo (2004) critica a teoria dos "dois golpes" por não distinguir as motivações, atuações concretas, capacidade de ação e meios materiais dos diversos grupos envolvidos no pré-1964. Ele também apontou que os setores da elite foram os que efetivamente deflagraram o golpe.

Joffily (2018) pontua que na historiografia dos anos 2004, surgiram dois entendimentos sobre o golpe de 1964: ele foi realizado por uma ampla aliança civil-militar e o regime resultante foi uma ditadura. Jacob Gorender (2004), em seu artigo *A Sociedade Cindida*, mencionou uma polêmica introduzida pela já citada obra de Daniel Aarão Reis, publicada em 2000, indicando que a sociedade brasileira, embora condenasse a ditadura, de certa forma a respaldou.

Gorender (2004) faz uma reflexão crítica sobre o uso da expressão "golpe militar", reconhecendo o amplo apoio social recebido pelo golpe. Ele aponta que a sociedade estava dividida e que a classe média se posicionou contra o governo de Jango devido a vários motivos, como greves, inflação e escassez de alimentos. No entanto, ele ressalta que esse apoio não foi espontâneo, mas resultado de campanhas coordenadas pela elite burguesa para influenciar a opinião pública (Joffily, 2018, pp. 229-230).

Carlos Fico (2001; 2004) também contribui para esse debate ao revisar sua visão inicial de que o golpe foi principalmente militar. Em 2001, o autor reconheceu o apoio inicial de setores da classe média e políticos civis, mas ainda enfatizou o aspecto militar do golpe. No entanto, em 2004 ele reavaliou essa perspectiva, argumentando que o golpe foi uma ação conjunta civil-militar que resultou na instauração de uma ditadura militar.

Ainda nos 40 anos do golpe, a obra do jornalista Elio Gaspari (2002a, 2002b, 2003, 2004, 2016) contribuiu para aumentar o interesse pelo tema do golpe de 1964 entre uma classe média não acadêmica, mas também recebeu inúmeras críticas. Uma crítica significativa foi a falta de disponibilização pública dos acervos exclusivos dos quais ele se baseou, como os

arquivos privados de Golbery do Couto e Silva e de Heitor Ferreira. Além disso, o autor foi criticado por não fazer uma crítica rigorosa das fontes e por adotar a perspectiva de protagonistas como Golbery e Ernesto Geisel em sua narrativa sobre a ditadura, negligenciando questões estruturais econômicas e sociais, dando demasiado destaque aos militares e focando excessivamente no perfil psicológico dos atores (Joffily, 2018, p. 231).

Gaspari endossou a teoria dos dois golpes em curso, argumentando que o golpe foi um evento fortuito sem um projeto ou conspiração eficazes, resultado da incompetência política de João Goulart. Ele também sugeriu uma periodização que divide o período da ditadura em diferentes fases, como uma "ditadura temporária" de Castello Branco entre 1964 e 1967, um sistema constitucional de 1967 a 1968, uma ditadura "escancarada" de 1968 a 1974, e a saída da ditadura de 1974 a 1979, definindo a ditadura principalmente pelo uso da tortura por agentes do Estado. Essa periodização termina em 1979, não considerando o marco clássico de 1985 quando houve a transição da presidência das mãos dos militares para os civis. Esses pontos foram precursores de debates sobre a cronologia da ditadura que seriam intensificados nos 50 anos do golpe (Joffily, 2018, p. 231-232).

No campo cinematográfico, entre as efemérides de 40 e 50 anos do golpe civil-militar e durante os governos de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), houve uma proliferação de filmes que buscavam rememorar o período ditatorial do Brasil sob a perspectiva de suas vítimas, funcionando como uma forma de catarse incentivada pelo Estado. Essa era uma época em que aqueles que antes eram marginalizados na história, tendo apenas a memória coletiva como vínculo de um passado, passaram a assumir um papel histórico com o apoio estatal. O governo implementou medidas para transformar antigos opositores do regime militar em heróis nacionais e para revisar homenagens a ex-presidentes ditadores, como, por exemplo, a criação da Comissão de Anistia por meio da Lei nº 10.559/2002, embora criada no governo de Fernando Henrique Cardoso, a Comissão teve seu trabalho intensificado durante o governo Lula, que ficou encarregada de “(...) analisar os requerimentos de anistia que tenham comprovação inequívoca dos fatos relativos à perseguição sofrida, de caráter exclusivamente política, bem como emitir parecer opinativo sobre os requerimentos de anistia, no sentido de assessorar o Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania” (BRASIL, 2002).

Além disso, houve a criação do Projeto "Memórias Reveladas - Centro de Referência das Lutas Políticas, 1964-1985", coordenado pelo Arquivo Nacional e patrocinado pela Petrobras, que visou criar bancos de dados com registros documentais sobre as lutas políticas durante a ditadura militar no Brasil. Lançado em 2008, com a cooperação de 28 instituições, o projeto integra acervos do DEOPS, de militantes e documentos do SNI, CGI e CSN.

Disponível *online*, o projeto oferece recursos como fotos, arquivos sonoros e indicações bibliográficas, permitindo a recuperação de informações sobre a repressão. Também financia a organização de acervos em arquivos públicos e centros de documentação. Esta iniciativa articulou o Governo Federal e os Estados para preservar e difundir registros documentais, facilitando pesquisas e reflexões acadêmicas sobre a ditadura<sup>3</sup>. Esses esforços visavam reparar as injustiças cometidas durante a ditadura, refletindo-se também na produção de filmes que acompanhavam essa trajetória estatal na construção da imagem desses heróis, assim como nos processos de revisão histórica e compensações feitas pelo Estado (Figueiredo, 2018, p. 26).

O filme *Batismo de Sangue* (2007), dirigido por Helvécio Ratton e baseado no livro de mesmo nome escrito por Frei Betto, em 1983, exemplifica esse período. Ao contrário de outras adaptações cinematográficas, Ratton reproduziu fielmente o livro para o cinema, transformando-o em um filme de não-ficção baseado em eventos históricos, incluindo cenários, personagens e situações da época. O filme segue o padrão esperado de retratar o militante, a tortura e o militar de acordo com a narrativa do livro. Essa obra destaca a figura dos freis dominicanos e do líder guerrilheiro Carlos Marighela como vítimas e heróis e os torturadores sendo retratados como vilões sádicos.

Com o apoio das leis de incentivo à cultura e da Comissão Nacional da Verdade, criada em 2011 para esclarecer violações de direitos humanos durante a ditadura, surgiram diversos documentários<sup>4</sup> buscando reconstruir o passado e dar voz às vítimas, enquanto o governo federal trabalhava para oferecer reparação e indenização às vítimas desses períodos da história brasileira (Figueiredo, 2018, p. 26-27).

O documentário *Repare Bem* (2012), dirigido por Maria Medeiros, destaca-se como

---

<sup>3</sup> BRASIL. Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos. Arquivo Nacional – Memórias Reveladas. Histórico, 28. mar. 2022. Disponível em: < <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/historico>>. Acesso em: 29. Mai. 2024.

<sup>4</sup> O DIA que durou 21 anos. Direção: Camilo Tavares. Produção: Pequi Filmes. Brasil: Pequi Filmes, 2012.  
 ARAGUAIA: Campo Sagrado. Direção: Evandro Medeiros. Produção: Labour Filmes. Roteiro: Paulo Fonteles Filho. Brasil, 2011.  
 1964: Um Golpe Contra o Brasil. Direção: Alípio Freire. Brasil, 2012.  
 OS dias com ele. Direção: Maria Clara Escobar. Produção: Filmes de Abril. Brasil: Vitrine Filmes, 2013.  
 MARIGHELLA. Direção: Isa Grinspum Ferraz. Brasil, 2011.  
 ABDIAS: Raça e Luta. Direção: Maria Maia. Brasil, 2012.  
 EM Busca da Verdade. Direção: Deraldo Goulart e Lorena Maria. Produção: TV Senado. Brasil, 2015.  
 UMA Família Ilustre. Direção: Beth Formaggini. Produção: Beth Formaggini. Brasil: 4 Ventos Comunicação, 2015.  
 MARÃIWATSÉDÉ: O Resgate da Terra. Realização: Ministério Público Federal. Brasil, 2018.  
 MEMÓRIAS femininas na luta contra a Ditadura Militar. Direção: Maria Paula Araújo. Produção: equipe do Laboratório de Estudos do Tempo Presente (Instituto de História/UFRJ). Brasil, 2015.  
 O Índio Cidadão? Direção: Rodrigo Siqueira. Produção: Isadora Stepanski. Brasil, 2014.  
 CORDÃO da Mentira. Direção: Thiago Mendonça e Marco Escrivão. Produção: Memória Viva. Brasil, 2016.  
 TORRE das Donzelas. Direção: Susanna Lira. Produção: Modo Operante. Brasil, 2018.

um exemplo paradigmático do período recente. O filme narra a história de Denise Crispim, filha de militantes, que se envolveu com o guerrilheiro Eduardo Leite, conhecido como Bacuri. A relação resultou em uma gravidez, coincidindo com a perseguição do regime militar à família de Denise. Seu irmão foi assassinado e sua mãe presa. Bacuri foi torturado por mais de três meses e depois assassinado. Denise conseguiu asilo político no Chile, mas o golpe de Pinochet forçou mãe e filha a se mudarem para a Itália. Mais de quarenta anos depois, ambas receberam anistia do governo brasileiro e decidiram contar sua história. O filme retrata a jornada de uma militante de esquerda brasileira que enfrentou as dificuldades do período militar, perdendo familiares em circunstâncias terríveis, e que, nos anos de Lula e Dilma, buscou reparação do Estado. Ele enfatiza não apenas o aspecto financeiro da reparação, mas também a questão ética, defendendo que o Estado cumpra sua função social ao amparar seus cidadãos e ser responsabilizado pelos crimes cometidos (Figueiredo, 2018, p. 27-28).

No âmbito televisivo, o programa *Linha Direta* adotou um tratamento biográfico ao reconstruir a história de personagens reais que foram assassinados ou vítimas de tortura durante os anos 1970, considerando-os como "casos" de exceção e destacando os excessos cometidos durante a abertura política na época. Especificamente no segmento Justiça, exibido de 2003 a 2007, o programa abordou cinco casos reais relacionados à ditadura militar, como as biografias de Zuzu Angel, Vladimir Herzog, frei Tito, cabo Anselmo e o episódio da bomba do Riocentro. Essa abordagem visava construir uma memória do regime militar e buscar fazer justiça às vítimas, conforme indicado pelo próprio título do segmento (Kornis, 2011, p. 190).

A telenovela *Amor e Revolução* (2011-2012), exibida pelo Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), foi importante por levar o tema da ditadura militar para as telenovelas, produtos de grande alcance popular, sua audiência média geral foi de 4.76<sup>5</sup>. A trama abordou as arbitrariedades dos militares no poder e a resistência da militância política durante os governos militares das décadas de 1960 a 1980. Além da dimensão ficcional, a novela também incluiu, nos três primeiros meses de exibição, depoimentos de pessoas que se posicionavam contra o regime ou que estiveram envolvidas na defesa desse regime. Araújo (2014) discute as repercussões da telenovela *Amor e Revolução* no YouTube, destacando a disponibilização de dramatizações de tortura relacionadas à novela antes mesmo de sua estreia. Além disso, a presença de depoimentos reais na internet também foi relevante. A telenovela gerou debates intensos entre os internautas, abordando temas políticos, ideológicos, e até mesmo questões

---

<sup>5</sup> AMOR E REVOLUÇÃO: veja audiências detalhadas da novela. TV Foco, 2012. Disponível em: <<https://www.otvfoco.com.br/audiencias-detalhadas-conheca-os-numeros-das-novelas/amor-e-revolucao-veja-audiencias-detalhadas-da-novela/>>. Acesso em: 17. Mai. 2024.

estéticas e técnicas da produção televisiva. Os depoimentos refletem um embate ideológico sobre a ditadura militar no Brasil, com posturas favoráveis e contrárias aos eventos históricos retratados na novela. Essa diversidade de opiniões reflete as diferentes visões presentes na sociedade brasileira, abordadas pela dramaturgia da telenovela (Araújo, 2014, p. 107-108).

As representações da ditadura nas efemérides analisadas refletem um debate complexo sobre as memórias históricas, a responsabilidade e justiça. Napolitano (2015) enfatiza a importância de evitar tanto a vilanização dos militares quanto a idealização dos opositores do regime, argumentando que tal polarização simplista pode enfraquecer a memória crítica construída e fortalecer o relativismo e o negacionismo. A história deve promover a reflexão e a crítica, reforçando seu papel na construção e na defesa da democracia contra os "assassinos da memória" e os defensores do autoritarismo.

O desafio se encontra ao passo que o negacionismo sobre a ditadura militar e o apoio ao autoritarismo aumentaram significativamente no Brasil a partir das Jornadas de Junho de 2013 e das eleições de 2014, que culminaram na ascensão da extrema-direita nas eleições de 2018. A eleição de Jair Bolsonaro em 2018 consolidou essa tendência, glorificando o regime militar e ameaçando os valores democráticos. Esses eventos fortaleceram o negacionismo e o autoritarismo, reconstruindo uma memória histórica sobre a ditadura, pautada na celebração do golpe.

## **1.2 Das Jornadas de Junho às Eleições de 2014**

Entre os dias 6 e 13 de junho de 2013, o Movimento Passe Livre (MPL) organizou uma série de protestos contra o aumento da tarifa de transporte público. Em São Paulo, os manifestantes chegaram a aproximadamente 5 mil pessoas, defendendo esta pauta específica. O uso da força policial contra o movimento atraiu a atenção do grande público, assim, as manifestações despontaram em outras partes do país (Antonino, 2018). Conforme Jessé Souza (2016), no início das manifestações, a maioria dos participantes era composta por estudantes, tanto da classe média quanto das periferias. Muitos desses jovens oriundos das periferias estavam ingressando nas universidades, porém encontravam-se em empregos precários e de baixa produtividade. As primeiras referências ao movimento no *Jornal Nacional* foram negativas, tratando as manifestações como tumultos e atos de vandalismo, evidenciando que alguns manifestantes foram presos e criminalizados<sup>6</sup>.

Entretanto, a segunda parte das manifestações ocorreu do dia 17 ao dia 20 de junho.

---

<sup>6</sup> MANIFESTANTES entram em confronto com polícia de SP contra aumento da passagem de ônibus. *Jornal Nacional*, 2013. Disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/2620082/>>. Acesso em: 29/10/2014.

Nesse período, 230 mil pessoas participaram do movimento, o que marcou uma mudança na percepção dos agentes políticos e da mídia. Se anteriormente os manifestantes eram descritos como “vândalos e tumultuosos”, os discursos evoluíram, passando a declará-los como a “voz do povo” e afirmando que buscavam fortalecer a democracia. As reivindicações também se transformaram, e *slogans* como “Fora Dilma” e “o gigante acordou” ganharam destaque nas ruas e nos meios de comunicação (Antonino, 2018, *apud* Singer, 2013).

A cobertura do Jornal Nacional no dia 19 de junho passou por uma transformação decisiva. A federalização dos protestos, com o objetivo de atingir a figura da presidente, começou a ganhar corpo com a criação de palavras de ordem pelo próprio jornal, que passava agora a promover e incentivar as manifestações como explosão democrática do povo brasileiro. Pela primeira vez o Jornal Nacional mostrou queda de popularidade da presidenta Dilma: de 79% de contentamento com o governo em março de 2013 - sua maior aprovação histórica - para 71% em junho. Apesar de a queda inicial ter sido apenas moderada, percebia-se claramente que os protestos podiam ser canalizados para atingir a presidenta (Souza, 2016).

Além da redução das tarifas de ônibus<sup>7</sup>, a corrupção, a inflação e o desemprego tornaram-se os temas centrais das manifestações. Antonini (2018) destaca a questão econômica como tendo o maior impacto, gerando uma incerteza quanto ao futuro. Além disso, o perfil social dos manifestantes também mudou. As famílias de classe média com renda alta passaram a liderar o movimento, mobilizando-se com a bandeira do Brasil, a camiseta da seleção brasileira e pintando o rosto, similarmente ao ocorrido nas “Diretas Já” (Souza, 2016). Essa mudança de perfil é evidente quando as demandas sociais são analisadas:

Alguns expressam seu descontentamento com o funcionamento do transporte público e dos serviços públicos de forma mais geral (principalmente educação e saúde); outros apelam aos altíssimos custos (não somente econômicos, mas também sociais, ambientais, culturais e políticos) da Copa e dos megaeventos a serem realizados no país, com destaque para o Rio de Janeiro; jovens de classe média baixa e das periferias indignam-se pela persistência profunda das desigualdades e revelam uma indignação de classe e opressão permeada pelas fraturas, as segmentações e o classismo e racismo da sociedade brasileira; também há aqueles que insistem na indignação diante de questões mais específicas e setoriais, conquanto não menos importantes, como foi o caso da PEC 37, a criminalização do aborto, o projeto de lei aprovado para tramitação pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara para a denominada “cura gay” etc. (Bringel, 2013, p. 46 *apud* Velho, 2020, p. 56).

Contudo, segundo Singer (2013) *apud* Antonino (2018), a última etapa das manifestações ocorreu do dia 21 de junho até o final do mês. Nesse contexto, as mobilizações tornaram-se parciais e focadas em objetivos específicos, como a PEC 37, com um cunho nacionalista projetado, e com um discurso anticorrupção:

O tripé, economia de mercado, direito de propriedade e Estado de direito, formatavam uma base, mostrando a predominância das defesas liberais na seara econômica. Esse tipo de discurso transcende barreiras, sendo reverberado, constantemente, nas redes e

<sup>7</sup> “São Paulo e Rio anunciam redução das tarifas do transporte público”. Disponível em: <<https://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/sao-paulo-e-rio-anunciam-reducao-das-tarifas-do-transporte-publico.html>>. Acesso em: 14/06/2024.

nas ruas. Não só isso, percebe-se uma variável que resgata os valores conservadores para construções de horizontes culturais e sociais, com um forte discurso de criminalização de movimentos que estão distantes do perfil social traçado anteriormente: brancos, classe média e escolarizados (Antonino, 2018, p. 105).

Essas sucessivas manifestações ficaram conhecidas como “Jornadas de Junho”, que, segundo Souza (2016), foi o começo do golpe de 2016, ilustrado pela queda da popularidade da presidenta Dilma Rousseff.

Conforme Veronica Freitas (2023), em 2013, o Brasil vivenciou grandes manifestações que desencadearam uma profunda crise política. A partir desses eventos, vários atores de diferentes setores começaram a se reorganizar politicamente, formando novas alianças e buscando confrontar os governos. Essa reconfiguração política trouxe à tona uma multiplicidade de vozes nas ruas, entre elas a dos intervencionistas, que defendiam a intervenção militar no país. Segundo a autora, durante a cobertura das manifestações pelo portal *GI*, não foram identificados pedidos explícitos de intervenção militar no ciclo inicial dos protestos de junho.

No entanto, outros veículos de imprensa, como o jornal *Gazeta do Povo*, registraram tais clamores de forma ainda marginal. Segundo o jornalista Tiago Cordeiro (2018), a primeira aparição do pedido de tutela militar ocorreu durante os protestos de junho daquele ano em São Paulo. A análise também revelou a presença de intervencionistas nas mobilizações de 2013, entrevistas realizadas pelo autor identificaram figuras como José Geraldo Quartim de Moraes, liderança da União Nacionalista Democrática, entre os participantes dos protestos que defendiam a intervenção militar. Outra liderança entrevistada foi o empresário Piero Pagni, que esteve envolvido na reedição da Marcha da Família em São Paulo, em 2014, e liderou um grupo que foi até o Comando da 2ª Região Militar entregar uma carta solicitando uma intervenção militar, ele afirmou participar de vários protestos contra o PT<sup>8</sup>. Portanto, essas manifestações de 2013 não apenas expuseram uma crise latente na política brasileira, mas também catalisaram uma série de reorganizações e alianças entre diferentes grupos políticos. A presença de intervencionistas, embora inicialmente marginal, exemplifica como diversos setores aproveitaram o momento para promover suas agendas específicas, refletindo a complexidade e a diversidade das demandas que emergiram das ruas brasileiras naquela época (Freitas, 2023).

Em 10 de julho de 2013, realizou-se em São Paulo a "Marcha da Família com Deus, em defesa da vida, da liberdade, da pátria e da democracia, contra o comunismo", solicitando

---

<sup>8</sup> Ver FREITAS, Veronica. Os protestos de junho de 2013 e a retomada dos pedidos de intervenção militar no Brasil. [SYN]THESIS, 2023.

uma intervenção militar para proteger o país de um suposto avanço comunista. O evento reuniu aproximadamente 50 participantes, constituindo uma demonstração inicial do ativismo intervencionista no período pós-Junho. O título do evento remete à "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" de 1964, que apoiou o golpe militar (Calil, 2016, p. 519 *apud* Freitas, 2023, p. 46). Segundo Cordeiro (2021), essa marcha representava a oposição ao governo de João Goulart e o apoio à intervenção militar, tornando-se um símbolo para as direitas. Foi vista como uma grande expressão pública contra Goulart e a favor do golpe, sendo utilizada pelos militares para legitimar tanto o golpe quanto o regime ditatorial.

O protesto evocava a ditadura militar de 1964 em contraposição ao governo federal vigente, cuja presidenta Dilma Rousseff havia sido perseguida e presa pelo regime. O evento também reforçou a oposição à CNV, instituída pelo governo do Partido dos Trabalhadores (PT) para promover a Justiça de Transição e reconhecer os abusos do período autoritário, sendo vista por defensores do passado autoritário como um "revanchismo" contra as Forças Armadas. De acordo com Freitas (2023), em 15 de novembro de 2013, ocorreu o primeiro protesto intervencionista coberto pelo *GI*, liderado pelo militar da reserva Emílio Alarcon, que defendia a intervenção militar como a melhor forma de gestão para o país. Conforme dados do *GI*, apenas três manifestantes participaram do ato em frente ao Palácio do Planalto, em Brasília, segurando uma faixa com a inscrição "Intervenção militar já!! O Brasil exige ordem e progresso". A adesão foi mínima, devido ao feriado de Proclamação da República, mas o fato de o protesto ter sido noticiado pelo *GI* indica uma determinada repercussão<sup>9</sup>.

Em 2014, devido a efeméride de 50 anos do golpe, as discussões redobram, tanto na historiografia, nos meios culturais e no debate público. Marcos Napolitano afirma que “por ocasião dos 50 anos do golpe de 1964, a sociedade brasileira pareceu estar vivendo uma “febre memorialística” em torno do regime militar” (Napolitano, 2015, p.35). Uma das distinções estava na forma como o tema passou a figurar na agenda nacional. Em 2011, foi sancionada a Lei de Acesso às Informações Públicas, a nova legislação era fruto de um longo processo de lutas contra o sigilo na esfera governamental que se iniciou antes do fim da ditadura militar. A abertura dos “documentos sigilosos” permitiu avanços na construção de um passado sobre a ditadura militar menos estereotipado (Fico, 2012, pp.44-48).

Assim, foi possível reconstruir a história da ditadura militar a partir de diversos documentos, principalmente documentos sensíveis, como aponta Carlos Fico (2012), a abertura

---

<sup>9</sup> “Trio faz protesto na Esplanada e pede intervenção militar no Brasil”. Disponível em: < <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2013/11/trio-faz-protesto-na-esplanada-e-pede-intervencao-militar-no-brasil.html>>. Acesso em: 16/06/2024.

dos arquivos pode contribuir para corrigir certos equívocos, como o mito de que a ditadura brasileira não foi violenta. Muitas pessoas foram afetadas - não apenas aquelas que foram diretamente atingidas pela tortura e pela violência explícita. Crianças foram separadas de seus pais, jovens tiveram suas oportunidades de estudar negadas, profissionais qualificados viram suas carreiras destruídas. Além disso, esposas, maridos, filhos, pais e avós sofreram um verdadeiro massacre psicológico devido à crueldade dos "desaparecimentos".

Pouco tempo depois, a Lei n. 12.528/2011 criou a CNV, instituída pela presidenta Dilma Rousseff em 16 de maio de 2012. A CNV tinha por objetivo investigar “as graves violações de direitos humanos ocorridas no Brasil nos anos de 1946 e 1988” (Maciel, 2014, pp.116-117). De acordo com Napolitano:

Sua missão era esclarecer fatos ainda obscuros ligados sobretudo à repressão política contra opositores e produzir uma espécie de história oficial do período a partir da perspectiva de uma democracia golpeada. O longo relatório elaborado por esta comissão, publicado em dezembro de 2014, aponta para uma série de ações simbólicas que sinalizam o triunfo da memória hegemônica crítica no plano do discurso oficial, embora seu resultado não tenha agradado plenamente as organizações de direitos humanos mais combativas, como os grupos da linhagem “tortura nunca mais” e familiares. Foram recomendadas 29 medidas, sendo que algumas delas incidem diretamente sobre a questão da memória: a proibição de comemorações oficiais do golpe de 1964; o reconhecimento pelas Forças Armadas das violações cometidas contra os direitos humanos; a reformulação do conteúdo curricular das academias militares (sobretudo em relação ao ensino de história); o incremento de uma política de preservação da memória das violações dos direitos humanos durante o regime, devidamente articulada a políticas educacionais. Foram reconhecidos, oficialmente, 434 mortos e desaparecidos políticos (dos quais 210 continuam desaparecidos), e responsabilizados 361 agentes de Estado por “graves violações aos direitos humanos” (Napolitano, 2015, p. 26).

A disputa em torno das memórias da ditadura militar foi revivida com grande intensidade. As Forças Armadas, acompanhadas por ex-ministros e membros do Supremo Tribunal Militar, expressaram sua oposição aos trabalhos da CNV e decidiram não fazer um pedido público de desculpas pelas violações aos direitos humanos ocorridas durante seu período de governo. Em oposição aos esforços para responsabilizar os agentes estatais envolvidos na repressão política e à criação da CNV, ex-integrantes da Comunidade de Informações lançaram o livro *Orvil* em 2012 como uma resposta ao projeto *Brasil: nunca mais*, elaborado na década de 1980 pela Seção de Informações do Centro de Informações do Exército e mantido arquivado em busca de reconciliação (Joffily, 2018, p. 234).

No campo da imprensa, um ano antes do aniversário do golpe, diante das críticas públicas que acusavam o jornal *O Globo* de ter apoiado a ditadura, a empresa realizou uma

autocrítica<sup>10</sup>. A explicação dada pelo jornal se fundamentou em elementos da historiografia, indicando que outros grandes jornais e uma parte considerável da população também respaldaram o golpe devido ao contexto de intensa radicalização política e ao receio de um possível golpe liderado pelo presidente João Goulart, com amplo apoio dos sindicatos. Na matéria, ainda destacam que a denominação utilizada pelo jornal, chamando o golpe de “revolução”, era a única alternativa para manter a democracia brasileira. Além disso, as Organizações Globo reconheceram que o apoio ao golpe militar de 1964 foi um erro, justificando essa posição ao afirmar que outras empresas também haviam apoiado o golpe<sup>11</sup>.

Ainda na efeméride dos 50 anos do golpe, o historiador Marco Antonio Villa afirmou que as polêmicas são necessárias para transformar os olhares da sociedade (Vila, 2014). O autor já havia pontuado em uma matéria na *Folha de S. Paulo*, em 2009, a ideia de que o regime militar brasileiro não pode ser considerado uma ditadura contínua de 21 anos. De acordo com o autor, o período de 1964 a 1968, até o AI-5, teve intensa atividade político-cultural, e de 1979 a 1985, com a Lei da Anistia e as eleições estaduais de 1982, também não se encaixa na definição de ditadura<sup>12</sup>. O autor reitera essa visão em seu livro "Ditadura à Brasileira" (2014), destacando que a comparação do regime militar brasileiro com as ditaduras da Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai são errôneas, já que, segundo o historiador, a tradição antidemocrática e o despreço pela democracia esteve sempre presente nos anos de Brasil República. Além disso, Villa afirma que tanto a direita quanto a esquerda, antes do golpe militar, buscaram investidas golpistas para a tomada do poder. Outro ponto essencial de sua obra é a interpretação da luta armada, Villa destaca que suas atuações só contribuíram para o terrorismo de Estado e que não obtiveram nenhum apoio popular. Além disso, ressalta que os militares foram agentes fundamentais na modernização e industrialização do país.

O debate sobre o apoio dos civis ao golpe e à cronologia da ditadura se prolongou na historiografia nos 50 anos do golpe, Rodrigo Patto Sá Motta (2014) examinou o apoio da sociedade ao golpe e à ditadura por meio de pesquisas de opinião do Ibope, identificando que não é possível categorizar o apoio ou a oposição à ditadura de forma total, mas sim identificar diversas posturas ao longo do tempo. Em sua pesquisa sobre as políticas universitárias durante o regime, Motta evidenciou as intrincadas relações entre a sociedade civil e o governo militar,

---

<sup>10</sup> “Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro”. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>. Acesso realizado em 09/08/2023.

<sup>11</sup> “Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro, reconhecem as Organizações Globo”. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2798447/>. Acesso realizado em 10/09/2023.

<sup>12</sup> VILLA, Marco Antonio. Ditadura à brasileira. Folha de S. Paulo, 2009. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0503200908.htm>>.

destacando as ambiguidades e "jogos de acomodação" presentes tanto em concessões à política autoritária quanto na proteção de intelectuais de esquerda devido às suas capacidades acadêmicas. Ele defendeu que a ditadura atendeu demandas sociais dos grupos derrotados pelo golpe na reforma do meio acadêmico, porém de maneira autoritária e elitista. Ao aplicar o conceito de cultura política, Motta sustentou que a ditadura e a sociedade adotaram duas tendências políticas de longa duração no Brasil: a "conciliação" e a "acomodação", visando evitar conflitos. Ele ressaltou que a construção do Estado após o golpe de 1964 foi uma tentativa de harmonizar demandas opostas devido à diversidade de apoio, resultando em pressões divergentes. Contudo, ele sublinha que essa estratégia conciliadora favorece principalmente a elite social, mantendo o *status quo* de exclusão política e desigualdade social.

A obra *1964* (2014), escrita por Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, trouxe para o debate a reflexão sobre os caminhos que levaram até o golpe de 1964. Para isso, os autores expuseram no livro depoimentos de testemunhas, matérias de periódicos da época, além de fotografias para compor o contexto analisado. É necessário destacar a contribuição dos autores ao enfatizarem o povo como ator político, que buscava ser representado e incorporado à democracia. Além disso, os autores salientaram a participação civil no golpe, assim como Carlos Fico (2004) e Motta (2014).

No campo cinematográfico, o filme-documentário *Em Busca de Iara* (2014), dirigido por Flávio Frederico, foi lançado na efeméride de 50 anos do golpe civil-militar. O documentário narra a trajetória de Iara Iavelberg, militante do MR-8, que morreu aos 27 anos, em 1971, em Salvador. Iara era um alvo importante para o governo militar, que esperava, ao capturá-la, chegar ao capitão Carlos Lamarca, seu companheiro. Com roteiro e narração de Mariana Pamplona, sobrinha de Iara, o longa reconstitui os passos de sua tia, buscando entender suas escolhas, seu papel na luta armada e sua morte que, até 2003, era oficialmente registrada como suicídio, algo que a família contestou desde que as forças da repressão entregaram seu corpo. Além disso, o documentário é construído com depoimentos de amigos, familiares e companheiros de luta de Iara, além de pessoas diretamente envolvidas na repressão política daquela época. Além desses relatos, o filme utiliza registros históricos e imagens contemporâneas do Brasil, criando uma ligação entre o passado e o presente. O filme é um relato emocionante que incita reflexões sobre a luta pela liberdade e justiça social, destacando a importância de esclarecer os crimes cometidos durante a ditadura militar, assunto que estava sendo discutido na efeméride.

Outra produção de destaque foi o documentário *Torre das Donzelas* (2018), dirigido por Susanna Lira e que contou com a participação da ex-presidenta Dilma Rousseff. A obra

retrata a vida cotidiana e a convivência de mulheres encarceradas na ala feminina do presídio Tiradentes, em São Paulo, entre 1969 e 1972. Essa ala, conhecida como Torre das Donzelas, era destinada às presas políticas. O documentário inclui depoimentos de mulheres que estiveram na torre e viveram as experiências do cárcere. O longa foi amplamente premiado, conquistando o prêmio especial do júri no Festival de Brasília e o prêmio de melhor documentário pelo júri popular na Mostra Internacional de Cinema de São Paulo. No Festival do Rio, foi aclamado com os prêmios de direção, melhor documentário pelo júri oficial e melhor documentário pelo júri popular.

Na série *Os Dias Eram Assim* (2017), a trama se passa entre as décadas de 1970 e 1980, abordando temas como repressão, censura e resistência. A história segue o casal Alice (Sophie Charlotte) e Renato (Renato Góes). Alice é filha de Arnaldo (Antonio Calloni), um empresário simpatizante da ditadura militar, enquanto Renato é um médico perseguido por suas posições contrárias ao governo. A série explora, além do romance, o impacto da ditadura na vida pessoal dos personagens e nas relações sociais do período. O destaque foi a metanarrativa da série, em que a Rede Globo revisita sua história por meio da ficção, se apresentando como uma guardiã imparcial da memória nacional ao combinar narrativa fictícia com imagens documentais, especialmente de seus próprios telejornais. De acordo com Viana; Musse e Magnolo (2019), isso a coloca como uma testemunha neutra do passado recente, evitando eventos que possam prejudicar sua imagem, como sua aliança com o regime, e se retratando no máximo como vítima da censura. Esse rearranjo histórico visa a legitimar a emissora em um novo contexto social (Viana, et al, 2019, p. 532-566). Assim a emissora buscou reconstruir seu lugar nesse período histórico, passando uma mensagem de vítima.

Algumas vozes respeitadas no campo liberal têm demandado uma abordagem equilibrada em relação à esquerda, supostamente não abordada de forma suficiente no relatório da CNV, o que pode ser interpretado como um respaldo aos argumentos da extrema-direita, principalmente em relação às Forças Armadas. Isso não implica que seja inadequado investigar e elucidar as violências cometidas pelos grupos armados de esquerda, mas é crucial não desviar o foco da necessidade de esclarecer os crimes praticados pelos agentes do Estado, como a localização dos desaparecidos e a explicação das execuções extrajudiciais. É essencial lembrar que os militantes de esquerda, armados ou não, já sofreram penalidades no passado, enquanto os torturadores nunca foram devidamente responsabilizados (Napolitano, 2015, p. 36).

Contudo, Napolitano (2015) ressalta que a extrema-direita está ganhando seguidores e desafiando a predominância dos valores de esquerda no âmbito da memória, que antes eram parcialmente apoiados pelos liberais. Alguns setores liberais, especialmente os mais

conservadores, estão endossando os argumentos da extrema-direita sobre o regime militar, o que provoca uma disputa pela hegemonia mencionada, como pode ser visto em março de 2014, quando manifestantes pediram intervenção militar no governo Dilma Rousseff.

Assim sendo, em 22 de março de 2014, a pauta da intervenção foi novamente citada no aniversário de 50 anos da ditadura militar, com mobilizações em São Paulo e no Rio de Janeiro<sup>13</sup>. Os intervencionistas em 2014 também mobilizaram a marcha da família como forma de comemoração aos 50 anos das passeatas<sup>14</sup>.

Segundo notícia publicada dia 23 de março de 2014, no portal *UOL*, intitulada “Quem foi às ruas para pedir retorno de militares ou gritar contra ditadura?”, a mobilização foi mais efetiva nas redes sociais, o evento publicado no *Facebook* para divulgar a marcha em São Paulo tinha 30,9 mil convidados; para o evento no Rio, eram 9,2 mil, ao passo que apenas 650 pessoas compareceram, sendo 500 pessoas na capital de São Paulo e, 150 pessoas na capital do Rio de Janeiro. Em entrevista concedida ao portal, a advogada Maria Sonia Carvalho Gomiero declarou que apoia uma intervenção para remover o governo atual, criticando a Lei da Anistia por trazer de volta esquerdistas que, em 1964, tentaram transformar o Brasil em um país comunista, mas foram impedidos pelos militares. Além disso, ela afirmou que esses esquerdistas deixaram o país por escolha própria, não por exílio<sup>15</sup>. Assim, nota-se que a intervenção militar é frequentemente destacada como a solução para destituir o governo de Dilma, com alguns manifestantes intervencionistas ainda vendo a ditadura militar de forma positiva e acreditando no mito da ameaça de implantação do comunismo no país.

No mesmo ano, ocorreram as eleições para a Presidência da República. Segundo Antonino (2018), em decorrência das Jornadas de Junho, houve uma tentativa de recuperar a imagem da presidente Dilma Rousseff, estabelecendo uma agenda positiva que destacasse os avanços coletivos dos governos petistas. Apesar dessa estratégia, as eleições foram marcadas por tensões significativas. Ainda assim, a presidente foi reeleita com 51,64% dos votos. Logo após sua vitória, eleitores do candidato derrotado Aécio Neves, pedem o impeachment da presidenta, segundo notícia publicada no *GI* em 26 de outubro de 2014, intitulada “Em SP, tucanos gritam 'impeachment' e petistas pedem choro no Cantareira”, os militantes pró Aécio

---

<sup>13</sup> “Nova versão da Marcha da Família percorre ruas do Centro de SP”. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/03/manifestantes-se-reunem-para-nova-versao-da-marcha-da-familia-em-sp.html>>. Acesso em: 16/06/2024.

<sup>14</sup> “Ultraconservadores reeditam neste sábado a Marcha da Família com Deus pela liberdade”. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/03/22/interna\\_politica,510663/ultraconservadores-reeditam-neste-sabado-a-marcha-da-familia-com-deus-pela-liberdade.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/03/22/interna_politica,510663/ultraconservadores-reeditam-neste-sabado-a-marcha-da-familia-com-deus-pela-liberdade.shtml)>. Acesso em: 16/06/2024.

<sup>15</sup> “Quem foi às ruas para pedir retorno de militares ou gritar contra a ditadura?”. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/03/23/marchas-reunem-defensores-e-opositores-da-ditadura-militar.htm>>. Acesso em: 16/06/2024.

chegam a pedir intervenção militar, afirmando que “isso não vai ficar assim, os militares vão assumir o poder”<sup>16</sup>. Outra notícia, publicada no portal *BBC NEWS*, em 4 de novembro de 2014, intitulada “#SalaSocial: Insatisfeitos com eleições pedem ajuda a militares e aos EUA”, destaca novamente o pedido de intervenção militar:

"Seria uma intervenção branca, diferente de um golpe. Todos os (parlamentares e juízes) que forem culpados (de corrupção) serão afastados imediatamente do governo. Quem vai julgar é uma comissão formada pelos militares, pela sociedade civil ou outros juízes que não estiverem comprometidos", disse à BBC Brasil o empresário paulista Carlos Carvalho Junior, de 47 anos, que criou o maior grupo sobre o tema no Facebook, com mais de 48 mil membros (BBC NEWS, 2014).

Dessa maneira, constata-se que o tema da ditadura militar e a percepção dos manifestantes a respeito desta refletem a crença de que os militares seriam capazes de resolver os problemas do país, desconsiderando a vitória democrática da presidente Dilma Rousseff e descredibilizando-a. Portanto, mesmo no contexto do cinquentenário do golpe civil-militar, mesmo com as diversas discussões sobre a CNV e as comemorações sobre a ditadura militar, ainda assim, os militares foram vistos de maneira positiva pelos manifestantes. E os pedidos de intervenção militar tornaram-se ainda mais evidentes no processo de impeachment da presidente Dilma Russeff.

### 1.3 O Golpe de 2016 e a ascensão da extrema-direita nas eleições de 2018

Como discutido no tópico anterior, esse era o cenário do país após a reeleição da presidenta Dilma Rousseff. Contudo, segundo Mancebo (2017), no final de 2014, um golpe parlamentar, judicial e midiático começou a ser articulado, culminando no impeachment da presidenta em 31 de agosto de 2016. Jessé Souza (2016) destaca de forma única a participação da mídia no golpe. Segundo ele, desde as Jornadas de Junho, a mídia passou a se aliar às instituições do aparelho jurídico-policial para deslegitimar o governo reeleito. Assim:

Já a partir de novembro de 2014, uma série de prisões espetaculares e os assim chamados "vazamentos seletivos", cuidadosamente orquestrados entre os participantes do complexo jurídico-policial do Estado e a mídia conservadora, criaram uma atmosfera de linchamento político (Souza, 2016, p. 110).

Além disso, embora o poder da imprensa na sociedade contemporânea seja limitado, ele é decisivo, especialmente devido à parcialidade dos meios de comunicação, os quais têm a capacidade de distorcer a visão dos problemas sociais e apresentar uma singularidade de perspectivas e opiniões. Esse comportamento ficou evidente durante o golpe, quando uma

<sup>16</sup> “Em SP, tucanos gritam 'impeachment' e petistas pedem choro no Cantareira”. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/eleicoes/2014/noticia/2014/10/na-paulista-tucanos-gritam-impeachment-e-petistas-pedem-choro-no-cantareira.html>>. Acesso em: 16/06/2024.

perspectiva "fulanizada", parcial e unilateral foi continuamente apresentada ao público sem questionamentos, que Souza denominou de “veneno midiático” (Souza, 2016).

Michael Löwy (2016) caracteriza o impeachment da presidenta como um Golpe de Estado e enfatiza o papel do parlamento nesse processo, especialmente dos deputados e senadores envolvidos em casos de corrupção, que iniciaram um processo para destituir a presidenta sob alegações de irregularidades contábeis para cobrir déficits na conta pública, algo comum em todos os outros governos.

Segundo Martuscelli (2020), apesar das controvérsias sobre a interpretação das "pedaladas fiscais" e decretos de créditos suplementares como crime de responsabilidade, práticas adotadas por outros governos sem serem tipificadas como crimes passíveis de impeachment, na votação de admissibilidade do processo em 17 de abril de 2016, os deputados federais direcionaram seus votos com base em motivos ideológicos e não motivos jurídicos pelos quais a presidenta sofreu o impeachment, como família, referências aos torturadores da ditadura e convicções religiosas, conforme mencionado pela jornalista Andrea Dip (2018, p. 59).

Löwy (2016, p. 65) ressalta a coalizão do grupo parlamentar (sem afiliação partidária) chamado de "bancada do BBB": composto pela "Bala" (deputados vinculados às milícias), o "Boi" (grandes proprietários de terra e criadores de gado) e a "Bíblia" (neopentecostais conservadores, homofóbicos e misóginos). Outra figura política envolvida no processo de impeachment é Jair Messias Bolsonaro (PP), que proferiu seu voto em homenagem ao coronel Brilhante Ustra<sup>17</sup>, conhecido por seu papel como torturador durante os anos 1970, inclusive tendo torturado Dilma Rousseff, na época militante de um grupo de resistência armada.

Em um artigo do jornal *Sul21* intitulado “Ustra, morto e vivo” por Carolina Silveira Bauer (2016), a historiadora relata um acontecimento na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no qual as portas do restaurante universitário foram pichadas com a frase “Ustra vive”. A autora destaca como Ustra permanece presente na memória das vítimas que não viram a responsabilização pelos seus crimes, além de continuar vivo na "memória apologética da ditadura militar, ou seja, na justificativa da utilização da tortura; vive na legitimidade do extermínio, desde que a vítima seja o outro [...]”<sup>18</sup>.

Em 1964, manifestações respaldadas pela ideologia de "família com Deus pela

<sup>17</sup> “Bolsonaro cita Ustra no voto pelo impeachment de Dilma Rousseff”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WvN7nYxbH-o>>. Acesso em: 21/06/2024.

<sup>18</sup> “Ustra, vivo e morto”. Disponível em: <<https://sul21.com.br/opiniaio/2016/05/ustra-morto-e-vivo-por-caroline-silveira-bauer/>>. Acesso em: 21/06/2024.

liberdade" pavimentaram o caminho para o golpe contra o presidente João Goulart. De forma semelhante, em 2016, multidões influenciadas pela mídia se mobilizaram para exigir a destituição de Dilma, chegando em alguns casos a solicitar o retorno dos militares. Esses grupos, predominantemente formados por indivíduos brancos de classe média, foram persuadidos pela mídia de que a luta era contra a corrupção. “O que a tragédia de 1964 e a farsa de 2016 têm em comum é o ódio à democracia. Os dois episódios revelam o profundo desprezo que as classes dominantes brasileiras têm pela democracia e pela vontade popular” (Löwy, 2016, p. 66).

Nos protestos realizados no dia 13 de março de 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff, Freitas (2023) identificou a presença de intervencionistas em sete estados do país. Segundo a autora, a partir da cobertura do *GI*, foi possível identificar os estados do Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia e São Paulo. Dentre os *slogans* utilizados pelos intervencionistas estavam: “Intervenção Constitucional SOS FFAA”; “Pátria livre - comunismo não”; “Exigimos intervenção militar”.

Conforme a autora, o *site* do grupo "O Pesadelo" destacou, em diversas postagens, o protesto em Copacabana, no Rio de Janeiro, exaltando a presença dos intervencionistas. Uma das postagens, intitulada “Ex-militar da FAB que presenciou e atuou na prisão de Dilma”, publicada no dia 13 de março de 2016, foi uma entrevista com um ex-militar da FAB que alegou ter participado da prisão de Dilma Rousseff, referindo-se a ela de forma pejorativa e relacionando o período ditatorial aos pedidos atuais de intervenção militar, caracterizando Dilma como "terrorista" a ser combatida. Houve também um discurso de um professor da rede pública, intitulado “Patriota e Professor da Rede Pública do Estado do RJ – Copacabana”, publicado também no dia 13 de março de 2016, que criticava a degeneração moral nas escolas e defendia a intervenção militar como única solução para afastar Dilma do governo e outras “serpentes”, afirmando que o impeachment seria insuficiente (Freitas, 2023, p. 146-148). As postagens refletem a visão dos intervencionistas, destacando a conexão entre o presente e o passado ditatorial e promovendo a ideia de que a intervenção militar é necessária para resolver os problemas do país.

Ainda em 2016, a presidente Dilma Rousseff fez um discurso durante o "Encontro de Juristas pela Legalidade em Defesa da Democracia", onde comparou o atual processo de impeachment ao golpe de 1964. Ela considerou os pedidos de renúncia e o impeachment como ataques à democracia e reiterou sua decisão de não renunciar. Rousseff também negou ter cometido crimes de responsabilidade em seu mandato, enfatizando que já foi vítima de injustiças durante a ditadura e está determinada a não passar por isso novamente em um

contexto democrático<sup>19</sup>. É notável que o tema da ditadura militar é frequentemente mobilizado como ferramenta política, tanto por manifestações conservadoras quanto pelas vítimas da ditadura.

Contudo, de acordo com Mancebo (2017), o golpe de 2016 causou uma ruptura democrática, resultando em uma crise política, econômica e social, caracterizada por uma agenda programática de neoliberalismo extremo. Além disso, o cenário se agrava devido as investidas conservadoras como:

[...] a intolerância religiosa, o irracionalismo, o anticomunismo, o nacionalismo vazio de elementos minimamente progressistas, a homofobia, o machismo e outras manifestações que capturam para uma lógica reacionária o descontentamento com as instituições” (Iasi, 2017, p.1-2 apud Mancebo, 2018, p. 67).

De acordo com Almeida (2019), a crise brasileira começou em 2013 com as Jornadas de Junho e se estendeu até as eleições de 2018. Durante esse período, a crise desqualificou as representações políticas, questionando a legitimidade dos políticos e gerando acusações de corrupção. Como resultado, nas eleições de 2014 e 2018, parte da população passou a desejar opções externas ou radicalmente contrárias ao sistema político. Um exemplo disso foi Jair Messias Bolsonaro, que em 2018 se apresentou como "crítico da velha política" e admirador da ditadura militar.

Outro aspecto relevante no que se trata das eleições é a TV aberta, que continua sendo uma fonte essencial de informação e legitimação política para a maior parte da população brasileira, especialmente para os mais pobres. A crise política prolongada resultou em uma audiência focada no combate à corrupção. Além disso, o *WhatsApp* também tem tido um papel importante, facilitando a rápida propagação de informações, inclusive *fake news*, e permitindo uma interação mais direta e pessoal. Desde 2014, políticos têm procurado atingir essas virtuais, com o *WhatsApp* se tornando amplamente utilizado para campanhas e comunicação com apoiadores a partir de 2016. Em 2018, a plataforma foi fundamental para deslegitimar adversários e promover informações de redes fechadas, frequentemente usando *fake news* para aumentar a rejeição aos concorrentes e desacreditar os grandes meios de comunicação. Jair Messias Bolsonaro (PL) utilizou-se de estratégias mais pessoais, realizando transmissões ao vivo pela internet e compartilhando mensagens, o que fez com que seus eleitores se sentissem parte da campanha e ajudassem a propagar as notícias (Almeida, 2019).

Desde 2014, a bancada da Bíblia, do Boi e da Bala aumentou sua representação no parlamento brasileiro, defendendo pautas de valores cristãos, a preservação do *status quo* nas

---

<sup>19</sup> “Dilma evoca ditadura, chama impeachment de golpe e diz que não renuncia”. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/22/politica/1458666904\\_690917.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/22/politica/1458666904_690917.html)>. Acesso em: 21/06/2024.

áreas rurais e o incremento da repressão à criminalidade. Em contrapartida, as bancadas simpáticas às pautas progressistas sofreram uma redução. Parte da explicação para a recente mobilização conservadora está no avanço de pautas progressistas no Executivo, Legislativo e Judiciário nos últimos quinze anos. Mudanças como o reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo como catalisadores para a reação conservadora, que passou a defender com mais assertividade bandeiras tradicionalmente aceitas, como a definição tradicional de família. Essa reação conservadora, articulada e sistemática, encontra nos parlamentares de bancadas como a evangélica seus principais defensores. Assim, os conservadores, percebendo uma parcela da população insatisfeita, abandonam a "vergonha" associada à direita vinculada ao legado do regime militar e mobilizam-se com mais força (Quadros; Madeira, 2018).

Freitas (2023) destaca pedidos de intervenção militar, especialmente durante a greve dos caminhoneiros em maio de 2018, nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Maranhão, Rio Grande do Norte, Goiás, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Bahia, Mato Grosso, Paraná, Rio de Janeiro, Roraima, Alagoas e Santa Catarina. Entre os *slogans* estavam “Intervenção Militar já”, “Patriotas querem a intervenção militar – ladrões fora do poder” e “Deus salve o Brasil – queremos intervenção militar”. Segundo a autora, os pedidos de intervenção militar em várias partes do país revelam a força que essa pauta conquistou, além de evidenciar a influência cristã presente em um dos *slogans*, similar à frase “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos” da campanha política de Jair Messias Bolsonaro.

Entretanto, embora o regime militar brasileiro seja visto como um período ditatorial, há um efeito de apagamento da memória da ditadura militar nos pedidos de intervenção militar. Esse apagamento não se inicia com os *slogans*, mas está presente no discurso cotidiano, que retrata a ditadura de maneira positiva e legítima, no qual eram perseguidos apenas os “criminosos”. Além disso, sugere-se que somente uma "Intervenção Militar Já" resolveria os problemas sociais do país (Santos; Cortes, 2020).

Conforme Almeida (2019), os militares gradualmente se posicionaram no centro do poder durante a crise. Novas lideranças de direita, desvinculadas do regime militar, ganharam espaço, inclusive líderes religiosos, e ampliando sua influência social e política. Essas lideranças utilizam o Congresso para promover uma agenda conservadora, conectando-se com eleitores e grupos emergentes na sociedade. As bancadas evangélica e da bala são a vanguarda dessa nova direita (Quadros; Madeira, 2018).

Em resposta à insegurança popular e ao aumento da criminalidade, os militares começaram a ocupar espaços no sistema político com aceitação da opinião pública. Almeida (2019) destaca a mobilização dos militares em 2018 para combater o tráfico de drogas, o que

recebeu grande apoio popular. Ainda em 2018, Jair Messias Bolsonaro, capitão reformado do Exército Brasileiro, e Hamilton Mourão, general do Exército, surgiram como alternativa de poder nas eleições:

Naquele momento, no tabuleiro das ruas e das redes, Mourão já não era mais um intervencionista, mas candidato à Vice-Presidência, que posteriormente foi eleito pelo voto popular. Além dele e de Bolsonaro, muitos militares e policiais também foram eleitos para os legislativos estaduais e para o federal (Almeida, 2019, p. 193).

Contudo, como Almeida (2019) pontua, após muitas especulações e temores em relação às eleições de 2018, o resultado foi a ascensão dos militares ao centro do poder político através do voto popular. Apesar das ameaças veladas, a presença militar se concretizou por meio do processo democrático, e não por uma intervenção militar. Além disso, a discussão sobre a ditadura militar foi retomada e utilizada na campanha política, tanto de Bolsonaro (PL) quanto de Fernando Haddad (PT), escolhido como substituto de Lula devido à sua prisão em 2018 e à sua impossibilidade de concorrer nas eleições. Esse debate suscitou reflexões sobre a democracia e os direitos civis e sociais assegurados pela Constituição de 1988. Durante o programa eleitoral de Haddad, foram explorados depoimentos de torturados e declarações de Bolsonaro exaltando a ditadura. Contudo, isso teve pouco efeito sobre a rejeição a Bolsonaro, seus eleitores divulgaram nas redes sociais memes contrapondo as cenas de tortura às de fetos abortados, como uma maneira de neutralizar a tentativa dos progressistas.

A eleição de Bolsonaro em 2018 pode ser compreendida através de quatro elementos principais: economia, moralidade, segurança e sociedade, configurando a "onda conservadora". Na esfera econômica, houve críticas ao papel do Estado e valorização do esforço individual e da iniciativa privada, especialmente entre setores médios afetados pela crise econômica. Os neopentecostais reforçaram essa visão, valorizando o esforço individual como ética econômica. Na moralidade, as mudanças progressistas em direitos reprodutivos e sexuais geraram uma reação conservadora, com as religiões cristãs, especialmente o evangelismo, promovendo valores tradicionais e influenciando a sociedade, com a família tradicional tornando-se o símbolo central dessa batalha. Essas religiões desempenharam um papel crucial na promoção desses valores conservadores em temas como aborto, casamento e sexualidade. Elas tentam influenciar não apenas seus fiéis, mas a sociedade como um todo, interferindo na laicidade brasileira. No campo da segurança, a demanda por medidas repressivas cresceu, encontrando eco na candidatura de Bolsonaro, que prometeu uma postura mais dura contra o crime, e a atuação da bancada evangélica apoiou os interesses de segurança pública e privada. Por fim, a crise política e econômica, exacerbada pelas redes sociais,

digitalizou conflitos políticos, afetando relações pessoais e aumentando a intolerância. Essas forças convergiram na candidatura de Bolsonaro, que articulou demandas por segurança, moralidade, desqualificação do Estado e intolerância interpessoal, enquanto a candidatura de Fernando Haddad não conseguiu superar a narrativa conservadora e o combate à corrupção predominante entre os eleitores (Almeida, 2019).

Por fim, ao defender publicamente o uso da violência contra opositores, Bolsonaro rompe o silêncio mantido pelos militares sobre práticas repressivas. Eleito presidente com forte apoio, Bolsonaro deixa de ser um fenômeno isolado e torna-se “um dos principais símbolos de uma vertente do pensamento de direita brasileiro que não ousava defender abertamente práticas repressivas sistematicamente executadas durante a ditadura e que hoje seguem correntes na segurança pública” (Joffily; Faria; Franco, 2023).

## 2. ESTRATÉGIAS TELEJORNALÍSTICAS NA CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA

### 2.1 A voz das testemunhas

Os testemunhos são um dos elementos da linguagem audiovisual, que se enquadra no conjunto de recursos humanos. Dentre as 36 reportagens catalogadas sobre a ditadura, 18 contam com a participação de testemunhas, ou seja, 52% das reportagens contam com esse recurso.

Vale frisar que a fonte audiovisual se apresenta para o público de forma acessível, mas seu processo de montagem é complexo. Mesmo com sua narrativa do “real” e “verídico”, o pesquisador pode encontrar rastros e inserções do mundo ficcional. Em outras palavras, há manipulações de contexto, o apelo emotivo e fragmentação seletiva, que pode influenciar na opinião do telespectador. Cássia Palha (2017) indica alguns dos elementos que devemos observar para procedermos uma análise histórica de programas telejornalísticos, como o lugar e o papel que os sujeitos ocupam na reportagem; percebendo a importância da presença de entrevistados e especialistas que possuem o papel de trazer informação e opinião (Palha, 2017, p. 247-250).

A utilização da sonora<sup>20</sup>, conforme descrito na maioria dos manuais e livros de telejornalismo, segue uma conduta específica para a realização de entrevistas. Isso inclui conversar previamente com o entrevistado e orientá-lo a responder de forma breve e focada. Além disso, inclui saber quando cortar as sonoras, fazer as perguntas certas, e editar o material para obter informações claras e objetivas. No entanto, as sonoras desempenham cinco funções principais diretamente relacionadas aos campos da comunicação e do telejornalismo: explicar e detalhar, utilizando declarações de especialistas ou testemunhas para esclarecer fatos; construir posicionamento, apresentando opiniões ou reações dos entrevistados que destacam as implicações dos fatos; reforçar, com relatos que fortalecem a autenticidade e credibilidade da reportagem; singularizar, destacando falas inusitadas ou reveladoras que conferem um caráter único à matéria; e emocionar, permitindo que o telespectador crie empatia e conexão emocional. Essas funções ajudam a envolver e informar o público de maneira mais eficaz, possibilitando a criação de reportagens impactantes (Fechine; Lima, 2021, p. 62-64).

Em 2013, com o início das atividades da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão da Verdade em Minas Gerais, além das homenagens realizadas pela Comissão da

---

<sup>20</sup> “O termo sonora designa genericamente toda fala dos entrevistados nas reportagens (sejam eles especialistas, testemunhas, autoridades, personagens, entre outros), incluindo a pergunta do repórter ou não” (Maciel, 1995; apud Fechine; Lima, 2021, p. 43).

Anistia no estado, o número de reportagens com participação de testemunhas aumentou significativamente, foram mapeadas 9 reportagens que incluíram o depoimento de testemunhas. Nessas matérias, as testemunhas relataram experiências de exílio e tortura durante a ditadura, a perda de familiares, e a busca incessante por verdade e justiça. Além disso, abordaram a produção de filmes no período da ditadura, homenagens realizadas e os pedidos de desculpas feitos pela Comissão da Anistia.

No ano de 2014, na efeméride dos 50 anos do golpe civil-militar de 1964, foram veiculadas 7 reportagens que incluíram a participação de testemunhas. Nesses relatos, as testemunhas foram convidadas a falar em função desse cinquentenário, abordando temas como o exílio, a censura às artes e à cultura, especialmente nos jornais e rádios, a tortura psicológica e os interrogatórios, além das formas específicas de tortura direcionadas às mulheres.

Já 2015, apenas uma reportagem contou com a participação de uma testemunha, o jornalista relatou a censura que enfrentou durante o período em Montes Claros-MG<sup>21</sup>. Em 2017, outra reportagem incluiu o depoimento de uma testemunha, que falou sobre a repressão na zona rural do Norte de Minas<sup>22</sup>. Nos anos de 2016 e 2018, nenhuma reportagem contou com a participação de testemunhas, o que sugere uma diminuição do interesse ou da cobertura midiática sobre o tema nos últimos anos do período analisado.

Dos 13 telejornais analisados, 10 utilizaram o recurso de sonoras com testemunhas. Esses telejornais foram: *MGI*; *MG2*; *MG Inter TV 1ª edição-Grande Minas*; *MG Inter TV 2ª edição - Grande Minas*; *MG Inter TV 1ª edição – Vales-MG*; *Jornal da EPTV 1ª edição - Sul de Minas*; *Jornal da EPTV 2ª edição - Sul de Minas*; *MGTV 1ª edição - Zona da Mata*; *MGTV 2ª edição - Zona da Mata*; *MGTV 1ª edição – Uberlândia* (quadro 1).

Apenas os telejornais *MGTV 2ª Edição – Uberlândia*; *Bom Dia Minas* e *Integração Notícia- Triângulo Mineiro* não utilizaram esse recurso, o que indica uma abordagem mais breve ou menos aprofundada em relação aos temas tratados.

<sup>21</sup> JORNALISTA Benedito Said fala sobre a censura e desafios para se manter na profissão. *MG Inter TV 1ª Edição – Grande Minas*, 2015. Disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/4290811/?s=0s>>. Acesso em: 10 mai. 2023.

<sup>22</sup> COMISSÃO da Verdade debate Ditadura Militar no Norte de Minas. *MG Inter TV 2ª Edição – Grande Minas*, 2017. Disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/5924353/?s=0s>>. Acesso em: 10 mai. 2023.

**Quadro 1 - Telejornais que há a participação de testemunhas**

| <b>Telejornal</b>                              | <b>Quantidade de reportagens</b> |
|------------------------------------------------|----------------------------------|
| <i>MG1</i>                                     | 4                                |
| <i>MG2</i>                                     | 3                                |
| <i>MGTV 1ª edição – Uberlândia</i>             | 2                                |
| <i>MGTV 2ª edição - Zona da Mata</i>           | 2                                |
| <i>MG Inter TV 1ª edição – Vales-MG</i>        | 2                                |
| <i>MGTV 1ª edição - Zona da Mata</i>           | 1                                |
| <i>MG Inter TV 1ª edição-Grande Minas</i>      | 1                                |
| <i>MG Inter TV 2ª edição - Grande Minas</i>    | 1                                |
| <i>Jornal da EPTV 1ª edição - Sul de Minas</i> | 1                                |
| <i>Jornal da EPTV 2ª edição - Sul de Minas</i> | 1                                |
| <b>TOTAL</b>                                   | <b>18</b>                        |

Fonte: Criado pela autora a partir dos dados levantados no Globoplay

Um aspecto comum dessas reportagens que utilizaram a sonora, é o tempo de exibição que elas ocuparam, com uma duração média de 4 minutos. Essa duração mais longa sugere uma maior oportunidade para explorar o recurso da sonora com testemunhas. Um exemplo disso é a reportagem exibida pelo *MGTV 1ª edição – Zona da Mata* em 28 de março de 2014, que teve a maior duração entre todas. Na ocasião, a repórter Laila Hallack entrevistou quatro testemunhas: Jorge Arbach, arquiteto e artista plástico; Jorge Luiz Ribeiro, jornalista e dramaturgo; Henrique Simões, ator e diretor; e Márcio Itaboray, médico e compositor. Eles compartilharam suas experiências com a censura durante a ditadura militar em Juiz de Fora -MG. Assim, a repórter pôde aprofundar-se na vida de cada um, utilizando as entrevistas para explicar e detalhar como a censura impactou cada um deles, com as testemunhas assumindo o papel de esclarecer o funcionamento desse regime opressor em suas vidas e principalmente, na cidade de Juiz de Fora - MG<sup>23</sup>.

A partir de uma análise do perfil dos convidados, foi possível perceber que a maioria das testemunhas é composta por homens. Das 23 testemunhas que participaram, 19 são homens e apenas 4 são mulheres. Entre os homens estão: Antônio Romanelli, organizador das Ligas Camponesas e presidente da Comissão da Verdade em Minas Gerais; Benedito Said, jornalista;

<sup>23</sup> DIVERSÃO e Arte: Estações culturais marcam a época da Ditadura Militar. *MGTV 1ª edição – Zona da Mata*, 2014. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/3245335/?s=0s>>. Acesso em: 01 ago. 2023.

Carlos Olavo da Cunha, jornalista; Jorge Arbach, arquiteto e artista plástico; Jorge Luiz Ribeiro, jornalista e dramaturgo; Henrique Simões, ator e diretor; Márcio Itaboray, médico e compositor; José Antônio da Silva, produtor rural; Márcio Alvarenga, radialista; Maurice Capovilla, cineasta; Padre Prata; Guido Bilharinho, advogado; Tonico Carvalho, produtor cultural; Calixto Rosa Neto, dentista e ex-vereador com mandato cassado; Roberto Cupolilo, vereador; Wilson Cid, jornalista; Robson Ayres, anistiado; Winston Paiva, advogado; e Ismair Zaguetto, jornalista.

A maioria dos depoimentos está diretamente relacionada às profissões dos entrevistados, que enfrentaram censura, prisões e interrogatórios enquanto desempenhavam suas atividades profissionais. Além disso, alguns relataram ter sofrido repressão em razão de suas atividades políticas, como Calixto Rosa Neto, cujo mandato de vereador foi cassado<sup>24</sup>. Um caso singular é o de Robson Ayres, que mencionou ter sido preso 9 vezes, embora nenhum detalhe sobre sua profissão ou vida pessoal tenha sido revelado<sup>25</sup>.

Entre as testemunhas mulheres estão: Iara Xavier Pereira, viúva de Arnaldo Cardoso Rocha; Emily Salazar, identificada como aposentada; uma mulher não identificada; e Maria Liége Santos Rocha, diretora executiva da União Brasileira de Mulheres. Os depoimentos dessas mulheres são diversos e revelam diferentes aspectos da repressão.

Iara Xavier Pereira (imagem 1) foi convidada a falar no *Jornal da EPTV 2ª Edição – Sul de Minas, MG1 e MG2*, no dia 12 de agosto de 2013, a testemunha contou sobre a morte de seu marido, um militante que, 40 anos depois foi exumado em Belo Horizonte, MG.

Imagem 1 – Iara Xavier Pereira



Fonte: Globoplay, 2013

<sup>24</sup> UBERABENSES relembram fatos marcantes da ditadura militar. MGTV 1ª Edição – Uberlândia, 2014. Disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/3253062/?s=0s>>. Acesso em: 08 mai. 2023.

<sup>25</sup> COMISSÃO de anistia chega nesta sexta-feira em Ipatinga. MG Inter 1ª Edição – Vales MG, 2013. Disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/2897357/?s=0s>>. Acesso em: 09 mai. 2023.

Já na reportagem no *Jornal da EPTV 1ª Edição – Sul de Minas*, exibida no dia 12 de dezembro de 2013, a viúva relatou que a morte de Arnaldo Cardoso Rocha foi oficialmente reconhecida pelo governo federal como resultado da ditadura. Realidade vivida por muitas mulheres que perderam seus familiares e amigos, mas que não tiveram a oportunidade de enterrá-los e saber o verdadeiro motivo da morte<sup>26</sup>.

No caso de Emily Salazar (imagem 2), é interessante notar que, apesar de ela ser membro da Comissão da Verdade em Minas Gerais, sua ocupação é apresentada como "aposentada."

Imagem 2 – Emely Salazar



Fonte: Globoplay, 2013

No entanto, o repórter esclarece que, na época da ditadura, Emily fazia parte de um movimento estudantil e a entrevistada tem a oportunidade de detalhar os instrumentos de tortura, além de enfatizar a importância do povo, especialmente os jovens, conhecerem sua história<sup>27</sup>.

<sup>26</sup> GOVERNO federal reconhece que militante foi vítima da ditadura. *Jornal da EPTV 1ª Edição – Sul de Minas*, 2013. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/3014615/?s=0s>>. Acesso em: 16 jun. 2023.

CORPO de militante que lutou contra a ditadura é exumado, em Belo Horizonte. MG2, 2013. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/2753204/?s=0s>>. Acesso em: 16 jun. 2023.

PELA 1ª vez corpo de militante que lutou contra a ditadura é exumado em MG. *Jornal da EPTV 2ª Edição – Sul de Minas*, 2013. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/2753352/?s=0s>>. Acesso em: 16 jun. 2023.

CORPO de militante que lutou contra a ditadura é exumado em Belo Horizonte. MG1, 2013. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/2752171/?s=0s>>. Acesso em: 16 jun. 2023.

<sup>27</sup> VÍTIMAS de tortura durante a ditadura militar são ouvidas em audiência pública, em BH. MG1, 2013. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/2989289/>>. Acesso em: 08 abr. 2023.

A participação de Maria Liége Santos Rocha (imagem 3) no telejornal *MGTV 2ª Edição – Zona da Mata*, é especialmente relevante, pois ela aborda um tema não discutido em outras reportagens: as formas de tortura específicas aplicadas às mulheres.

Imagem 3- Maria Liége Santos Rocha



Fonte: Globoplay, 2014

Maria Liége relata que, além de choques, pau de arara e pressão psicológica envolvendo filhos, as mulheres também eram vítimas de abuso sexual. O repórter destaca que Maria Liége era considerada subversiva por participar de encontros estudantis e organizar manifestações. Além disso, ela ressalta a importância de preservar a memória histórica do Brasil<sup>28</sup>.

Outra questão identificada na análise é que, entre as 23 testemunhas, homens e mulheres, apenas uma é negra<sup>29</sup>: José Antônio da Silva (imagem 4), que relatou a opressão na zona rural, onde muitos trabalhadores pobres foram desapropriados<sup>30</sup>.

Percebe-se então, que o perfil das testemunhas convidadas a participar das reportagens sobre a ditadura militar no Brasil refletem um perfil específico e limitado. A maioria são homens brancos, profissionais com formação superior, e pessoas que sofreram perseguição política durante o regime. Além disso, a maioria dos depoimentos está relacionada a censura e repressão enfrentadas no exercício de suas profissões ou atividades políticas, ficando evidente

<sup>28</sup> PERSONAGENS contam memórias da época da ditadura militar em Juiz de Fora. *MGTV 2ª Edição – Zona da Mata*, 2014. Disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/3251642/>>. Acesso em: 09 mai. 2023.

<sup>29</sup> O critério adotado para classificar uma testemunha como negra é reconhecidamente complexo, especialmente em função da importância da autodeclaração, conforme reconhecido pelo IBGE. Entretanto, para este caso específico, optamos pela heteroidentificação, baseada em traços fenotípicos.

<sup>30</sup> COMISSÃO da Verdade debate Ditadura Militar no Norte de Minas. *MG Inter TV 2ª Edição – Grande Minas*, 2017. Disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/5924353/?s=0s>>. Acesso em: 10 mai. 2023.

que as testemunhas convidadas a falar são pessoas que foram perseguidas políticas durante a ditadura.

Imagem 4 – José Antônio da Silva



Fonte: Globoplay, 2017.

A análise também evidencia a ausência de diversidade nas perspectivas apresentadas. Por exemplo, embora a Comissão da Verdade em Minas Gerais tenha produzido um relatório final em 2017, documentando as violações dos direitos humanos dos povos indígenas, nenhuma testemunha indígena foi incluída. Além disso, há uma falta de representação de trabalhadores sem qualificação formal, o que sugere um viés na seleção das testemunhas.

A participação das poucas mulheres entrevistadas destaca questões específicas de gênero, como a tortura sexual sofrida por prisioneiras políticas, mas o número reduzido de mulheres evidencia um desequilíbrio de gênero nos relatos. No geral, o perfil das testemunhas contribui para perpetuar o estereótipo de que apenas aqueles considerados subversivos ou opositores ao regime sofreram opressão, sem abranger a ampla gama de vítimas da ditadura, como trabalhadores rurais, indígenas, e outros grupos marginalizados.

Vale ressaltar a reportagem exibida pelo *MGI*, no dia 31 de março de 2014, que tem a participação de Antônio Romanelli, presidente da Comissão da Verdade em Minas Gerais, e organizador das Ligas Camponesas que reuniam trabalhadores rurais que não podiam se sindicalizar. A testemunha relata que até o momento não sabe por que foi condenado durante a ditadura militar, ele ficou exilado no Chile por 5 anos e que, pela pressão da família, resolveu voltar para o Brasil. É interessante notar que o repórter destaca que “é um momento na história chamado de revolução por uns e golpe por outros”, logo depois a testemunha retorna e diz que

chamar de revolução a ditadura é um enorme desconhecimento da História e do que é uma revolução, afirmando que o que houve em 64 foi a deposição forçada do presidente João Goulart, mais conhecido como Jango<sup>31</sup>. Esse fala traz a opinião assertiva do entrevistado, enfatizando a visão historiográfica que caracteriza a deposição como um golpe.

Além dessa reportagem, na série intitulada “Montes Claros por eles” do telejornal *MG Inter TV 1ª edição – Grande Minas*, Benedito Said, jornalista, fala sobre a censura e os desafios para se manter na profissão de jornalista durante a ditadura militar. A testemunha comenta que “não existe cidade sem imprensa livre”, Said ainda relata que a exibição das “Diretas Já” na televisão foi muito importante pois foi motor de reverberação dos fatos históricos e dos fatos políticos, mas que ao se posicionar ela abria um clarão, abria portas para dizer “estamos precisando disso”. Percebe-se que a fala da testemunha contribui para a ressaltar a importância da televisão. A partir da fala de Antônio Romanelli e Benedito Said, fica claro que a função dessas sonoras é construir um posicionamento, uma vez que os entrevistados destacam suas opiniões<sup>32</sup>.

No geral, a maioria das sonoras desempenham a função de reforçar o que o repórter está narrando, a partir de relatos que fortalecem a autenticidade e credibilidade da reportagem. Um exemplo disso é a reportagem exibida no dia 31 de março de 2014 pelo *MGTV 1ª edição – Uberlândia*, na qual o radialista Márcio Alvarenga conta sobre a censura e os momentos vividos na época da ditadura. O repórter Leandro Moreira sempre intercala a sua fala com o relato do entrevistado, de modo que a testemunha estivesse completando a sua própria fala<sup>33</sup>.

Por fim, os testemunhos trazem uma humanização à narrativa, permitindo que o público se sinta mais próximo das histórias e experiências relatadas, além de adicionar dinamismo ao conteúdo, evitando que a reportagem se torne monótona. Elas permitem que a narrativa seja mais rica e diversificada, mesclando informações narrados pelo repórter com relatos pessoais.

## 2.2 Os usos de documentos variados

As imagens no telejornalismo, sejam cenas registradas pelo cinegrafista no local dos acontecimentos ou selecionadas pela equipe de produção em fontes documentais, como fotografias, documentos e arquivos visuais, desempenham um papel crucial na construção da

<sup>31</sup> SOLENIDADE na ALMG lembra 50 anos do golpe militar de 1964. MG1, 2014. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/3250570/?s=0s>>. Acesso em: 08 mai. 2023.

<sup>32</sup> JORNALISTA Benedito Said fala sobre a censura e desafios para se manter na profissão. MG Inter TV 1ª Edição – Grande Minas, 2015. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/4290811/?s=0s>>. Acesso em: 10 mai. 2023.

<sup>33</sup> RADIALISTA de Uberlândia que trabalhou durante a ditadura fala sobre o Golpe Militar. MGTV 1ª edição – Uberlândia, 2014. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/3250425/?s=0s>>. Acesso em: 20 mai. 2023.

reportagem. Esses elementos visuais e icônicos, dinâmicos ou estáticos, são apresentados simultaneamente ao áudio (*off*), com o objetivo de apoiar a narrativa do repórter ou de acrescentar novos significados ao que é dito. Em essência, essas imagens têm duas funções principais, que é corroborar a informação transmitida no áudio e esclarecer visualmente os aspectos da notícia, conferindo uma maior relevância na significação da reportagem (Fechine; Lima, 2021, p. 67-68).

Nesse sentido, entendemos como documento:

Esses registros da atividade humana, em toda a sua complexidade, constituem o que chamamos documento, definido tecnicamente como o conjunto da informação e seu suporte, ou seja, documento é informação registrada em um veículo material. [...] São documentos livros, artigos de revistas, prontuários médicos, cartas, cartazes de eventos, pinturas, esculturas, vídeos de conferências, legislação, objetos utilizados etc., “enfim, tudo o que seja produzido, por motivos funcionais, jurídicos, científicos, técnicos, culturais ou artísticos, pela atividade humana” (Bellotto, 2004, p. 35 *apud* Tessitore, 2017, p. 12).

Nesta análise consideraremos como documentos, as fotografias, obras literárias, recortes de jornais, documentos oficiais, documentos de acervos familiares, clipes musicais e vídeos de arquivo, que aparecem nos telejornais.

Dos 13 telejornais analisados, 10 utilizam documentos na produção da reportagem, são eles: *MG1*; *MG2*; *MG Inter TV 1ª edição-Grande Minas*; *MG Inter TV 2ª edição - Grande Minas*; *MG Inter TV 1ª edição – Vales-MG*; *Jornal da EPTV 1ª edição - Sul de Minas*; *Jornal da EPTV 2ª edição - Sul de Minas*; *MGTV 1ª edição - Zona da Mata*; *MGTV 2ª edição - Zona da Mata*; *MGTV 1ª edição – Uberlândia* (quadro 2).

**Quadro 2 - Telejornais que utilizaram documentos**

| <b>Telejornal</b>                              | <b>Quantidade de reportagens</b> |
|------------------------------------------------|----------------------------------|
| <i>MGTV 1ª edição – Uberlândia</i>             | 5                                |
| <i>MGTV 1ª edição – Zona da Mata</i>           | 4                                |
| <i>MG Inter TV 1ª edição – Vales-MG</i>        | 3                                |
| <i>MG1</i>                                     | 3                                |
| <i>MG2</i>                                     | 2                                |
| <i>MGTV 2ª edição - Zona da Mata</i>           | 2                                |
| <i>Jornal da EPTV 1ª edição - Sul de Minas</i> | 2                                |
| <i>Jornal da EPTV 2ª edição - Sul de Minas</i> | 2                                |
| <i>MG Inter TV 1ª edição-Grande Minas</i>      | 1                                |
| <b>TOTAL</b>                                   | <b>24</b>                        |

Fonte: Criado pela autora a partir dos dados levantados no Globoplay

Quatro telejornais não utilizaram documentos em suas reportagens, estes foram: *MG Inter TV 2ª edição-Grande Minas*; *MGTV 2ª Edição – Uberlândia*; *Bom Dia Minas* e *Integração Notícia- Triângulo Mineiro*.

Todavia, aproximadamente 69,5% das reportagens incluem documentos em sua composição. Contudo, a duração média de 3,5 minutos das reportagens permite a inserção desses documentos, bem como uma narração em *off* mais detalhada.

Um dos recursos frequentemente utilizados nas reportagens é o emprego de imagens de arquivo. Os arquivos citados incluem: Arquivo EPTV, Arquivo Globo e Arquivo CEDOC TV Integração. No entanto, na maioria dos casos, imagens são utilizadas sem a devida menção aos arquivos ou à fonte original. As reportagens que utilizam imagens de arquivo frequentemente trazem vídeos e fotografias da época da ditadura militar, muitas vezes sem o devido contexto. Um exemplo é a reportagem exibida em 31 de março de 2014, no *Jornal da EPTV 2ª Edição – Sul de Minas*. O vídeo mostra pessoas em uma manifestação, com a polícia perseguindo os manifestantes, que revidam. No entanto, a narração em *off* do repórter limita-se a dizer que a ditadura foi chamada de revolução por uns e de golpe por outros. Assim, a imagem é utilizada apenas para ilustrar os conflitos da época, sem esclarecer os motivos específicos da manifestação<sup>34</sup>.

Outras imagens de arquivo referem-se a trechos de entrevistas exibidas anteriormente, utilizadas em reportagens para contar a história de figuras que já faleceram. Um exemplo é a reportagem sobre a vida de Rondon Pacheco e sua participação na ditadura militar (imagem 5), exibida em 9 de julho de 2016 no telejornal *MGTV 1ª Edição – Uberlândia*, cinco dias após seu falecimento.

As imagens que relembram as falas de Rondon Pacheco são de uma entrevista conduzida pelo repórter Rick Paranhos, exibida em 2008 durante a efeméride dos 40 anos da assinatura do AI-5. Essas imagens foram retiradas do Arquivo CEDOC TV Integração. Na época, Rondon, com 89 anos, detalhou o processo de elaboração do Ato Institucional.

#### Imagem 5 – Entrevista com Rondon Pacheco (2008)

<sup>34</sup> SOLENIDADE na Assembleia Legislativa de MG lembrou os 50 anos do golpe militar no Brasil. Jornal da EPTV 2ª Edição – Sul de Minas, 2014. Disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/3251497/>>. Acesso em: 03 mar. 2023.



Fonte: Globoplay, 2016

Na reportagem, além da entrevista, são mostrados vídeos da ditadura militar, imagens de Rondon Pacheco naquela época, e fotografias (imagem 6), também descontextualizadas, enquanto o repórter narra a trajetória política de Rondon.

Imagem 6 – Fotografia Arquivo CEDOC TV Integração



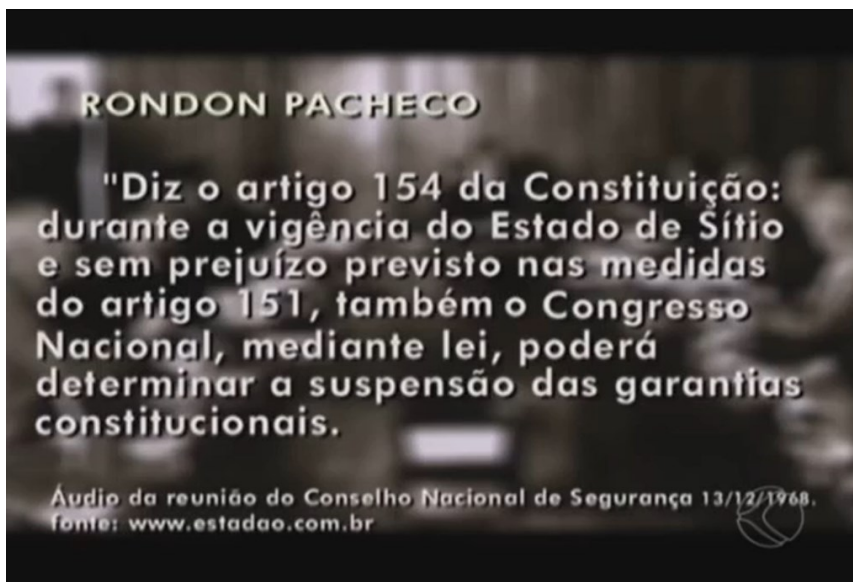
Fonte: Globoplay, 2016

Em sua entrevista, Rondon comenta que a renúncia de Jânio Quadros foi um “desencanto e decepção para todos”, levando o país a uma fase de desestabilização. Rondon afirmou que, para ele, aquilo era uma revolução, pois os marinheiros se revoltaram e Jango se enfraqueceu. Ele enfatizou que era favorável ao Brasil, não ao golpe militar.

Além disso, outro documento utilizado na reportagem é um áudio do discurso de Márcio Moreira Alves em 1968, onde o deputado desafiou os brasileiros a boicotar desfiles militares, o que irritou o presidente Costa e Silva, que tentou processá-lo, mas o pedido foi negado. De acordo com a narração em *off*, Rondon foi chamado ao Rio de Janeiro para ajudar a lidar com a crise, e o ministro da Justiça apresentou ao presidente o Ato Institucional nº 5 (AI-5). Em sua entrevista, Rondon descreveu o Ato como ultrarradical, mas, mesmo assim, acabou assinando-o.

A reportagem inclui um áudio de uma reunião do Conselho Nacional de Segurança (imagem 7) realizada em 13 de dezembro de 1968, extraído do Estadão, onde Rondon lê o artigo 154 da Constituição, evidenciando sua participação na assinatura do Ato.

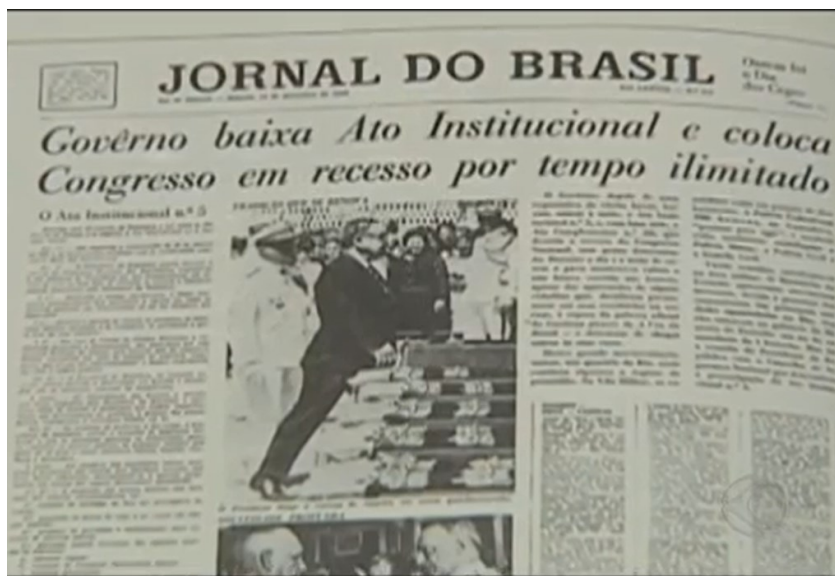
Imagem 7 – Áudio da reunião do Conselho Nacional de Segurança



Fonte: Globoplay, 2016.

Em seguida, é exibido um recorte do Jornal do Brasil com a manchete: 'Governo baixa Ato Institucional e coloca Congresso em recesso por tempo ilimitado' (imagem 8), mostrando a repercussão da época.

Imagem 8 – Manchete Jornal do Brasil



Fonte: Globoplay, 2016

Rondon afirma ter apoiado a medida, mas tentou limitar seu prazo ao propor uma emenda, que foi rejeitada. Com imagens da ditadura militar, o repórter narra em *off* que, a partir do AI-5, o país enfrentou uma repressão crescente, marcada por torturas, assassinatos e desaparecimentos.

Essa reportagem exemplifica o uso eficaz de imagens de arquivo e documentos para reforçar a narração em *off* e enriquecer a construção narrativa. As imagens selecionadas, embora descontextualizadas, são fundamentais para ilustrar a trajetória política de Rondon Pacheco e o momento histórico do país, especialmente durante a promulgação do AI-5. Ao intercalar vídeos da ditadura militar, fotografias da época e trechos de entrevistas e áudios de Rondon, a reportagem não apenas reafirma o discurso do repórter, mas também facilita a compreensão dos fatos apresentados e traz a experiência vivida por uma testemunha<sup>35</sup>.

Além das imagens de arquivo, é comum a utilização de trechos de filmes, como o filme *Uma História de Amor e Fúria* (2013), com direção de Luiz Bolognesi e *Bebel, garota propaganda* (1968), dirigido por Maurice Capovilla, utilizados na reportagem exibida no dia 14 de junho de 2013, no *MG2*, para ilustrar alguns filmes que seriam exibidos no CineOP sobre a ditadura militar, que são de rara circulação e sofreram algum tipo de censura, como é o caso do filme de Capovilla (imagem 9)<sup>36</sup>.

Imagem 9 - *Bebel, garota propaganda* (1968)

<sup>35</sup>ESPECIAL Rondon: Político foi chefe do Gabinete Civil e votou o AI-5 no regime militar. *MGTV* 1ª Edição – Uberlândia, 2016. Disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/5153207/>>. Acesso em: 08 mar. 2023.

<sup>36</sup> CINEP tem exibição de filmes sobre a ditadura militar. *MG2*, 2013. Disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/2635574/?s=0s>>. Acesso em: 9 jun. 2023.



Fonte: Globoplay, 2013.

Um trecho do filme *Cabra Marcado Para Morrer* (1984), de Eduardo Coutinho, foi utilizado para destacar o projeto da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, que exibe em Uberaba uma série de filmes relacionados aos 50 anos da Ditadura Militar. O filme citado, foi censurado durante o regime e aborda o movimento das ligas camponesas. Durante a exibição do trecho do filme, a repórter ressalta que o objetivo é atrair a atenção do público para assistir ao filme<sup>37</sup>. Essas duas reportagens exemplificam como os trechos de filmes são usados para promover os eventos e atrair a atenção do público. Contudo, pouco se menciona sobre a produção ou o conteúdo dos filmes.

Além disso, os clipes musicais são amplamente utilizados na construção das reportagens para ilustrar a repressão cultural durante a ditadura, quando várias músicas e festivais foram censurados, incluindo canções de protesto. Na reportagem do jornal *MGTV 1ª Edição – Zona da Mata*, exibida em 28 de março de 2014, os clipes de *Alegria, Alegria* (1968), composta e interpretada por Caetano Veloso, e *O Bêbado e a Equilibrista* (1979), composta por João Bosco e Aldir Blanc e interpretada por Elis Regina (imagem 10), são usados para a repórter destacar a censura sofrida pelos artistas e, que, apesar disso, continuaram a se expressar<sup>38</sup>.

<sup>37</sup> PROJETO exibe filmes em Uberaba relacionados com 50 anos da Ditadura Militar. *MGTV 1ª edição – Uberlândia*, 2014. Disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/3250750/?s=0s>>. Acesso em: 09 jun. 2023.

<sup>38</sup> DIVERSÃO e Arte: Estações culturais marcam a época da Ditadura Militar. *MGTV 1ª edição – Zona da Mata*, 2014. Disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/3245335/?s=0s>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

Imagem 10 – *O Bêbado e a Equilibrista* (1979)

Fonte: Globoplay, 2014

Ademais, o clipe de *Cálice* (1978) e *Jorge Maravilha* (1979) ambos de Chico Buarque, são utilizados na reportagem no momento em que a repórter Livia Zanolini aborda como a insatisfação de muitos era transformada em música. Esses vídeos também aparecem quando o produtor cultural Tônico Carvalho comenta sobre as canções censuradas de Chico Buarque e as dificuldades enfrentadas por diversos artistas para lançar suas músicas, uma vez que todas precisavam passar pela análise dos censores<sup>39</sup>. A utilização desses clipes musicais, que se tornaram símbolo da resistência contra a ditadura, reforça o impacto que essas obras tiveram na luta pela liberdade de expressão e na denúncia das injustiças do regime militar. Assim, as reportagens não apenas relembram a censura imposta na época, mas também destacam a resiliência dos artistas que, apesar das dificuldades, conseguiram criar obras que ecoam até hoje como emblemas da resistência cultural.

Entre os documentos mais frequentemente utilizados estão fotografias da época da ditadura militar, que retratam tanto os militares quanto as vítimas do regime. Das 24 reportagens que fazem uso de documentos, 15 incluem fotografias de figuras diretamente envolvidas com a ditadura. Entre os apoiadores do regime, destacam-se: Olímpio Mourão Filho, José de Magalhães Pinto, Marechal Castelo Branco, Arthur Costa e Silva, Emílio Médici, Ernesto Geisel e João Figueiredo, essas fotografias ajudam a contextualizar o apoio ao regime e quem participou ativamente dele. Já entre as vítimas, encontram-se João Goulart, Antônio Joaquim de Souza Machado, Arnaldo Cardoso Rocha, Márcio Moreira Alves, Márcio Alvarenga (com Pelé), Lucília Rosa, Calixto Rosa Neto, Benedito Said, Ismene Mendes e Raul

<sup>39</sup> UBERABENSES relembram fatos marcantes da ditadura militar. MGTV 1ª Edição – Uberlândia, 2014. Disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/3253062/?s=0s> >. Acesso em: 08 mai. 2023.

Seixas.

Um exemplo marcante é a utilização da fotografia de Arnaldo Cardoso Rocha (Imagem 11), presente em quatro reportagens. Arnaldo, um militante de esquerda, foi morto durante a ditadura e, somente 40 anos depois, o governo federal reconheceu oficialmente que ele havia sido torturado e executado com um tiro na cabeça pelo regime militar em 1973.

Imagem 11 – Fotografia de Arnaldo Cardoso Rocha



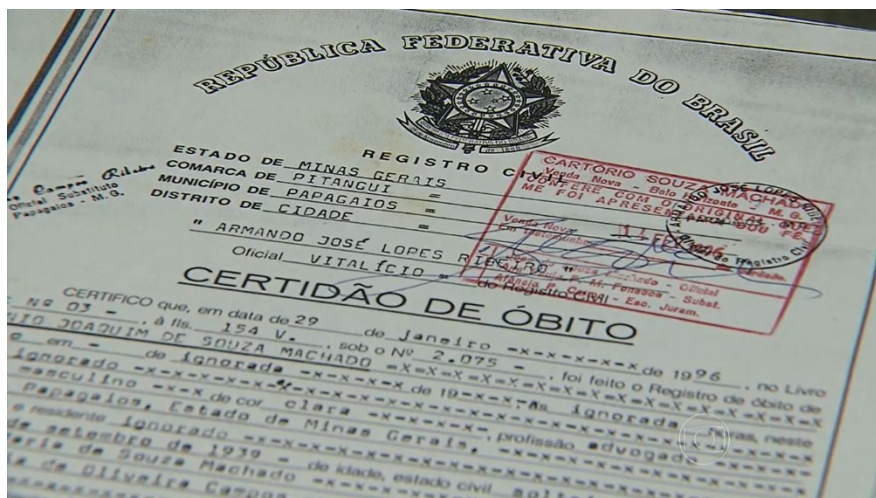
Fonte: Globoplay, 2013

Sua fotografia aparece enquanto a repórter narra em *off* que a versão oficial alegava que ele morreu em um tiroteio com a polícia. No entanto, análises das marcas de bala nos ossos e da distribuição dos tiros no corpo revelaram que Arnaldo foi atingido por pelo menos oito disparos adicionais, além dos descritos na época. A quantidade de lesões provocadas por pancadas também indicou que ele estava imóvel, sem condições de reagir, no momento em que foi atingido<sup>40</sup>. Portanto, essas fotografias humanizam e dão rosto às consequências da ditadura, ilustrando as histórias daqueles que sofreram sob o regime.

Todavia, outros documentos também são utilizados, embora em menor grau, como certidões de óbito de acervos familiares, como a de Antônio Joaquim de Souza Machado (imagem 12).

<sup>40</sup> GOVERNO federal reconhece que militante foi vítima da ditadura. Jornal da EPTV 1ª Edição – Sul de Minas, 2013. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/3014615/?s=0s>>. Acesso em: 16 jun. 2023.  
CORPO de militante que lutou contra a ditadura é exumado, em Belo Horizonte. MG2, 2013. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/2753204/?s=0s>>. Acesso em: 16 jun. 2023.  
PELA 1ª vez corpo de militante que lutou contra a ditadura é exumado em MG. Jornal da EPTV 2ª Edição – Sul de Minas, 2013. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/2753352/?s=0s>>. Acesso em: 16 jun. 2023.  
CORPO de militante que lutou contra a ditadura é exumado em Belo Horizonte. MG1, 2013. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/2752171/?s=0s>>. Acesso em: 16 jun. 2023.

Imagem 12 – Certidão de óbito de Antônio Joaquim de Souza Machado



Fonte: Globoplay, 2014

Esta certidão foi utilizada na reportagem exibida no dia 31 de março de 2014, efeméride de 50 anos do golpe, para ilustrar a falta de informações precisas sobre a morte de Antônio, uma vez que não indica o local nem as circunstâncias do óbito, revelando que seu corpo nunca foi encontrado<sup>41</sup>. A reportagem, ao incluir esse exemplo, evidencia a dificuldade em obter informações precisas sobre as vítimas da repressão, uma realidade que muitas famílias ainda enfrentam, mesmo após tantos anos.

Além disso, os documentos incluem cadernos de anotações, fotografias de jornais da época e imagens de cidades durante a ditadura militar, bem como obras literárias e artísticas. Um exemplo disso é a reportagem exibida pelo *MGTV 1ª Edição – Zona da Mata*, em 28 de março de 2014, na qual artistas mineiros relatam as perseguições sofridas durante a ditadura. Nessa reportagem, são utilizadas as obras e poemas de Jorge Arbach, fotografias antigas de peças teatrais, e textos teatrais censurados, como *Diário de um Louco* (1969), de Nikolai Gogol. Também são mencionados livros como *Assuntos de Vento* (2001), de Márcio Itaboray, para ilustrar como a censura afetava diversas formas de expressão artística<sup>42</sup>.

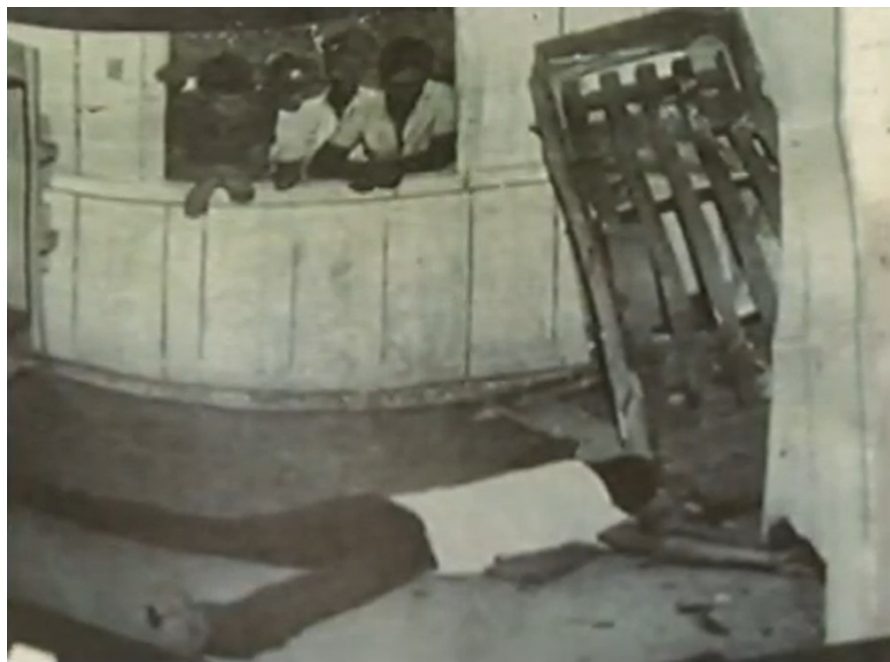
Outro documento relevante são as fotografias de eventos marcantes, como as utilizadas pelo telejornal *MG Inter TV 1ª Edição – Vales MG* em duas reportagens distintas. A primeira, exibida em 18 de outubro de 2013, destaca imagens do Massacre de Ipatinga (imagem 13), enquanto a repórter narra em *off* que o episódio foi marcado pela repressão de quase 3 mil operários em greve na cidade, em 7 de outubro de 1963. Segundo dados da época,

<sup>41</sup> SOLENIDADE na ALMG lembra 50 anos do golpe militar de 1964. MG1, 2014. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/3250570/?s=0s>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

<sup>42</sup> DIVERSÃO e Arte: Estações culturais marcam a época da Ditadura Militar. MGTV 1ª edição – Zona da Mata, 2014. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/3245335/?s=0s>>. Acesso em: 01 ago. 2023.

oito pessoas morreram<sup>43</sup>.

Imagem 13 – Fotografia do massacre de Ipatinga



Fonte: Globoplay, 2013

Já na reportagem exibida em 11 de março de 2014, a ênfase está em uma lei na cidade de Coronel Fabriciano que determina a renomeação de prédios com nomes ligados à Ditadura Militar, como Magalhães Pinto, apontado como responsável pelas mortes em Ipatinga, por ter ordenado a ação policial contra os grevistas. A repórter narra em *off* o evento e mais uma vez são exibidas fotografias do massacre<sup>44</sup>. Contudo, nas duas reportagens, as fontes não foram identificadas.

Além disso, são utilizados documentos referentes à CNV, como o relatório final e documentos encaminhados para a Comissão da Verdade em Minas Gerais, como na reportagem exibida em 9 de fevereiro de 2015, no telejornal *MGTV 1ª Edição – Uberlândia*, que abordou a atuação da Subcomissão Regional da Verdade do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba em Uberlândia, que teve como objetivo investigar o papel e a participação da cidade e região durante a ditadura militar. Um dos casos de destaque é o da advogada Ismene Mendes,

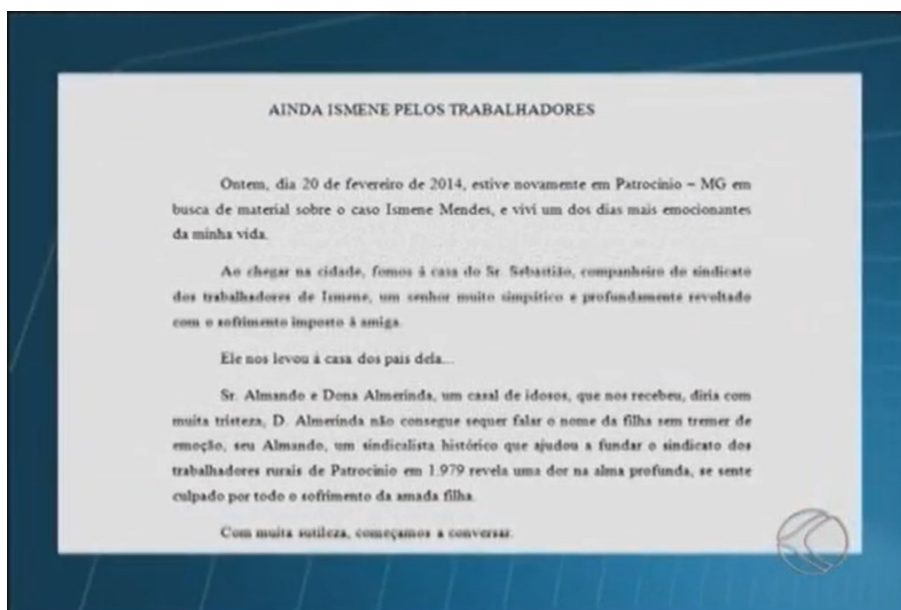
---

<sup>43</sup> COMISSÃO de anistia chega nesta sexta-feira em Ipatinga. MG Inter TV 1ª Edição – Vales MG, 2023. Disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/2897357/?s=0s> >. Acesso em: 29 jun. 2023.

<sup>44</sup> LEI em Fabriciano determina renomeação de prédios com nomes ligados a Ditadura Militar. MG Inter TV 1ª Edição – Vales MG, 2014. Disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/3205173/?s=0s> >. Acesso em: 30 jun. 2023.

nascida em Patrocínio-MG, que foi assassinada pela ditadura, desmentindo os relatos da época que alegavam suicídio. A Subcomissão apurou que Ismene não se automutilou, mas foi brutalmente agredida e atacada por homens mascarados. Durante a fala de Neiva Flávia de Oliveira, participante da subcomissão regional da verdade, a reportagem exibe uma foto de Ismene Mendes, cedida pela Subcomissão da Verdade. Neiva revela que Ismene foi uma pessoa constantemente ameaçada, recebendo balas pelo correio e ligações anônimas durante a noite. Ela também menciona que a Subcomissão coletou diversos depoimentos, tanto da família de Ismene quanto de pessoas próximas a ela. Imagens do relatório sobre o caso de Ismene Mendes são mostradas enquanto a repórter, em *off*, informa que os resultados preliminares da investigação foram encaminhados à Comissão Mineira da Verdade e à Comissão Nacional da Verdade (imagem 14)<sup>45</sup>.

Imagem 14 – Relatório enviado a Comissão Mineira da Verdade



Fonte: Globoplay, 2015

A utilização desses documentos é de extrema importância porque não só legitima o trabalho investigativo da subcomissão, como também evidencia, de forma oficial e reconhecida pelo governo federal, as graves consequências da ditadura, até mesmo em cidades menores do interior, como Patrocínio-MG. Isso demonstra que a repressão do regime militar não se limitou aos grandes centros urbanos, mas afetou profundamente a vida de pessoas em regiões mais afastadas.

<sup>45</sup> SUBCOMISSÃO busca informações sobre a participação da região na ditadura militar. MGTV 1ª Edição – Uberlândia, 2015. Disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/3953277/?s=0s>>. Acesso em: 28 jun. 2023.

Portanto, os documentos, que podem ser fotografias, recortes de jornais, documentos oficiais e vídeos de arquivo, são essenciais para complementar a narração e trazer maior profundidade às histórias contadas. Em telejornais, como os analisados, a combinação de imagens e áudio ajuda a contextualizar e ilustrar eventos históricos, muitas vezes carregando significados que vão além do que é explicitamente dito.

Por fim, é importante enfatizar que o uso de imagens muitas vezes sem a devida contextualização, pode deixar lacunas na compreensão completa do evento retratado, além de gerar interpretações simplificadas e generalistas. Apesar da utilização de documentos em suportes diversificados, observa-se uma carência significativa na representatividade de grupos minoritários, como mulheres, negros, indígenas, trabalhadores rurais e populações LGBTQIA+. Essa falta de representação indica que as narrativas oferecidas pelos telejornais muitas vezes não abrangem a diversidade das experiências de opressão e resistência durante a ditadura.

### 2.3 A participação de especialistas

A presença de especialistas nas reportagens está diretamente ligada ao uso de sonoras, desempenhando um papel crucial ao enriquecer a narrativa jornalística com informações e opiniões especializadas. Sua participação é especialmente relevante em coberturas de eventos históricos, como o golpe civil-militar no Brasil, onde suas análises oferecem uma visão mais aprofundada e contextualizada.

A análise revela que os especialistas, especialmente historiadores, são frequentemente convidados a falar durante as efemérides do golpe civil-militar. Além disso, a atuação das Comissões e Subcomissões da Verdade também impulsionou uma maior participação desses profissionais, que são chamados a comentar sobre o propósito e a importância dessas comissões.

**Quadro 3 - Temas que os historiadores são convidados a falar**

| <b>Temas</b>                        | <b>Quantidade de reportagens</b> |
|-------------------------------------|----------------------------------|
| 50 anos do golpe civil-militar      | 5                                |
| Comissões e Subcomissões da Verdade | 3                                |
| Aniversário de Montes Claros-MG     | 1                                |
| <b>TOTAL</b>                        | <b>9</b>                         |

Entre os historiadores que foram convidados a falar na efeméride de 50 anos do golpe civil-militar, em ordem cronológica de aparição, estão: Sávio Tarso; Afonso Alencastro;

Vilmar Martins Júnior; professora de história (cujo nome não é mencionado) e Cláudia Maia.

Dentro desse contexto de 50 anos do golpe civil-militar, dois historiadores destacam debates atuais sobre a ditadura militar, como a mudança de nomes de ruas, avenidas e pontes que homenageiam figuras que apoiaram o regime. Na reportagem veiculada no dia 11 de março de 2014, no telejornal *MG Inter TV 1ª Edição – Vales MG*, o historiador Sávio Tarso (Imagem 16) é apresentado na reportagem pelo repórter como alguém que "conta a história que você não sabe". Ele se posiciona criticamente em relação à figura de Magalhães Pinto, cujo nome foi dado a uma avenida em Coronel Fabriciano.

Imagem 16 – Sávio Tarso



Fonte: Globoplay, 2014.

Enquanto alguns moradores consideram desnecessária a mudança do nome da avenida, o depoimento de Sávio Tarso destaca aspectos controversos da trajetória de Magalhães Pinto. Segundo Tarso:

Magalhães Pinto não é um nome que a gente deve ter orgulho; é um nome ligado à extrema direita de Minas Gerais e do Brasil, atrelado aos interesses dos norte-americanos no Brasil. Ele foi o governador civil que ajudou, abriu espaço para os militares tomarem o poder e ficarem mais 25 anos, naquilo que a gente chama de ditadura militar no Brasil.

Além disso, de acordo com Tarso, foi Magalhães Pinto quem ordenou que a polícia de Minas Gerais fosse até o local, levasse uma metralhadora giratória e atirasse contra mais

de 5.000 operários<sup>46</sup>. Nesse sentido, a participação do historiador enriquece e colabora com a narrativa trazida pela repórter Lorena Duarte, na qual destacam o papel negativo do governador na história.

Já Afonso Alencastro (Imagem 17), em uma reportagem exibida no *MGTV 2ª Edição – Zona da Mata* em 18 de março de 2014, aborda o caráter educativo desse processo, enfatizando que a renomeação desses locais não é um fenômeno isolado em São João Del Rei, mas ocorre em várias partes do Brasil. Entretanto, o repórter Luiz Fernando Falcão narra a fala do historiador sem exibi-la diretamente, afirmando que, para Alencastro, "retirar os nomes não apaga o passado político do Brasil, mas abre espaço para uma discussão sobre o período do regime militar". Assim, enquanto o historiador foca no potencial educativo dessa revisão, o repórter opta por continuar destacando a polêmica em torno das mudanças, diferente da reportagem em que Sávio Tarso participa, na qual a repórter colabora com a narrativa do historiador<sup>47</sup>.

Imagem 17 – Afonso Alencastro



Fonte: Globoplay, 2014.

Vilmar Martins Júnior (imagem 18) em uma entrevista no estúdio, dia 31 de março de 2014, no telejornal *MGTV 1ª Edição – Uberlândia*, contextualiza o período da ditadura militar, principalmente a atuação de Uberlândia nesse contexto. Além disso, o pesquisador e produtor cultural, destaca um projeto realizado pela Universidade Federal de Uberlândia nos

<sup>46</sup> LEI em Fabriciano determina renomeação de prédios com nomes ligados a Ditadura Militar. MG Inter TV 1ª Edição – Vales MG. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/3205173/?s=0s>>. Acesso em: 18 mai. 2023.

<sup>47</sup> PREFEITURA de São João del Rei quer retirar referências ao golpe militar. *MGTV 2ª Edição – Zona da Mata*, 2014. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/3222462/?s=0s>>. Acesso em: 16 mar. 2023.

50 anos do golpe civil-militar, na qual foi produzido um documentário que retrata memórias do golpe militar em Uberlândia<sup>48</sup>. Essa entrevista evidencia como os telejornais contribuem para a divulgação de eventos locais, demonstrando um potencial para a divulgação de história na televisão.

Imagem 18 – Vilmar Martins Júnior



Fonte: Globoplay, 2014.

Outra aparição notável a ser destacada é a da professora de história (imagem 19) no dia 10 de outubro de 2014, no *MGTV 1ª Edição – Zona da Mata*, embora seu nome não tenha sido mencionado. A reportagem enfoca o ensino da ditadura militar nas escolas e a abordagem da professora, que utilizou a música como ferramenta pedagógica para enriquecer o aprendizado. Ela ressalta a importância de atribuir personagens à história, afirmando que a música confere um sentido mais profundo a essa narrativa<sup>49</sup>. Esta é a única reportagem que trata do tema na educação, porém, ela demonstra os desafios enfrentados pelos professores para tratar desse período atualmente.

Imagem 19 – professora de história

<sup>48</sup> DOCUMENTÁRIO vai retratar memórias do golpe militar em Uberlândia. *MGTV 1ª Edição – Uberlândia*, 2014. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/3251012/?s=0s>>. Acesso em: 18 abr. 2023.

<sup>49</sup> GOLPE da ditadura militar é destaque em escola de Juiz de Fora. *MGTV 1ª Edição – Zona da Mata*, 2014. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/3671553/>>. Acesso em: 17 jul. 2023.



Fonte: Globoplay, 2014.

A historiadora Cláudia Maia (imagem 20) foi convidada para uma entrevista em estúdio no dia 9 de dezembro de 2014, no *MG Inter TV 1ª Edição - Grande Minas*, com o objetivo de promover as atividades do evento na Unimontes na efeméride dos 50 anos da ditadura militar. Durante a entrevista, que durou 3 minutos, ela enfatizou a importância de não esquecer nem apagar esse período histórico. Maia também abordou o tema da redemocratização, respondendo a perguntas dos apresentadores sobre diversos aspectos da ditadura, incluindo suas consequências, o papel do feminismo durante o regime e o processo de redemocratização. Destacou ainda os resquícios da ditadura na sociedade atual, afirmando que o combate à corrupção observado atualmente é um sinal de democracia, uma vez que durante a ditadura esse tema era ignorado. Além disso, Maia falou sobre os movimentos feministas que se opuseram à ditadura militar na década de 1970, ressaltando que essa mobilização foi uma característica peculiar do restante do contexto ocidental da época<sup>50</sup>. Essa entrevista evidencia o papel positivo do telejornalismo ao divulgar eventos para toda a comunidade externa, além de inserir temas pouco discutidos nas reportagens.

Entre os historiadores convidados a falar sobre os trabalhos das Comissões e Subcomissões da Verdade, estão: Antônio Henrique Duarte Lacerda, Heleno de Barros, Afonso Lana e Bruna Santos.

Imagem 20 – Cláudia Maia

---

<sup>50</sup> DITADURA Militar é o tema de uma palestra que será realizada hoje em Unimontes. *MG Inter TV 1ª Edição - Grande Minas*, 2014. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/3819998/?s=0s>>. Acesso em: 15 jul. 2023.



Fonte: Globoplay, 2014.

Na reportagem exibida no dia 2 de abril de 2014 no *MGTV 2ª Edição – Zona da Mata*, o historiador Antônio Henrique Duarte Lacerda (imagem 21) foi convidado a falar sobre o trabalho da Comissão Municipal da Verdade em Juiz de Fora<sup>51</sup>, destacando a importância de ouvir relatos, pesquisar e esclarecer o que "realmente foi a ditadura e desvendar muitas coisas que ainda estão obscuras"<sup>52</sup>.

Imagem 21 – Antônio Henrique Duarte Lacerda



Fonte: Globoplay, 2014.

<sup>51</sup> A Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora foi criada pela Lei 12.643 em 2012 e regulamentada pelo Decreto 11.922 do Executivo Municipal em 2014. Encerrou seus trabalhos em 2015. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.juizdefora-oabmg.org.br/pdf/ebook.pdf>. Acesso em: 04 out. 2024.

<sup>52</sup> COMISSÃO Municipal da Verdade investiga Ditadura em Juiz de Fora. *MGTV 2ª Edição – Zona da Mata*, 2014. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/3256760/?s=0s>. Acesso em: 18 abr. 2023.

Já na reportagem exibida no *MGTV 1ª Edição – Uberlândia* no dia 09 de fevereiro de 2015, Heleno de Barros (imagem 22) aparece na reportagem destacando que Uberlândia teve um papel na ditadura que deve ser analisado<sup>53</sup>.

Imagem 22 – Heleno de Barros



Fonte: Globoplay, 2015

O historiador Afonso Lana (imagem 23) aparece na mesma reportagem, na ocasião a repórter Valéria Almeida narra que: "para o historiador Afonso Lana, o trabalho da Subcomissão Regional da Verdade tem o papel de clarear um passado que ainda está obscuro para muitas pessoas". Lana aparece afirmando que "a verdade histórica precisa ser revelada tal como ela é, para que os estudiosos do futuro possam analisá-la melhor", reforçando a ideia de que o "passado obscuro" precisa ser investigado<sup>54</sup>. Essa narrativa, se assemelha a fala do historiador Antônio Henrique Duarte Lacerda, anteriormente citada, sobre o papel das comissões da verdade.

No entanto, é crucial problematizar essas expressões, como "desvendar o passado" e "revelar o que está obscuro", pois elas podem simplificar o processo de compreensão histórica. Apesar de muitos documentos ainda estarem em posse privada e que há muitas informações a serem reveladas, tais termos sugerem que o passado da ditadura militar é desconhecido ou misterioso, quando, na verdade, aspectos centrais como repressão, tortura e censura já foram amplamente estudados e documentados, conforme discutido no primeiro capítulo deste

<sup>53</sup> SUBCOMISSÃO busca informações sobre a participação da região na ditadura militar. *MGTV 1ª Edição - Uberlândia*, 2014. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/3953277/?s=0s>>. Acesso em: 17 jul. 2023.

<sup>54</sup> SUBCOMISSÃO busca informações sobre a participação da região na ditadura militar. *MGTV 1ª Edição - Uberlândia*, 2014. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/3953277/?s=0s>>. Acesso em: 17 jul. 2023.

trabalho. Contudo, cabe lembrar que tais Comissões da Verdade tinham o papel de contribuir para investigar situações que ocorreram foram dos grandes centros e que muitas vezes a historiografia ainda não havia problematizado. Além disso, "desvendar" o passado pode parecer uma mera exposição de verdades ocultas, quando o verdadeiro desafio envolve interpretações complexas, disputas de memória e a compreensão de como esses eventos são lembrados e utilizados no presente.

Imagem 23 – Afonso Lana



Fonte: Globoplay, 2015.

Laurindo Mekie Pereira (imagem 24) é o único historiador que aparece em outras efemérides, especificamente no aniversário de Montes Claros, em uma série de reportagens intitulada "Montes Claros por eles." No dia 1º de julho de 2015, no *MG Inter TV 1ª Edição – Grande Minas*, ele destacou que, durante o período da abertura democrática, a ditadura ainda se fazia presente, exemplificada pela prisão de um jornalista em Montes Claros e pela ampla censura, que acompanhava até as publicações de cidades do interior.

A historiadora Bruna Santos (imagem 25) foi entrevistada em uma entrevista externa exibida no dia 20 de junho de 2018, no *MGTV 2ª Edição – Uberlândia*, para comentar sobre o relatório elaborado acerca da ditadura militar no Triângulo Mineiro. Conduzida pelo repórter Basílio Magno, a entrevista abordou pontos essenciais, como a participação das mulheres durante o regime, o que permitiu a Bruna Santos destacar alguns dos principais resultados do relatório. Ela ressaltou a figura de Lucília Soares Rosa e discutiu os documentos que compõem o relatório, obtidos dos acervos municipais de Uberlândia e Uberaba. Bruna também

mencionou que alguns documentos permanecem em posse privada, já que os militares não os cederam<sup>55</sup>.

Imagem 24 – Laurindo Mekie Pereira



Fonte: Globoplay, 2015.

Assim, Laurindo Mékie Pereira, Vilmar Martins Júnior, Heleno de Barros e Bruna Santos contribuem também para ressaltar o papel das cidades interioranas durante a ditadura, uma narrativa recorrente nos telejornais locais.

Imagem 25 – Bruna Santos



Fonte: Globoplay, 2018.

---

<sup>55</sup> COMISSÃO divulga resultados de relatório feito sobre ditadura militar no Triângulo Mineiro. MGTV 2ª Edição – Uberlândia, 2018. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6822685/?s=0s>>. Acesso em: 15 jul. 2023.

Além dos historiadores, a participação dos membros das Comissões e Subcomissões da Verdade em Minas Gerais é notável, de 36 reportagens, eles aparecem em 7. Entre eles estão Antônio Romanelli, Anivaldo Padilha, Helena Amorim, Helena da Mota Salles (cientista política), Betinho Duarte, Cristina Maria Couto Guerra (advogada), Neiva Flávia de Oliveira (advogada), Robson Sávio Souza, João Batista Costa e Robson Reis Souza. Apesar de suas formações distintas, todos colaboram para explicar o papel e a importância dessas comissões.

Na reportagem exibida em 26 de junho de 2014, no *MGTV 1ª Edição – Zona da Mata*, Cristina Maria Couto Guerra, advogada da OAB/JF e integrante da Comissão Municipal da Verdade em Juiz de Fora, destaca como os advogados que participaram da ditadura podem contribuir na elaboração do relatório. Helena da Mota Salles, cientista política e membro da Comissão Municipal da Verdade em Juiz de Fora, também enfatiza que a Comissão serve como um meio de recuperar a história e alertar a sociedade para que situações semelhantes não se repitam, defendendo a valorização da democracia por todos. Betinho Duarte, administrador e membro da Comissão Estadual da Verdade, por sua vez, menciona a relevância da Comissão em Juiz de Fora, ressaltando que as tropas partiram dessa cidade<sup>56</sup>.

Na reportagem exibida no dia 07 de junho de 2017, no *MG Inter TV 2ª Edição – Grande Minas*, uma participação significativa a ser destacada é a de Robson Reis Souza, coordenador da Comissão Nacional da Verdade da ALMG. Ele relata um caso emblemático de violência no norte de Minas, envolvendo trabalhadores rurais e sindicatos. Segundo Robson, essa violência inclui mortes, expropriações, torturas e cárceres privados. Ele também ressalta que todo esse trabalho será transformado em um relatório abrangente sobre o estado, que recomendará uma série de políticas públicas para prevenir a violência, a tortura e as ações arbitrárias do Estado. Além disso, João Batista Costa, coordenador da Comissão da Verdade e Memórias Grande Sertão, comenta sobre o impacto perverso da ditadura nas comunidades rurais do norte de Minas, especialmente nas comunidades quilombolas<sup>57</sup>.

Outros especialistas aparecem em menos recorrência, como Feliciano Saldanha (membro do fórum), Gilles Gomes (representante da secretaria de Direitos Humanos), Bárbara Vital (cientista social) e Marco Aurélio Guimarães (médico legista), para comentar aspectos específicos de suas áreas, como Marco Aurélio Guimarães, que aparece em 3 reportagens, exibidas no *Jornal da EPTV 2ª Edição – Sul de Minas, MG1 e MG2*, no dia 12 de agosto de

<sup>56</sup> COMISSÃO da Verdade homenageia juiz-foranos que lutaram contra a Ditadura Militar no país. *MGTV 1ª Edição – Zona da Mata*, 2014. Disponível: <<https://globoplay.globo.com/v/3454477/?s=0s>>. Acesso em: 15 jul. 2023.

<sup>57</sup> COMISSÃO da Verdade debate Ditadura Militar no Norte de Minas. *MG Inter TV 2ª Edição – Grande Minas*, 2017. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/5924353/?s=0s>>. Acesso em: 10 mai. 2023.

2013. Nessas situações, o médico comenta sobre como a análise do corpo de Arnaldo Cardoso foi possível, já que a água que entrou dentro do caixão preservou o aspecto da lesão por 40 anos<sup>58</sup>.

Portanto, a análise da participação de especialistas nas reportagens revela a importância desses profissionais na construção de narrativas jornalísticas sobre a ditadura militar e suas repercussões. A presença de historiadores em reportagens televisivas sobre o golpe civil-militar brasileiro destaca a importância de seu papel na construção e divulgação de narrativas históricas. Suas participações contribuem para aprofundar o entendimento de eventos complexos, oferecendo uma perspectiva crítica e informada sobre questões como a renomeação de locais públicos, as Comissões da Verdade e a memória da ditadura militar.

A análise das reportagens demonstra a capacidade da mídia televisiva de fomentar debates contemporâneos sobre o impacto da ditadura militar na sociedade atual. Embora o trabalho de esclarecer e interpretar os fatos históricos seja frequentemente associado à revelação de "verdades ocultas", é essencial compreender que a história é composta por camadas de interpretações e disputas de memória, elementos que esses especialistas ajudam a elucidar, especialmente no contexto de um passado político ainda tão presente.

Dessa forma, os historiadores, em particular, desempenham um papel crucial, não apenas ao fornecer informações e estudos fundamentados, mas também ao provocar reflexões críticas sobre a história e suas implicações no presente, sendo convidados principalmente nas efemérides do golpe. Os historiadores ajudam a trazer à tona a necessidade de um exame crítico do passado, estimulando a reflexão sobre a relevância da história na construção de uma sociedade mais consciente e democrática. Além disso, a participação de membros das Comissões da Verdade enfatiza a continuidade do esforço para entender e reconhecer os abusos do passado, ao mesmo tempo em que promovem a valorização da democracia. Por fim, a presença de outros especialistas de diversas áreas, como advogados e cientistas políticos, amplia a compreensão do fenômeno da ditadura, demonstrando que a análise desse período perpassa e é interligada a outros campos do conhecimento.

---

<sup>58</sup> GOVERNO federal reconhece que militante foi vítima da ditadura. Jornal da EPTV 1ª Edição – Sul de Minas, 2013. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/3014615/?s=0s>>. Acesso em: 16 jun. 2023.  
PELA 1ª vez corpo de militante que lutou contra a ditadura é exumado em MG. Jornal da EPTV 2ª Edição – Sul de Minas, 2013. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/2753352/?s=0s>>. Acesso em: 16 jun. 2023.  
CORPO de militante que lutou contra a ditadura é exumado em Belo Horizonte. MG1, 2013. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/2752171/?s=0s>>. Acesso em: 16 jun. 2023.

### 3. MOBILIZAÇÃO DAS MEMÓRIAS DA DITADURA: DISPUTAS E TENSIONAMENTOS

#### 3.1 As memórias dos setores liberais

Para a análise das memórias da ditadura militar nos telejornais, exploramos três principais vertentes de memória em torno do regime: a memória dos setores liberais, a memória da esquerda e a memória da extrema-direita. No entanto, é importante destacar que, dentro de cada uma dessas esferas, há múltiplas perspectivas e nuances, que refletem a complexidade e a diversidade das interpretações sobre o período ditatorial. Apesar dessa variedade, a adoção dessa abordagem permitiu organizar e sistematizar a análise, identificando as narrativas predominantes presentes nas reportagens.

Segundo Napolitano (2015), a memória hegemônica sobre a ditadura militar no Brasil, foi construída a partir do afastamento político entre os liberais e os militares. Inicialmente aliados no golpe de 1964, esse distanciamento se consolidou ao longo das décadas de 1960 e 1970, quando os liberais começaram a criticar aspectos do regime, como a censura, o autoritarismo legal e o intervencionismo econômico, já que estavam sendo impactados por estes. No entanto, é importante notar que, durante esse processo, os liberais também incorporaram discursos da esquerda não armada, especialmente aqueles que giravam em torno da "resistência" contra a ditadura.

Essa memória hegemônica, portanto, não é a típica versão dos "vencedores", como costuma ocorrer, pelo contrário, os militares, que venceram politicamente e controlaram o Estado por 21 anos, viram sua versão do passado ser colocada em segundo plano. A imprensa liberal, que havia apoiado o golpe, posteriormente assumiu uma postura crítica em relação ao autoritarismo e à repressão, renegando seu papel original. A autocrítica das Organizações Globo em 2013, por exemplo, que classificou o apoio ao golpe como um "erro", reflete essa mudança de postura liberal.

Ao mesmo tempo, Napolitano (2015) ressalta que, apesar da crítica ao regime, muitos aspectos do autoritarismo militar permaneceram no Estado brasileiro pós-ditadura, como a burocracia insular e a visão tecnocrática das políticas públicas. Assim, a memória hegemônica não é uma vitória completa dos valores democráticos ou da esquerda, mas uma construção ambígua, em que o discurso liberal-conservador predomina, mesmo quando elementos da esquerda são incorporados. Logo:

[...] não estamos diante de uma memória hegemônica construída unicamente pelos vencidos, mas de uma memória cheia de armadilhas que selecionou elementos e identidades políticas entre estes vencidos, colocando em um

segundo plano, por exemplo, o projeto da esquerda armada (Rollemberg, 2006 apud Napolitano, 2015, p. 19).

Portanto, a memória hegemônica foi elaborada pelos setores liberais, configurando-se como uma memória liberal-conservadora. Neste tópico, debateremos essa construção, buscando identificar como ela é utilizada nas reportagens.

Em diversas reportagens, o discurso simplifica a oposição à ditadura militar como uma "luta pela democracia," frequentemente omitindo a menção à esquerda armada, aos movimentos estudantis e a outros grupos que tinham objetivos que iam além da defesa democrática. Um exemplo é a reportagem exibida no *MG2* em 25 de maio de 2013, em que os repórteres cobrem a homenagem da Comissão da Anistia a sete mineiros em Belo Horizonte, porém a participação destes em movimentos da luta armada não é mencionada: Angelina Dutra de Oliveira, Antônio Romanelli, Carmela Pezzuti, Conceição Imaculada de Oliveira, Maria Geralda Gomes Diniz, Terezinha Martins Rabelo e Oroslinda Maria Taranto Goulart. O que chama atenção é que três dos homenageados — Carmela Pezzuti, Conceição Imaculada de Oliveira e Oroslinda Maria Taranto Goulart — pertenciam a movimentos da esquerda armada, como o Comando de Libertação Nacional (COLINA), Vanguarda Armada Revolucionária (VAR-PALMARES), a Corrente Revolucionária de Minas Gerais e a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (POLOP). Além disso, Antônio Romanelli, Conceição Imaculada e Oroslinda Maria também defendiam os direitos dos trabalhadores, sendo envolvidos nas Ligas Camponesas, no Sindicato dos Metalúrgicos e no Movimento Operário. Assim, sua resistência ia além da luta pela democracia, incluindo causas como a Reforma Agrária e os direitos trabalhistas e isto sequer é mencionado na reportagem<sup>59</sup>.

Na reportagem exibida em 12 de agosto de 2013 pelo *Jornal da EPTV 2ª Edição – Sul de Minas*, sobre a primeira exumação do corpo de um militante que lutou contra a ditadura, o repórter menciona Arnaldo Cardoso Rocha como integrante da Ação Libertadora Nacional (ALN), um grupo de esquerda armada. No entanto, a reportagem limita-se a afirmar que o grupo combatia a ditadura, sem oferecer maiores esclarecimentos. Contudo, a ALN, fundada em 1968, não era um foco isolado, mas uma vanguarda revolucionária inserida em um plano estratégico e tático mais amplo. Seu objetivo principal era a formação de um exército revolucionário de libertação que integrasse trabalhadores urbanos e camponeses. A guerrilha urbana, à qual a ALN deu especial destaque, deveria contar com o apoio dos camponeses, visando consolidar um movimento revolucionário capaz de transformar a estrutura social e

<sup>59</sup> MINEIROS são homenageados pela Comissão da Anistia em Belo Horizonte. *MG2*, 2013. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/2594861/?s=0s>>. Acesso em: 08 mar. 2023.

política do Brasil e da América Latina<sup>60</sup>.

Outra reportagem de destaque foi exibida pelo *MGI* em 31 de março de 2014, abordando uma solenidade na Assembleia Legislativa de Minas Gerais que relembrou o golpe de 1964. Nesse evento, um dos homenageados foi Antônio Joaquim de Souza Machado, morto durante a ditadura, cujo corpo permanece desaparecido. Embora exista uma certidão de óbito, não constam informações sobre o local, a causa, ou a data exata de sua morte. No entanto, mais uma vez, o discurso predominante foi o de “luta pela democracia”, sem mencionar a participação de Antônio Joaquim na organização VAR-Palmares. Isso evidencia como a memória liberal apropriou-se desse discurso, reforçando a narrativa de resistência pela democracia enquanto oculta o envolvimento de militantes em ações mais amplas<sup>61</sup>.

A problemática reside na simplificação da narrativa histórica nas reportagens, que muitas vezes reduzem a oposição à ditadura militar a uma mera “luta pela democracia,” deixando de lado a complexidade dos movimentos envolvidos. Essa abordagem ignora e omite as diversas agendas políticas e sociais, contribuindo para uma visão parcial da resistência, invisibilizando as motivações e as ações de grupos que lutavam não apenas pela democracia, mas por transformações sociais profundas, buscando apagar o horizonte de expectativa da esquerda armada.

Além disso, é evidente nas reportagens a ênfase na censura enfrentada por artistas e pela imprensa, com várias matérias dedicadas a esse tema. Esse foco destaca como a liberdade de expressão foi cerceada durante o regime militar, enfatizando a luta dos indivíduos que enfrentaram a repressão cultural.

É inegável que, no contexto brasileiro, o campo artístico desempenhou um papel crucial ao impedir a legitimação simbólica do regime. Artistas amplamente aceitos pela classe média escolarizada e pela indústria cultural, em sua maioria, estavam associados à oposição, especialmente à esquerda “nacional-popular” (Napolitano, 2015, p. 15). Segundo o autor:

Nas artes, sempre um termômetro dos valores dominantes em uma sociedade e campo formatador das representações simbólicas sobre o passado, a memória hegemônica tem sido a visão predominante. No cinema de época ou feito posteriormente ao fim do regime, nas canções de Música Popular Brasileira (MPB) que redefiniram a hierarquia do gosto musical da classe média escolarizada, na literatura, nas artes plásticas e no teatro, a ditadura aparece como sinônimo de opressão, censura e violência, em contraponto com o exercício da crítica e da liberdade exercitada nas e pelas obras de arte. Em que pese a relação contraditória estabelecida entre a arte de esquerda, o mercado e as instituições públicas de fomento e mecenato durante o regime militar, a

<sup>60</sup> PELA 1ª vez corpo de militante que lutou contra a ditadura é exumado em MG. Jornal da EPTV 2ª Edição – Sul de Minas, 2013. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/2753352/?s=0s>>. Acesso em: 16 jun. 2023.

<sup>61</sup> SOLENIDADE na ALMG lembra 50 anos do golpe militar de 1964. *MGI*, 2014. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/3250570/?s=0s>>. Acesso em: 08 mai. 2023.

historiografia, via de regra, destacou o papel de “resistência cultural” das artes (Napolitano, 2015, p 16-17).

No entanto, a ênfase excessiva na censura nas reportagens analisadas sugere uma intenção de evidenciar que a imprensa, assim como outros setores da sociedade, foi vítima da ditadura militar. Essa abordagem, entretanto, busca apagar o fato de que a mídia também desempenhou um papel ativo durante o golpe civil-militar, muitas vezes apoiando ou legitimando as ações da ditadura. Ao concentrar-se apenas nas limitações impostas pela censura, corre-se o risco de apagar a responsabilidade da imprensa na construção e na manutenção do discurso hegemônico que favoreceu o golpe e a repressão.

Na reportagem exibida pelo *MGTV 1ª edição – Uberlândia*, no dia 31 de março de 2014, tanto a narrativa dos apresentadores, quanto o conteúdo de toda a reportagem destaca como a imprensa sofreu com a ditadura. O apresentador Alex Garrido inicia a chamada afirmando que “um dos setores que sofreram com esse regime foi o da imprensa.” Em seguida, a apresentadora Fernanda Vieira complementa, destacando: “o nosso setor, e hoje o radialista Márcio Alvarenga relatará casos em que seu trabalho foi alvo da censura durante aquele período.” Márcio, convidado para compartilhar suas experiências, destaca episódios de censura e enfatiza que a liberdade de expressão é fundamental para sua profissão, ressaltando que sua ausência inviabiliza o pleno exercício de suas funções<sup>62</sup>.

Outra reportagem que pode ser destacada nesse sentido é a veiculada pelo telejornal *MG Inter TV 1ª Edição – Grande Minas*, no dia 1º de julho de 2015, na qual Benedito Said discute a censura e os desafios enfrentados pelos jornalistas durante o período da ditadura militar. Said compartilha sua paixão pelo jornalismo e suas experiências como radialista, incluindo sua atuação como correspondente do jornal *O Globo*. Na mesma ocasião, o repórter Pablo Caires ressalta as dificuldades de acesso à educação e os impactos da seca na região do norte de Minas Gerais, enfatizando que, embora o país estivesse passando por uma fase de abertura democrática, a censura permanecia forte, resultando na perseguição de jornalistas. Said relata suas prisões pelo DOPS e a destruição do jornal em que trabalhava, realizada por prefeitos que buscavam consolidar seu poder. Além disso, ele enfatiza a importância da imprensa livre na formação da consciência social e destaca o papel da televisão em momentos históricos, como o movimento das Diretas Já<sup>63</sup>.

<sup>62</sup> RADIALISTA de Uberlândia que trabalhou durante a ditadura fala sobre o Golpe Militar. *MGTV 1ª edição – Uberlândia*, 2014. Disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/3250425/?s=0s>>. Acesso em: 20 mai. 2023.

<sup>63</sup> JORNALISTA Benedito Said fala sobre a censura e desafios para se manter na profissão. *MG Inter TV 1ª Edição – Grande Minas*, 2015. Disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/4290811/?s=0s>>. Acesso em: 10 mai. 2023.

Percebe-se que nas duas reportagens os convidados reconhecem a importância da imprensa nesse período histórico, porém, apesar desse reconhecimento, não é mencionado o apoio de alguns veículos de imprensa no golpe civil-militar. Essa omissão distorce a compreensão do papel da mídia na história, já que, além de ser alvo de repressão, muitos veículos de comunicação colaboraram com a propaganda do governo militar. Assim, é igualmente importante reconhecer a complexidade do papel da mídia nesse contexto e fundamental adotar uma perspectiva crítica que considere tanto a opressão quanto a colaboração da imprensa.

Em contrapartida, as práticas de tortura e as violações de direitos humanos, que foram experiências centrais da repressão, são frequentemente tratadas de maneira superficial, relegadas a um segundo plano e mencionadas apenas em um contexto mais amplo. Essa abordagem tende a colocar os relatos de tortura nos “porões” da ditadura, ocultando a brutalidade e a sistematicidade desses abusos. A estruturação do Serviço Nacional de Informações (SNI) e a existência de documentos, como o *Manual do Interrogatório* (1971)<sup>64</sup> evidenciam o caráter altamente organizado do aparato repressivo dos governos militares. Dois exemplos se destacam nesse contexto. Na reportagem exibida em 31 de março de 2014, pelo *MGTV 2ª Edição – Zona da Mata*, o advogado Winston Jones Paiva afirma: “era tudo feito nos porões da ditadura, por isso as pessoas e os militares negavam a tortura no Brasil”. Em outra reportagem, transmitida em 2 de abril de 2014, pelo mesmo telejornal, Roberto Cupolillo também se refere aos porões da ditadura, ressaltando – “é importante que a Comissão traga ao público as atrocidades que aconteceram nos porões da ditadura em Juiz de Fora”<sup>65</sup>.

A expressão “porões da ditadura” sem uma contextualização mais aprofundada, apresenta-se como problemática ao sugerir que a repressão durante a ditadura militar brasileira ocorreu de maneira oculta e restrita. É fato que houve torturas, prisões clandestinas e que as mortes provocadas pelos agentes repressivos eram encobertas com outras versões, além do desaparecimento de corpos (Joffily, 2014). Contudo, a violência e os abusos perpetrados foram amplamente organizados e institucionalizados pelo Estado. As práticas de tortura e demais violações de direitos humanos não se limitaram a espaços clandestinos, mas integraram uma política governamental, executada por órgãos como o Serviço Nacional de Informações (SNI)

---

<sup>64</sup> O Manual do Interrogatório, produzido em 1971, foi encontrado no acervo do Departamento de Ordem Política e Social – DOPS, sob a guarda do Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná. Este documento é um texto de autoria anônima que foi feito para as polícias políticas estaduais do Brasil na época da ditadura militar, sendo distribuído pelo Serviço Nacional de Informações

<sup>65</sup> COMISSÃO Municipal da Verdade investiga Ditadura em Juiz de Fora. *MGTV 2ª Edição – Zona da Mata*, 2014. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/3256760/?s=0s>>. Acesso em: 18 abr. 2023.

e o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). O uso dessa expressão contribui para uma visão simplificada da ditadura, ao minimizar a responsabilidade estatal e enfraquecer a compreensão da repressão como um fenômeno amplo e sistemático. Reconhecer a verdadeira dimensão desses abusos é imprescindível para evitar o revisionismo histórico e preservar a memória dos crimes cometidos (Fico, 2009).

Além disso, é pertinente destacar a forma como os telejornais abordam a Anistia, frequentemente retratando os trabalhos da Comissão de Anistia em relação aos pedidos de desculpas feitos pelo Estado às vítimas da ditadura e aos perseguidos políticos. Alguns dos exemplos é a reportagem sobre os mineiros que foram homenageados pela Comissão da Anistia em Belo Horizonte, no dia 24 de maio de 2013, no *MG2*<sup>66</sup> e a reportagem sobre a inauguração de um monumento em homenagem à luta pela anistia em BH, exibida no dia 25 de maio de 2013, também pelo *MG2*<sup>67</sup>. No entanto, em nenhuma das reportagens foi mencionado que a Anistia política também beneficiou os militares, resultando na proteção dos agentes do Estado responsáveis pelas violações de direitos humanos. É importante ressaltar que a própria Comissão Nacional da Verdade não tinha como objetivo punir os crimes cometidos por esses agentes, mas sim esclarecer fatos que poderiam ter sido distorcidos ou ocultados pelo Estado. Com base nessas informações, a comissão elaborou relatórios e recomendações, sugerindo reformas institucionais e formas de reparação histórica. No entanto, apenas 2 das 29 recomendações feitas foram implementadas pelo Estado brasileiro<sup>68</sup>.

A análise da memória hegemônica construída pelos setores liberais em relação às reportagens sobre a ditadura militar brasileira revela uma complexidade inerente ao processo de lembrança e narrativa histórica. Apesar do reconhecimento da repressão e da luta pela democracia, essa narrativa frequentemente simplifica a resistência, omite a participação significativa da esquerda armada e ignora a diversidade de agendas políticas que existiram durante o período. A ênfase em discursos que reduzem a oposição à ditadura a uma "luta pela democracia" reflete uma tentativa de acomodar uma versão da história que não confronta plenamente a responsabilidade dos setores liberais na construção da ditadura.

<sup>66</sup> MINEIROS são homenageados pela Comissão da Anistia em Belo Horizonte. *MG2*, 2013. Disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/2594861/?s=0s>>. Acesso em: 08 mar. 2023.

<sup>67</sup> MONUMENTO em homenagem à luta pela anistia é inaugurado em BH. *MG2*, 2013. Disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/2596338/?s=0s>>. Acesso em: 23 jun. 2023.

<sup>68</sup> RECOMENDAÇÕES da Comissão Nacional da Verdade são responsabilidade do Estado brasileiro, diz Silvio Almeida no lançamento de relatório que aponta que 93% das recomendações não foram cumpridas. GOV.BR, 2023. Disponível em: < <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/abril/recomendacoes-da-comissao-nacional-da-verdade-sao-responsabilidade-do-estado-brasileiro-diz-silvio-almeida-no-lancamento-de-relatorio-que-aponta-que-93-das-recomendacoes-nao-foram-cumpridas>>. Acesso em: 17 set.. 2024.

A crítica à atuação da mídia durante a ditadura é essencial, pois essa mesma imprensa, que hoje se posiciona como vítima da censura, também teve um papel ativo em legitimar o golpe de 1964 e a repressão que se seguiu. A representação da censura nas reportagens analisadas tende a minimizar a colaboração da mídia com o regime militar, distorcendo assim a compreensão do papel que a imprensa desempenhou tanto na resistência quanto na repressão.

Além disso, a maneira como a Anistia é abordada nas reportagens evidencia a omissão do impacto que essa política teve sobre os militares, obscurecendo a proteção dada aos agentes do Estado responsáveis por violação de direitos humanos. Essa narrativa, que se alinha com a memória hegemônica pensada por Napolitano, prioriza uma visão que é mais palatável para os setores liberais, mas que não reflete a totalidade da experiência vivida durante a ditadura.

Contudo, “[...] a imprensa liberal, protagonista central da conspiração que derrubou João Goulart, destacou-se na denúncia do autoritarismo, da tortura, da censura como marcas centrais do regime que ela ajudou construir” (Napolitano, 2015, p. 18). A análise do material telejornalístico revelou uma especificidade em relação ao que Napolitano aponta. Embora as reportagens enfatizem fortemente a censura, observou-se que outros aspectos do autoritarismo, como a tortura, recebem menos destaque e não são amplamente discutidos.

Outro ponto que Napolitano (2015) ressalta como parte da memória dos setores liberais é a crítica ao intervencionismo econômico praticado pelos governos militares. Para os setores liberais, essa intervenção representava uma distorção dos princípios de mercado livre, visto que a ditadura militar adotou uma série de medidas que ampliaram o papel do Estado na economia. No entanto, ao analisar as reportagens televisivas, observou-se que esse tema é praticamente ausente. Nenhuma das matérias examinadas menciona ou debate as políticas econômicas intervencionistas dos militares, o que indica uma lacuna importante na cobertura jornalística sobre o período. A ausência desse debate pode também refletir a complexidade de abordar um tema que envolve interesses econômicos e políticos, especialmente considerando a aliança histórica da Rede Globo com a ditadura militar. A emissora contribuiu para a legitimação e o fortalecimento do regime, ao mesmo tempo em que se beneficiava do apoio estatal para expandir sua infraestrutura e ampliar sua influência no país (Ramos, 2000, p. 14-15 apud Carvalho, 2013, p. 260). Essa relação entre a Globo e o governo militar pode ter influenciado a cobertura jornalística, levando à omissão de questões como o intervencionismo econômico em favor de uma narrativa que destacava outros aspectos, como a censura.

Portanto, é crucial promover um debate mais amplo sobre a memória da ditadura militar, que reconheça a pluralidade de vozes e experiências, evitando a simplificação das narrativas históricas. O entendimento dos abusos sistemáticos perpetrados pelo Estado e a complexidade

da resistência são fundamentais para uma reinterpretação mais justa e completa do passado, essencial para a construção de uma sociedade mais consciente e comprometida com a defesa dos direitos humanos e da democracia.

### 3.2 As memórias da esquerda

Como discutido anteriormente, segundo Napolitano (2015), as memórias da esquerda foram progressivamente apropriadas e combinadas com elementos liberais-conservadores para formar uma memória hegemônica que, embora crítica ao período ditatorial, é marcada por essa mescla de influências. Essa fusão de memórias dificulta a identificação precisa de quais aspectos pertencem exclusivamente à esquerda, uma vez que:

Ao mesmo tempo, as esquerdas também reconstruíram sua memória, apagando os projetos autoritários que estavam por trás, sobretudo, da luta armada, chancelada pelo mote genérico da “resistência democrática”. Obviamente, não se trata de mero cinismo dos atores políticos diante das verdadeiras posições do passado, mas um processo intrínseco à construção de qualquer memória social, marcada pelo jogo entre esquecimento e rememoração seletivos para justificar posições no passado e identidades no presente (Reis, 2000 apud Napolitano, 2015, p. 20).

Assim, em uma mesma reportagem, é possível encontrar aspectos das memórias de esquerda, das memórias liberal-conservadoras e das memórias de extrema-direita, influenciando a narrativa. A visão de uma "sociedade vítima", porém resistente e digna, foi amplamente compartilhada tanto pelos liberais quanto pela esquerda, incluindo aqueles que optaram pela luta armada e os que a rejeitaram. Contudo, embora a esquerda tenha tido uma presença expressiva nos movimentos sindicais e sociais ao final da ditadura, essa mobilização não se converteu em uma ação institucional efetiva, devido à preferência da oposição liberal moderada por negociar os termos da transição (Napolitano, 2015).

Entretanto, segundo Napolitano (2015), nos 50 anos do golpe civil-militar, a esquerda mobilizou organizações não governamentais (ONGs) dedicadas à defesa dos direitos humanos, além de movimentos de familiares de vítimas da repressão. Coletivos de jovens também se destacaram ao realizar "esculachos", protestos públicos destinados a denunciar os torturadores que permaneciam impunes.

Como já abordamos a noção de uma “sociedade vítima”, neste tópico concentraremos nossa atenção em outros aspectos das memórias de esquerda, incluindo a representação da ditadura no contexto rural, os indígenas, as ações repressivas contra os trabalhadores, o movimento estudantil, o papel das mulheres durante esse período e a busca por ações efetivas contra os torturadores e justiça de memória. Porém, é preciso pontuar que esses temas aparecem de maneira esporádica nas reportagens analisadas.

Na reportagem exibida em 1º de abril de 2014, no *MGTV 1ª Edição – Uberlândia*, o advogado uberabense Guido Bilharinho foi convidado a participar de uma matéria que relembra fatos marcantes da ditadura no contexto local. Durante a entrevista, Bilharinho relatou ter enfrentado dois processos na época, explicando que isso ocorreu porque fazendeiros reclamavam ao presidente sobre seu escritório, que movia ações contra eles. Segundo o advogado, a mentalidade da época ainda não era legalista, e muitos fazendeiros resistiam à aceitação das leis trabalhistas, que garantiam direitos substantivos aos empregados. Nessa mesma reportagem, o Padre Prata aparece e relata que a própria igreja já tinha grupos, como a Juventude Estudantil e Católica. Ele ainda destaca - “agora a gente reunia para estudar, para debater não apenas problemas religiosos, mas de um modo quase que especial problemas de ordem política. E naturalmente nós éramos supervigiados”<sup>69</sup>.

Sobre a participação dos estudantes, além do caso mencionado por Padre Prata, a reportagem exibida em 26 de junho de 2014 pelo *MGTV 1ª Edição – Zona da Mata* aborda a homenagem da Comissão da Verdade aos juiz-foranos que lutaram contra a Ditadura Militar. Cristina Guerra, membro da comissão, destaca brevemente que os sindicatos e as universidades tiveram um papel muito atuante nesse período, mencionando que muitas pessoas foram presas, e que havia uma prisão política, a "Penitenciária José Edson Cavalieri"<sup>70</sup>.

Outra reportagem relevante sobre a atuação de advogados em defesa dos direitos trabalhistas durante a ditadura foi exibida no dia 9 de fevereiro de 2015, também no *MGTV 1ª Edição – Uberlândia*. Nessa matéria, a professora Neiva Flávia de Oliveira, do curso de Direito da Universidade Federal de Uberlândia, explica o trabalho da Subcomissão Regional da Verdade, destacando a investigação sobre o caso de Ismene Mendes, advogada que atuava em Patrocínio-MG. A repórter Valéria Almeida ressalta que a Subcomissão conseguiu comprovar que Ismene foi assassinada, contrariando os relatos da época, que afirmavam que ela havia cometido suicídio. Neiva Flávia detalha a investigação, afirmando que a Subcomissão constatou que "não foi um autoestupro, ela não se automutilou, pelo contrário, foi agredida e atacada por homens mascarados." Além disso, a Subcomissão descobriu que Ismene foi alvo de várias ameaças, recebendo balas pelo correio e ligações anônimas durante a noite<sup>71</sup>. Embora a reportagem não mencione diretamente sua atuação na defesa dos direitos trabalhistas e sociais,

<sup>69</sup> UBERABENSES relembra fatos marcantes da ditadura militar. *MGTV 1ª Edição – Uberlândia*, 2014. Disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/3253062/?s=0s>>. Acesso em: 08 mai. 2023.

<sup>70</sup> COMISSÃO da Verdade homenageia juiz-foranos que lutaram contra a Ditadura Militar no país. *MGTV 1ª Edição – Zona da Mata*, 2014. Disponível: <<https://globoplay.globo.com/v/3454477/?s=0s>>. Acesso em: 15 jul. 2023.

<sup>71</sup> SUBCOMISSÃO busca informações sobre a participação da região na ditadura militar. *MGTV 1ª Edição – Uberlândia*, 2015. Disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/3953277/?s=0s>>. Acesso em: 28 jun. 2023.

foi essa a causa das perseguições que Ismene sofreu, incluindo tortura e estupro. Sua morte ocorreu após a resolução de diversos casos trabalhistas em favor dos trabalhadores, especialmente os rurais, incluindo situações de trabalho análogo à escravidão que foram elucidadas e solucionadas graças à sua atuação (Resende; Oliveira, 2016, p. 76). Essa reportagem, apesar de não mencionar a luta de Ismene pelos direitos trabalhistas, aborda, através da fala da professora, uma forma de violência praticada contra as mulheres na ditadura, o estupro.

Em 20 de agosto de 2015, o *MG Inter TV 1ª Edição - Grande Minas* exibiu uma reportagem sobre uma audiência pública que resgatou histórias de vítimas da ditadura militar no Sertão de Minas. O repórter Délio Pinheiro mencionou brevemente a participação de "povos tradicionais indígenas e vazanteiros" no encontro. Adair Pereira, de Grão Mogol-MG, representando os geraizeiros, destacou que a grilagem de terras ainda persiste atualmente, com empresas de eucalipto e mineração desrespeitando as leis, enquanto as autoridades falham em garantir seu cumprimento<sup>72</sup>.

Já na reportagem exibida pelo *MG Inter TV 2ª Edição - Grande Minas*, no dia 07 de junho de 2017, também abordou a ditadura militar no norte de Minas. O produtor rural José Antônio da Silva, única testemunha negra, como mencionado no capítulo 2, participou do vídeo relatando sua experiência com a violência que desapropriou muitos trabalhadores rurais. Ele afirmou: "levavam pistoleiros de cadeia para expulsar os pobres da área, maltrataram e mataram os animais da população, e nós sofremos muito com essa situação." Robson Reis Souza, coordenador da Comissão Nacional da Verdade na ALMG, destacou que o norte de Minas é um caso emblemático de violência contra trabalhadores e sindicatos rurais, envolvendo mortes, expropriações, tortura e cárcere privado. João Batista Costa, coordenador da Comissão da Verdade e Memórias Grande Sertão, também ressaltou o impacto perverso da repressão nas comunidades rurais da região, incluindo quilombolas, geraizeiros e outros grupos tradicionais<sup>73</sup>.

No dia 13 de dezembro de 2017, no *Jornal da EPTV 1ª Edição - Sul de Minas*, o tema sobre a repressão contra os trabalhadores é mencionado. Robson Sávio Souza, coordenador da Comissão da Verdade em Minas Gerais, conta que ampliaram a pesquisa e chegaram a várias cidades, entendendo que os torturados e agentes da ditadura tinham uma rede com políticos, empresários, outros agentes do Estado, empresas do agronegócio, do reflorestamento,

---

<sup>72</sup> AUDIÊNCIA pública resgata histórias de vítimas da Ditadura Militar no Sertão de Minas. *MG Inter TV 1ª Edição - Grande Minas*, 2015. Disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/4407600/>>. Acesso em: 28 jun. 2023.

<sup>73</sup> COMISSÃO da Verdade debate Ditadura Militar no Norte de Minas. *MG Inter TV 2ª Edição - Grande Minas*, 2017. Disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/5924353/?s=0s>>. Acesso em: 10 mai. 2023.

mineradoras, que aproveitaram do período para promover violações dos direitos humanos no estado. Além disso, menciona a repressão contra trabalhadores, movimentos sindicais, estudantis e universidades e o mapeamento de massacres contra povos indígenas<sup>74</sup>.

Além disso, duas reportagens mencionam o massacre de Ipatinga, cometido contra os trabalhadores grevistas. A primeira reportagem, exibida no dia 18 de outubro de 2013, pelo *MG Inter TV 1ª Edição – Vales MG*, apenas indica a intenção da Comissão de analisar o massacre que matou 8 trabalhadores<sup>75</sup>. Na reportagem exibida em 11 de março de 2014, pelo mesmo telejornal, o tema é tratado com maior profundidade, com a participação do historiador Sávio Tarso. Ele comenta sobre a figura de Magalhães Pinto e o confronto entre patrões e trabalhadores, ocorrido em 7 de outubro de 1963, quando, oficialmente, oito operários de uma indústria local foram mortos. O historiador ressalta que Magalhães Pinto foi o principal responsável pelas mortes em Ipatinga, ao ordenar que a polícia de Minas Gerais trouxesse uma metralhadora giratória e disparasse contra mais de 5.000 operários<sup>76</sup>.

No que se refere à participação das mulheres durante a Ditadura Militar, destacam-se alguns exemplos significativos, como o de Ismene Mendes e Maria Liége, cujas experiências de tortura foram abordadas no capítulo 2. Além desses casos, a reportagem exibida em 1º de abril de 2014, no *MGTV 1ª Edição – Uberlândia*, menciona Lucília Rosa, um ícone do feminismo em Uberaba. Seu filho, Calixto Rosa Neto, recorda o momento em que seu mandato como vereador pelo PSD em Campo Florido foi cassado pelo golpe militar, culminando em sua prisão. A repórter relata que, "para quem cresceu com as convicções da mãe, que defendia ideais como o comunismo durante anos de militância política, o golpe militar abriu uma ferida ainda mais profunda"<sup>77</sup>.

Uma entrevista externa também aborda a vida de Lúcia Rosa, veiculada em 20 de junho de 2018 no *MGTV 2ª Edição – Uberlândia*, também destaca a contribuição de Lucília Rosa. O repórter conversa com a historiadora Bruna Santos sobre o papel crucial das mulheres na resistência armada, tanto na região do Triângulo Mineiro quanto em todo o Brasil. Em Uberaba, Lucília Soares Rosa é lembrada por sua trajetória política, imortalizada no livro *Lucília Rosa Vermelha* (2011). A obra narra sua luta contra os regimes ditatoriais, incluindo sua eleição como

<sup>74</sup> COMISSÃO da Verdade de MG apresenta relatório final das atividades. Jornal da EPTV 1ª Edição – Sul de Minas, 2017. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6354100/?s=0s>>. Acesso em: 10 mai. 2023.

<sup>75</sup> COMISSÃO de anistia chega nesta sexta-feira em Ipatinga. *MG Inter 1ª Edição – Vales MG*, 2013. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/2897357/?s=0s>>. Acesso em: 09 mai. 2023.

<sup>76</sup> LEI em Fabriciano determina renomeação de prédios com nomes ligados a Ditadura Militar. *MG Inter TV 1ª Edição – Vales MG*, 2014. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/3205173/?s=0s>>. Acesso em: 30 jun. 2023.

<sup>77</sup> UBERABENSES relembram fatos marcantes da ditadura militar. *MGTV 1ª Edição – Uberlândia*, 2014. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/3253062/?s=0s>>. Acesso em: 08 mai. 2023.

vereadora em Campo Florido em 1947. Durante a Ditadura Militar, Lucília mudou-se para São Paulo para cuidar da filha de Luiz Carlos Prestes e Olga Benário, Anita Leocádia Prestes. Neste período, as duas utilizavam codinomes e Lucília assumiu a responsabilidade de proteger Anita, garantindo que ela não fosse capturada pelos militares<sup>78</sup>.

Já a historiadora Cláudia Maia, convidada para uma entrevista em estúdio no dia 09 de dezembro de 2014, no *MG Inter TV 1ª Edição - Grande Minas*, aborda rapidamente sobre os movimentos feministas que se opuseram à ditadura militar na década de 1970, ressaltando que essa mobilização foi uma característica peculiar do restante do contexto ocidental da época<sup>79</sup>.

Em suma, a análise das reportagens sobre a Ditadura Militar revela a complexidade e a multiplicidade das memórias de esquerda, que se estendem além da noção de uma “sociedade vítima”. As narrativas apresentadas nos telejornais destacam a resistência de diferentes grupos, como trabalhadores rurais, indígenas, estudantes e advogados, que enfrentaram a repressão e lutaram por direitos durante um período marcado por violência e injustiça. A atuação de figuras como Guido Bilharinho e Ismene Mendes ilustra as consequências da luta por justiça social nesse período:

No meio rural, a repressão abateu-se preferencialmente sobre membros e lideranças das Ligas Camponesas, que se expandiram nas décadas de 1950 e 1960, e também sobre militantes dos sindicatos dos trabalhadores do campo. Nessa área houve igualmente um primeiro surto de violência logo após o golpe, com intervenção em sindicatos rurais e detenção de lideranças por forças militares. Embora a repressão política urbana e rural tenha uma área de interseção, as características foram no mais das vezes distintas. No campo, os grandes proprietários, por intermédio de suas milícias privadas, uniram esforços com as forças policiais e militares do Estado para perseguir, prender, torturar e, em alguns casos, assassinar camponeses que procuravam organizar-se para melhorar suas condições de trabalho. As vítimas da luta pela terra, em geral mortas por jagunços, foram num crescendo que se prolongou para além da ditadura, até 1987 (Joffily, 2014, p. 168).

Entretanto, é crucial notar que esses temas são abordados de maneira esporádica nas reportagens, ou seja, na maioria das reportagens citadas, não há aprofundamento dos temas, indicando uma necessidade de aprofundamento na cobertura midiática das lutas sociais e das memórias históricas. A interseccionalidade das experiências vividas, especialmente no que diz respeito ao papel das mulheres e das comunidades tradicionais, ainda carece de maior visibilidade. As reportagens analisadas não apenas recuperam histórias individuais de

<sup>78</sup> COMISSÃO divulga resultados de relatório feito sobre ditadura militar no Triângulo Mineiro. MGTV 2ª Edição – Uberlândia, 2018. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6822685/?s=0s>>. Acesso em: 15 jul. 2023.

<sup>79</sup> DITADURA Militar é o tema de uma palestra que será realizada hoje em Unimontes. MG Inter TV 1ª Edição - Grande Minas, 2014. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/3819998/?s=0s>>. Acesso em: 15 jul. 2023.

resistência, mas também revelam, mesmo que de maneira superficial, as estruturas de poder que perpetuaram a violência e a injustiça.

Portanto, a análise das reportagens evidencia que temas cruciais como a repressão no contexto rural, a perseguição a trabalhadores, indígenas e outros grupos vulneráveis durante a ditadura militar aparecem de forma pontual e fragmentada. No caso dos povos indígenas, é apenas mencionado que sofreram algum tipo de repressão. Ainda que essas matérias revelem importantes aspectos da violência sofrida por essas populações, há uma clara lacuna na profundidade com que tais memórias são abordadas, sendo os temas, apesar de mencionados, tratados sem o devido aprofundamento histórico e político. A repressão sofrida por indígenas, trabalhadores rurais e grupos tradicionais, por exemplo, continua a ser uma memória marginalizada em relação à narrativa predominante, que tende a enfatizar a censura e a ditadura militar no âmbito urbano, sem explorar as dinâmicas de poder e resistência no campo.

Essa omissão contribui para a perpetuação de um apagamento histórico e para a manutenção de uma memória seletiva sobre a ditadura militar. A falta de uma discussão mais robusta sobre os crimes cometidos contra trabalhadores e povos indígenas, assim como sobre a cumplicidade de elites agrárias e empresariais, impede que se faça uma justiça de memória plena. A luta por reparação, justiça e reconhecimento dessas memórias segue sendo uma questão pendente, não só no campo político, mas também no campo da mídia e do debate público.

### **3.3 As memórias da extrema-direita**

De acordo com Marcos Napolitano (2015), as memórias da extrema direita sobre o regime militar brasileiro ganharam maior projeção a partir dos anos 2000, especialmente através de plataformas digitais como redes sociais, blogs e sites privados. Embora esses ambientes sejam limitados enquanto espaços de debate efetivo, eles desempenham um papel crucial no revisionismo histórico promovido pela extrema direita.

De acordo com o autor, esse revisionismo visa confrontar a memória crítica e socialmente legitimada do período militar. Portanto, a memória da extrema-direita é pautada a partir de alguns elementos principais como o negacionismo, que nega a existência de tortura cometida contra pesos políticos, a nostalgia, que enaltece o regime como uma era de prosperidade e segurança aos cidadãos de bem, o autoritarismo conservador, que defende o autoritarismo como solução legítima para crises, o elitismo, que culpa a "era PT" pela crise moral, e o moralismo, que associa a política à corrupção e defende uma regeneração moral das instituições (Napolitano, 2015, p. 34)

Contudo, Napolitano (2015) defende que essas visões ainda não dominam os principais espaços de legitimação da memória, como as universidades e a grande imprensa, porém, elas vêm ganhando força, principalmente em ambientes digitais. Além disso, segmentos liberais mais conservadores também têm endossado alguns desses argumentos, ampliando a disputa pelas narrativas sobre a ditadura militar e sua herança na memória coletiva brasileira.

A partir disso, neste tópico analisaremos a presença das memórias da extrema-direita nas reportagens mineiras sobre a ditadura militar.

Na edição do *MGTV 1ª Edição de Uberlândia*, exibida em 9 de julho de 2017, cinco dias após a morte de Rondon Pacheco, o telejornal resgata uma entrevista de 2008, realizada na ocasião dos 40 anos do AI-5, para abordar sua trajetória política e seu envolvimento com o Ato Institucional Nº 5. A reportagem relembra sua carreira desde a formação em Direito, em 1937, sua participação na fundação da União Democrática Nacional (UDN), até sua eleição como deputado federal por Minas Gerais em 1950, cargo que ocupou por 17 anos.

A narrativa é alternada entre a narração do repórter e falas de Rondon, proporcionando uma sequência cronológica dos eventos. Em suas falas, Rondon recorda que a renúncia de Jânio Quadros foi um "desencanto" que levou o país a uma fase de instabilidade, ressaltando o cenário que levou ao golpe militar de 1964. Imagens da ditadura surgem, acompanhadas pela narração do repórter: "O vice-presidente João Goulart assumiu, mas enfrentou protestos dos militares." Em seguida, Rondon Pacheco aparece e comenta: "Foi uma revolta dos marinheiros, e todo dia uma revolução, uma nova crise, uma agitação constante. E o Jango foi se enfraquecendo, se enfraquecendo." O repórter, em off, continua: "A situação se agravou em 31 de março de 1964, com o golpe militar. O Marechal Castelo Branco foi escolhido presidente. Os direitos constitucionais foram suspensos, e a ditadura militar foi instalada."

Apesar de Rondon citar que era uma "revolução", logo após ele defende que sua posição era favorável ao Brasil, não ao golpe militar em si. Porém o repórter narra que, em 1967, ele deixou o cargo de deputado para assumir a chefia da Casa Civil no governo de Arthur da Costa e Silva, e, no ano seguinte, os protestos populares se intensificaram. Sobre o AI-5, Rondon Pacheco relembra que o ministro da Justiça afirmou já ter um ato preparado e o apresentou ao presidente. No entanto, segundo Rondon, esse ato era "ultrarradical" e inspirado em um modelo adotado recentemente na Argentina. Ele, então, alertou o presidente: "Este ato limita os seus poderes. O ato que o ministro está propondo pode desestabilizar o país inteiro." O repórter, em off, acrescenta que uma nova reunião foi marcada, conhecida como a "missa negra", na qual os ministros se dividiram. O vice-presidente Pedro Aleixo foi o único a se opor ao AI-5, enquanto Rondon rejeitou a proposta de estado de sítio.

Rondon tentou atenuar o AI-5 ao sugerir uma emenda que limitasse a duração do ato. Ele propôs que os direitos suspensos fossem restaurados em até um ano, mas sua emenda foi rejeitada, e o AI-5 foi promulgado em sua versão original.

No estúdio, com uma imagem de Rondon Pacheco ao fundo, o apresentador Alex Garrido comenta que, durante a entrevista, Rondon revelou que a intenção do presidente era promulgar uma nova constituição, mas isso não foi possível devido a um derrame que o afastou do cargo. O vice-presidente Pedro Aleixo, que se opôs ao AI-5, foi impedido de assumir a presidência após a doença de Costa e Silva. Rondon, ao recordar o episódio histórico, afirmou sobre a decisão da Junta Militar - "Eu não tinha que concordar. Foi uma decisão deles. Eles não consultaram ninguém. Jamais concordaria com o impedimento do doutor Pedro Aleixo, pois conhecia o homem. Na escolha dele como vice, já contei aos senhores sobre a minha participação, a pedido do presidente Castelo Branco. Castelo Branco tinha o poder de escolher o vice, e Costa e Silva, o poder de vetar." O repórter, em off, complementa – “Rondon Pacheco permaneceu à frente da Casa Civil até 30 de outubro de 1969, quando o general Emílio Médici assumiu a presidência. Após isso, Rondon retomou seu mandato como deputado”. A reportagem se encerra assim<sup>80</sup>.

Primeiramente, a reportagem tende a apresentar Rondon Pacheco de forma mais neutra ou até suavizada, sem problematizar de maneira incisiva o papel que ele desempenhou durante o período mais repressivo da ditadura, especialmente no contexto do AI-5. Ao focar em sua tentativa de limitar o impacto do AI-5 por meio de emendas, o telejornal pode dar a impressão de que ele tentou "minimizar danos", sem, no entanto, explorar criticamente a responsabilidade que ele, como chefe da Casa Civil, teve na legitimação e consolidação do autoritarismo.

Além disso, a reportagem adota uma narrativa que enfatiza as falas do próprio Rondon, colocando-o como um personagem que agiu "em prol do Brasil". Outro ponto relevante é a naturalidade em que Rondon leva a narrativa, relatando os eventos de forma tranquila. Ao mesmo tempo, a referência a Rondon como alguém que propôs uma emenda para limitar o AI-5 pode sugerir uma tentativa de "humanizar" seu papel, suavizando sua participação.

É importante ressaltar que essa reportagem integra uma série em homenagem a Rondon Pacheco, realizada após sua morte. Nesse contexto, o primeiro episódio da série destaca suas contribuições como governador de Minas Gerais, cargo para o qual foi indicado por Emílio Médici, entre 1971 e 1975. A reportagem relembra a industrialização do estado promovida por Rondon, a criação da Universidade de Uberlândia — posteriormente Universidade Federal de

---

<sup>80</sup> ESPECIAL Rondon: Político foi chefe do Gabinete Civil e votou o AI-5 no regime militar. MGTV 1ª Edição – Uberlândia, 2016. Disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/5153207/>>. Acesso em: 08 mar. 2023.

Uberlândia — e, nas palavras da repórter, “o avanço das fronteiras agrícolas sobre o cerrado, com a implantação do Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP)”. Ela acrescenta que Rondon tinha “uma paixão especial pelo cerrado”.

Na mesma reportagem, Rondon é entrevistado e comenta que o cerrado prosperou graças ao desenvolvimento tecnológico, que encontrou “um remédio” para esse ecossistema. Ele afirma que, além de sua riqueza farmacológica, o cerrado permite a produção racional de alimentos como soja, arroz e milho. A entrevista, retirada dos arquivos da TV Integração, foi concedida durante o programa *Raízes do Cerrado*, no qual Rondon discute o potencial da região. Em suas declarações, ele ainda expressa a necessidade de um “regime de paz, desenvolvimento social e progresso, mas com segurança”, destacando os problemas de segurança pública e a fragilidade do sistema judiciário<sup>81</sup>.

O que as reportagens não mencionam é que Rondon Pacheco autorizou a desapropriação de terras indígenas. Durante a ditadura militar, vagões da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) foram usados para remover o povo Krenak de seu território em Minas Gerais. Rondon, então interventor militar no estado, cedeu essas terras a mais de 50 fazendeiros, e os Krenak foram forçados a partir. Douglas Krenak, em depoimento à Comissão Estadual da Verdade, ressaltou que a ferrovia, construída no fim do século 19 e hoje sob concessão da Vale, foi central para essa expropriação e o avanço da expansão agrícola. Na ditadura, essas violências se intensificaram com a criação de presídios indígenas, como o Reformatório Krenak, onde representantes de diversas etnias enfrentaram torturas e remoções forçadas<sup>82</sup>.

Portanto, a reportagem ilustra como as memórias da extrema-direita sobre a ditadura podem permear, de maneira sutil ou até de maneira explícita, o conteúdo jornalístico, mesmo quando esse conteúdo não endossa abertamente essas visões. Ao narrar a atuação de Rondon no governo militar como um esforço de “moderação” e suas iniciativas como governante em termos de desenvolvimento, a cobertura ignora as violações associadas ao seu papel, como a expropriação de terras indígenas e o uso da ferrovia para deslocamentos forçados. Esse tipo de narrativa minimiza os abusos da ditadura, contribuindo para uma memória seletiva que favorece o conservadorismo autoritário e reforça, ainda que indiretamente, um revisionismo que desafia memórias críticas e socialmente legitimadas sobre o período, a partir do discurso de “progresso e desenvolvimento” mencionado pelo próprio político. Essa abordagem não apenas ilustra uma

---

<sup>81</sup> ESPECIAL Rondon: Ex-governador contribuiu para o desenvolvimento de Minas Gerais. MGTV 1ª edição – Uberlândia, 2016. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/5153191/?s=0s>>. Acesso em: 25 ago. 2024.

<sup>82</sup> DITADURA e o povo Krenak: ‘A Vale, em conluio com o Estado brasileiro, faz a remoção do nosso povo’. Brasil de Fato, 2024. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2024/05/06/ditadura-e-o-povo-krenak-a-vale-em-conluio-com-o-estado-brasileiro-fez-a-remocao-do-nosso-povo>>. Acesso em: 25 ago. 2024.

disputa narrativa nas memórias sobre a ditadura, mas também destaca o modo como memórias conservadoras ganham terreno em espaços midiáticos.

Embora essas reportagens sejam os únicos exemplos com memórias da extrema direita identificadas nas análises, elas evidenciam o terreno que visões conservadoras conquistam em espaços midiáticos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando todo o processo e trajetória de pesquisa que orientou o presente trabalho, os resultados atendem à problemática inicial. Com o auxílio de bibliografia competente e referências metodológicas sobre os elementos que devemos observar ao realizar uma análise de reportagens, foi possível perceber narrativas localizadas nas entrelinhas, as quais não são facilmente notáveis ao público que consome as reportagens cotidianamente.

Partindo da problemática do trabalho, que visava realizar uma análise sobre a construção da memória da ditadura militar nos telejornais das emissoras mineiras afiliadas à Rede Globo, foi possível compreender que os aspectos envolvidos são diversos. A fonte apresentou uma gama de recursos para a construção dessa narrativa, incluindo entrevistas com testemunhas, utilização de documentos e a presença de especialistas, além de incorporar memórias de setores liberais, memórias de esquerda e memória de extrema-direita, embora estes últimos de maneira mais pormenorizada.

Considerando que os telejornais e a mídia televisiva estão inseridos no setor liberal, e a partir da análise da memória hegemônica e crítica à ditadura militar, conforme evidenciado por Napolitano (2015), percebe-se que a memória predominante nos telejornais mineiros sobre a ditadura militar é aquela construída pelos setores liberais, em congruência com alguns setores da esquerda não armada.

No contexto dos telejornais mineiros, nota-se uma ênfase nos acontecimentos, figuras políticas e vítimas da ditadura ocorridos na própria região de Minas Gerais, como os exemplos de reportagens sobre o norte de Minas e da figura de Rondon Pacheco. Essa abordagem busca demonstrar o papel do segundo estado mais populoso durante a ditadura militar. A partir do testemunho das vítimas, observa-se que o estado teve tanto vítimas quanto uma atuação repressiva, além do apoio da sociedade civil ao golpe civil-militar de 1964.

A voz das testemunhas, a utilização de documentos e a presença de especialistas evidenciam e constroem uma narrativa da “sociedade vítima” e resistente. Contudo, é evidente que essa sociedade tem nome e rosto: os homens brancos. A discussão acerca da participação das mulheres, a repressão contra os povos indígenas e trabalhadores, tanto urbanos quanto rurais, é tratada de maneira secundária em comparação à censura sofrida pelos homens brancos.

Apesar dos avanços significativos na historiografia sobre o golpe civil-militar e os anos que se seguiram, de 1964 a 1985, ainda prevalece nos telejornais uma discussão simplista sobre o que foi a ditadura e seu caráter repressivo, concentrando-se nas questões do aparato repressor nas cidades e na censura. Contudo, a discussão em torno da Comissão Nacional da Verdade e

de outras comissões e subcomissões revela que os telejornais são instigados a abordar esse período.

Portanto, é notório que o telejornalismo dialoga com memórias já existentes na sociedade e, apesar do grande avanço da extrema-direita no Brasil e de seus discursos, a narrativa que prevalece, até o momento, é a de resistência contra a ditadura militar. Embora os militares e a extrema-direita tentem estabelecer uma narrativa benéfica sobre a ditadura, essa versão não ganhou espaço na grande mídia, como a Rede Globo. Contudo, é fundamental entender que cada telejornal e emissora adotam determinadas estratégias de posicionamento, impossibilitando generalizações sobre o discurso da memória dos setores liberais que condenam a ditadura e suas práticas.

Logo, essa pesquisa gera grandes possibilidades futuras de análise, incluindo a investigação de outros telejornais de veiculação local, além dos de veiculação nacional, que possuem uma estratégia narrativa mais impessoal. Isso contrasta com as reportagens locais, que destacam personagens dos municípios e buscam uma relação mais direta com o público telespectador. Além disso, a ampliação do recorte temporal e espacial é necessária, considerando a posição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em relação à efeméride de 60 anos do golpe civil-militar. Lula decidiu que o Governo Federal não realizaria nenhum ato oficial em comemoração ao golpe, uma escolha que sublinha a sensibilidade desse período na relação entre o Governo Federal e as Forças Armadas. Essa decisão evidencia que, mesmo após décadas, o golpe de 1964 continua a ser um tema delicado e controverso, refletindo tensões históricas e políticas que ainda permeiam o cenário nacional<sup>83</sup>.

E, embora alguns historiadores considerem que os militares perderam, visto que:

Viveram o suficiente para testemunhar a população brasileira alçar ao cargo mais importante do país - sucessivamente, um intelectual exilado, um líder sindicalista preso e uma guerrilheira torturada. Todos eles ofereceram ministérios e importantes cargos públicos a personalidades políticas com atuação intensa no lado perseguido durante a ditadura. Na historiografia sobre o tema admite-se a tese de que os articuladores do sistema repressivo venceram a guerra contra a oposição política e sobretudo contra as organizações clandestinas da esquerda armada, mas teriam perdido a "luta pela memória histórica", uma vez que a versão socialmente aceita do conflito não é a das Forças Armadas. Talvez possamos ir além e afirmar que não foi apenas a guerra da memória que os artífices da repressão política perderam, mas a própria guerra do futuro. As "moscas" venceram (Joffily, 2014, p. 170-171).

Essas afirmações merecem análise, pois, como observamos, os militares e agentes do Estado envolvidos na repressão da ditadura não enfrentaram punições jurídicas. Ademais, a

---

<sup>83</sup> ÉBOLI, Evandro. Lula determina cancelamento de atos em memória aos 60 anos do golpe militar. Correio Braziliense, 9 mar. 2024. Disponível em: < <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2024/03/6815977-luladetermina-cancelamento-de-atos-em-memoria-aos-60-anos-do-golpe-militar.html>>. Acesso em: 28 ago. 2024.

ascensão da bancada da "bala", do "boi" e da "bíblia", que surgiu após a ditadura, culminou na eleição de um presidente de extrema-direita que glorifica o regime militar. Essa realidade evidencia que a “guerra do futuro” permanece em aberto.

## REFERÊNCIAS

ABDALA JUNIOR, Roberto. **Brasil anos 1990: teleficação e ditadura – entre memórias e história.** Topoi, v. 13, n. 25, jul./dez. 2012, p. 94-111.

ALMEIDA, Vitor *et al.* **A hegemonia da Globo na TV brasileira: O Jornal Nacional como padrão.** XI ECOMIG – Encontro dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação Social de Minas Gerais Faculdade de Comunicação - Universidade Federal de Juiz de Fora, 2018.

ALMEIDA, Ronaldo de. **Bolsonaro presidente: Conservadorismo, Evangelismo e a Crise Brasileira.** Novos estud. CEBRAP, São Paulo, V38n01, p. 185-213, jan.–abr. 2019.

AMARANTE, Wellington. Pode o passado virar notícia? A divulgação de História e a participação de historiadoras e historiadores no telejornal Bom Dia Tocantins (2013-2019). In: **Ensino de História [livro eletrônico]: mídias e BNCC** / organização: Thiago Groh. – Araguaína, TO: Universidade Federal do Norte do Tocantins - EDUFNT, 2022. 176 p.

ANTONINO, Rafael Maracajá. **Impeachment e misoginia nas redes sociais.** Lumen Juris, 1 ed., 2020.

ARAÚJO, Dayse Maciel de. **Memória e história: o caso da telenovela Amor e Revolução.** Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM) - v.3, n.2, jul./2014 - dez./2014.

BARBOSA, Marialva; RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Telejornalismo na Globo: vestígios, narrativa e temporalidade. In: BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (Orgs.). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia.** São Paulo: Paulus, 2005, p.205-223.

BECKER, Beatriz. **Jornalismo audiovisual de qualidade: um conceito em construção.** Estudos em Jornalismo e Mídia - Ano VI - n. 2 pp. 95 - 111 jul./dez. 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão, seguido de A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997, p. 9-143.

BUSETTO, Áureo. Sintonia com o contemporâneo: a TV como objeto e fonte da História. In: **Política e Identidade Cultural na América Latina.** BEIRED, José Luís Bendicho; BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio (orgs.). – São Paulo: Editora UNESP Cultura Acadêmica, 2010. pp.153-175.

CARVALHO, Lucas Borges de. **A política da radiodifusão no Brasil e seu marco legal: do autoritarismo ao ultraliberalismo.** RDA – revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 264, p. 245-277, set/dez. 2013.

CHIARIONI, Bruno. SACRAMENTO, Igor. **O repórter na TV: uma história dos programas de grande reportagem no Brasil.** São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado.** Petrópolis: Vozes, 1981.

FECHINE, Yvana; LIMA, Luisa. **A linguagem da reportagem.** Recife: Ed. UFPE, 2021.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Cristina. **A escrita da História no livro *O Golpe e a Ditadura Militar*: 40 anos depois (1964-2004)**. Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades, n. 52, p. 40-62, 2021.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura**. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Revista Brasileira de História, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

\_\_\_\_\_. **Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão**. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucila de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano (vol. 4)*. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 3. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

\_\_\_\_\_. **História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis – o caso brasileiro**. Varia história, Belo Horizonte, v. 28, n 47, p.43-47, jan/jun 2012.

\_\_\_\_\_. **Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas**. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05–74, 2017.

FIGUEIREDO, César A. S. **A memória do testemunho e o cinema: representações cinematográficas da ditadura militar**. Revista Porto das Letras, Vol. 04, Nº 03 – Edição Especial. 2018.

FREITAS, Verônica. **Os protestos de junho de 2013 e a retomada dos pedidos de intervenção militar no Brasil**. [SYN]THESIS, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 42-53, dez. 2023.

GIL, Tiago. **Como se faz um banco de dados em História**. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2021.

GORENDER, Jacob. **A sociedade cindida**. Teoria & Debate, n. 57, mar.-abr., Fundação Perseu Abramo, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro Editora, 2003.

JINKINGS, Ivana. Et. Al. (org). **Por que gritamos Golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

JOFFILY, Mariana. As “sentinelas indormidas da pátria”: os interrogadores do DOI-CODI de São Paulo. **Revista Mundo dos Trabalhos**, v. 1, n. 1, p. 259-278, jan.-jun. 2009.

\_\_\_\_\_. **Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas**. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204 - 251, jan./mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Et. Al. **A tortura reivindicada: como o bolsonarismo reencena o passado ditatorial em chave atualista**. Hist. Historiogr., Ouro Preto, v. 16, n. 41, e2031, p. 1-28, 2023.

KORNIS, Mônica Almeida. **Cinema, televisão e História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

\_\_\_\_\_. **As “revelações” do melodrama, a Rede Globo e a construção de uma memória do regime militar**. Significação: revista de cultura audiovisual, vol. 38, núm. 36, julio-diciembre, 2011, pp. 173-193.

MACIEL, Suellen Neto Pires. Disputas da memória: uma reflexão inicial sobre a lei de criação da Comissão Nacional da Verdade. In: **História do Tempo Presente**. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). História do tempo presente. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2014.

MANCEDO, Deise. **Crise político-econômica no Brasil: breve análise da educação superior**. Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 141, p.875-892, out.-dez., 2017.

\_\_\_\_\_. **O golpe de 2016 e os impactos para a educação superior brasileira**. Revista Educação em Questão, Natal, v. 56, n. 49, p. 62-84, jul./set. 2018.

MARTINS Filho, João Roberto. **A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares**. Varia História, Belo Horizonte, p. 1-18, 2003.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **Polemicas sobre a Definição do Impeachment de Dilma Rousseff como Golpe de Estado**. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas V.14, N. 2, 2020.

MELO, Demian. HOEVELER, Rejane. **Muito além da conspiração: uma reavaliação crítica da obra de René Dreifuss**. Tempos Históricos, Vol. 18, p. 13 – 43, 1º Semestre de 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião**. Tempo, 2014, v. 10, p. 1-21.

\_\_\_\_\_. **Passados Presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

MUSSE, Cristina. VIANA, Humberto. **Telejornalismo e ditadura militar: a resignificação do passado pela maior rede de TV do Brasil**. Rev. Memorare, Tubarão, v.5, n.3, p. 292-306 set./dez. 2018.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: **História do Regime Militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

\_\_\_\_\_. **Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro**. Antíteses, v.8, n. 15esp, p. 09-44, nov.2015.

PALHA, Cássia Rita Louro. **Fontes telejornalísticas nos domínios de Clio: notas metodológicas**. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n.22, p.236-258, set./dez.2017.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

QUADROS, Marcos Paulo. MADEIRA, Rafael Machado. **Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil**. Opinião Pública, Campinas, vol. 24, nº 3, set.-dez., p. 486-522, 2018.

REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004.

REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Sá (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SANTOS, Rosiene Aguiar. CORTES, Gerenice Ribeiro. **O enunciado discursivo “Intervenção Militar já” nas redes sociais: confrontos e resistência**. Letras & Letras | Uberlândia | v. 36 | n. 1 | jan.-jun. 2020.

SOUZA, Jessé. **A Radiografia do Golpe**. Entenda Como e por que Você Foi Enganado. São Paulo: LeYa, 2016.

SOUZA, José Carlos Aronchi de. **Gêneros e formatos na televisão brasileira**. São Paulo: Summus, 2004.

TESSITORE, Viviane. **Arquivos, centros de documentação e de memória: perfis institucionais e funções sociais**. In.: CAMPOS, José Francisco Guelfi (Org.). Arquivos pessoais: experiências, reflexões, perspectivas. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo – ARQ-SP, 2017. p. 12-28.

TOLEDO, Caio Navarro de. **1964: O golpe contra as reformas e a democracia**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, p.13-28 – 2004.

TOLEDO, Caio Navarro de. **Golpismo e democracia**. As falácias do revisionismo. Crítica Marxista, Campinas, n. 19, p. 27-48, 2006.

VELHO, Diego Ricardo de Assunção. **Movimentos sociais no Brasil do século XXI: Manifestações de junho de 2013 – Leituras e apontamentos**. Dissertação (Mestre em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 129. 202.

VIANA, Humberto. Et. Al. **Séries televisivas brasileiras: a narrativa e a ressignificação da história recente em “Os Dias Eram Assim”**. Revista Observatório, Palmas, v. 5, n. 5, p. 532-566, ago. 2019.

VILLA, Marco Antonio. **Ditadura à brasileira: 1964-1985 a democracia golpeada à esquerda e à direita**. São Paulo: LeYa, 2014.

WOLTON, Dominique. **A televisão brasileira. Elogio do grande público**. Ática, v.52, cap. 8, p.153-166, 1996.